



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 105

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 11 de setembro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos)

A sessão iniciou-se com o [debate de urgência sobre o "impacto na Região das políticas prosseguidas pelo Governo da República nos últimos anos"](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a intervenção do Sr. Deputado Francisco César (*PS*), participaram no debate os Srs. Deputados António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Luís Maurício (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Francisco Coelho (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

Proferiu um protesto o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*) seguido de um contraprotesto pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Em seguida deu-se continuidade ao [debate da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XI – “Regime jurídico de apoio ao cuidador informal na Região Autónoma dos Açores”](#).

Usaram da palavra os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Mónica Seidi (*PSD*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*) e a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

Sobre o [Projeto de Resolução n.º 129/XI – “Auditoria pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas às Parcerias Público-Privadas da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, usaram da palavra os Srs. Deputados António Lima (*BE*), para fazer a apresentação da iniciativa, António Vasco Viveiros (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Contente (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*). O diploma em apreço foi rejeitado por maioria.

Por fim, foi apresentada e debatida a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XI – “Aprova o Regime Jurídico das instalações de gás combustível em imóveis na Região Autónoma dos Açores”](#).

Após a apresentação da iniciativa pela Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*), participaram no debate a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), e os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*) e Manuel Ramos (*PS*).

Submetida à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*) e o Sr. Deputado Manuel Ramos (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 01 minutos.

Presidente: Bom dia. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 12 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Renata Correia Botelho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Elisa Lima de Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal Lima

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum, declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao ponto dois da nossa agenda: **debate de urgência**, requerido pelo Grupo Parlamentar do PS, **sobre o "impacto na Região das políticas prosseguidas pelo Governo da República nos últimos anos"**.

Regem esta a matéria os artigos 185.º e 186.º do Regimento e os tempos que foram definidos pela Conferência de Líderes estão assim distribuídos:

O interpelante e o Governo dispõem de 32 minutos;

O PSD de 24 minutos;

O CDS-PP de 15 minutos;

O BE de 12 minutos;

E as Representações Parlamentares do PCP e do PPM de 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Decidiu o Partido Socialista provocar nesta casa um debate de urgência sobre os "Impactos na Região das políticas prosseguidas pelo Governo da República nos últimos anos".

Sabíamos bem do risco que poderíamos correr, na interpretação de um debate, sobre este âmbito, em plena pré-campanha eleitoral.

Sabíamos que, possivelmente, alguma voz desavinda à dialética política, por distração ou até intenção, se poderia sentir importunada por colocarmos o "Parlamento dos Açores" como centro, por um dia, do debate eleitoral que agora se inicia.

Mas isso não importa.

Sim, quem não compreende bem que em democracia – ainda para mais num parlamento – mais debate partidário, a troca acesa de argumentos, de posições ou de ideias, significa, sempre, mas sempre, o cumprimento de um dever dos eleitos, para com os seus concidadãos, naturalmente, nos poderia acusar de propaganda eleitoralista no sentido mais negativo da palavra.

Sim, como é possível uma democracia ficar mais pobre, quando tentamos proporcionar exatamente os elementos que a estimulam: a disputa, a controvérsia ou a participação plural.

Realizamos este debate, porque consideramos que em tempo de eleições nos devemos sujeitar ao escrutínio da nossa ação.

Fazemos este debate, porque consideramos que em tempo de eleições, os nossos argumentos se devem sujeitar ao contraditório.

Nós proporcionamos este debate, porque acreditamos que o sistema político em que vivemos – mesmo com todas as suas imperfeições – é composto por partidos políticos que partilham a ambição comum de desenvolver a sua terra e porque consideramos que é tempo de, em conjunto, assumirmos uma matriz comum de ambições, um verdadeiro Caderno de Encargos das Autonomias, junto do Governo da República.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas para falarmos do futuro temos de reconhecer o caminho que trilhámos nos últimos 4 anos.

Tal como afirmou o Primeiro-Ministro, António Costa, no último debate sobre o Estado da Nação, “A Democracia vive das alternativas e, a marca deste mandato, foi a afirmação da vitalidade democrática contra o fatalismo, a inevitabilidade, a ideia que não havia outro caminho, que não havia alternativa.”

Lembramo-nos bem da fatalidade da austeridade, do empobrecimento punitivo e da desesperança coletiva que grassava na sociedade portuguesa durante o mandato de Passos Coelho e...

Deputado Luís Garcia (PSD): E lembramo-nos bem quem nos levou até lá!

O Orador: ... que aqui, felizmente, protegidos da crise pela nossa Autonomia pudemos minorar alguns dos seus impactos: Sim! Dos impactos dos cortes cegos nas pensões e nos salários; dos enormes aumentos de impostos; dos cortes na justiça e na segurança...

Hoje, a realidade dos portugueses e dos açorianos, tal como os dados do Eurobarómetro demonstram são bastante diferentes: verificamos que esta Legislatura foi determinante para a recuperação da confiança dos

portugueses no funcionamento da Democracia e nas suas instituições, que mais do que duplicou, passando de 28% em 2015, para 64% no final de 2018.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Hoje, há maior igualdade na sociedade portuguesa, fruto de políticas, de reposição de rendimentos, de aumentos de pensões, de prestações sociais e abonos, que fazem a diferença para melhor no dia-a-dia das famílias.

Quem não reconhece como real e benéfica, por exemplo, a aplicação automática da tarifa social de eletricidade, que só nos Açores abrange mais de 20 mil famílias,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Muito bem lembrado!

O Orador: ... da devolução dos subsídios de férias e de natal, bem como o aumento do salário mínimo nacional em 20%, que ao abrigo da nossa autonomia, tem na Região, um acréscimo ao valor real de 5%?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Hoje, há mais crescimento. Portugal cresceu 9% em termos reais nestes 4 anos, tendo retomado em 2017, e prosseguido em 2018 e 2019, um crescimento superior à média da UE, retomando a convergência interrompida no início deste século.

Quem não percebe o efeito multiplicador nas empresas, da redução do IVA na restauração, da redução do IVA na importação de matérias primas e nas atividades culturais ou,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... no consumo, dos mais de 1000 milhões de euros, que o fim da sobretaxa de IRS para todos e a redução de IRS para pessoas com baixos e médios rendimentos proporcionaram na nossa sociedade?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje, há também, uma melhor Autonomia. Como é possível, honestamente, não o admitir ou em consciência escrever o contrário?

Terminamos com a discriminação histórica no acesso a cuidados médicos prestados no continente, introduzindo o princípio da reciprocidade e complementaridade entre o Serviço Nacional de Saúde e o Serviço Regional de Saúde;

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Marco Costa (PSD): O discurso do João Castro ontem!

O Orador: Introduzimos um apoio às grávidas dos Açores que precisem de se deslocar a outra ilha ou ao Continente, de modo a que não sejam penalizadas na sua licença de maternidade, e a salvaguarda dos direitos laborais do acompanhante que passa a ver as suas faltas justificadas;

Deputado Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Essa é para rir!

O Orador: Garantimos, pela primeira vez, a comparticipação do pagamento das nossas obrigações de serviço público de transporte aéreo interilhas, à semelhança do que acontecia na Madeira, algo que nenhum outro Governo da República assegurou.

Nós garantimos e garantiu-se o início do processo de construção do novo Estabelecimento Prisional de São Miguel,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... uma reivindicação com mais de 50 anos. E lembramo-nos bem, esta reivindicação foi esquecida por todos os Governos da República, exceto um: o atual; ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Maurício (PSD): 54 anos!

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é ridículo!

O Orador: ... bem como, (e as Sras. e os Srs. Deputados sabem bem isso) asseguramos obras de requalificação no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada e na Cadeia da Horta;

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Sabemos distinguir atitudes e posturas perante a adversidade. Temos memória. Lembramo-nos bem, Açorianos e Açorianas, do que é sofrer calamidades. Não há uma página da nossa história, onde, grande ou pequeno, o infortúnio da natureza não molde o progresso do nosso Povo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sabemos distinguir e não nos esquecemos: do Governo do PSD, que perante intempéries que nos assolaram, ao invés da solidariedade, nos mandaram à banca pedir dinheiro. E também não nos esquecemos do atual Governo do PS, que perante os prejuízos que as intempéries do final de 2015 provocaram nos portos da nossa Região, prontamente, imediatamente, reforçaram o montante global de fundos europeus para obras marítimas em mais de 11 milhões de euros.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Poderia continuar a destacar, o reforço de meios para as forças de segurança e das forças armadas para os Açores, a criação de novos tribunais, o cumprimento integral – finalmente! – da Lei de Finanças Regionais, o reforço da autonomia, de meios físicos e humanos da nossa RTP/Açores, da criação e instalação de diversos centros internacionais de investigação e de ciência, relacionados com o Mar, Tecnologia, Defesa ou Espaço...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e de muitas outras medidas, que por economia de tempo não menciono, nos reforçam enquanto Região Autónoma e nos fortalecem sobretudo enquanto país.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A avaliação positiva que fazemos dos “Impactos na Região das políticas prosseguidas pelo Governo da República nos últimos 4 anos” não significa de forma alguma que reconheçamos que tudo o que foi feito por este Governo foi necessariamente bem feito e que tudo o que foi feito pelos Governos anteriores foi necessariamente mal feito.

Muito menos seria sério, neste debate, não reconhecer falhas, atrasos ou omissões no relacionamento do Estado com a Região. Não há Governos perfeitos, é certo, mas há de facto uns melhores do que outros.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O nosso espírito reivindicativo não diminuiu.

O nosso fervor Autonómico muito menos.

Partilhamos com todos os partidos políticos aqui representados as nossas 10 prioridades para o futuro,...

Deputado Bruno Belo (PSD): No pressuposto de tudo isso que é um Governo que não ganhou eleições!

O Orador: ... para que as possamos discutir, melhorar e, se possível, defender a uma só voz enquanto Região.

Em primeiro lugar, não abdicamos de fortalecer os poderes de intervenção da Região na gestão e exploração do Mar dos Açores, através da alteração da Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional;

Em segundo lugar, nós não abdicamos de defender os interesses dos Açores no âmbito da próxima Agenda 2030 e do Plano Nacional de Investimentos e de tudo aquilo que à Região diz respeito;

Deputado Luís Maurício (PSD): Nós não queremos é a desresponsabilização do Estado!

Em terceiro lugar, nós não abdicamos de propor a criação de um Círculo Eleitoral dos Açores para o Parlamento Europeu;

Em quarto lugar, a Criação do Conselho de Concertação com as Autonomias Regionais, com o objetivo de valorizar o papel das Regiões Autónomas no exercício das funções do Estado;

Em quinto lugar, defender o reforço da Política de Coesão e, no âmbito da Política Agrícola Comum, o reforço do POSEI;

Em sexto lugar, defender a diferenciação das nossas pescas de modo a valorizar o seu carácter artesanal e sustentável e trabalhar por uma discriminação positiva ao nível das nossas quotas de pesca;

Em sétimo lugar, garantir que seja assegurada a descontaminação integral das zonas afetadas pela presença militar norte-americana na ilha Terceira e

o desenvolvimento de mais projetos de recuperação e dinamização das infraestruturas da Base das Lajes;

Em oitavo lugar, melhorar as condições de acessibilidade de pessoas e carga, de, para e na Região;

Em nono lugar, reforçar a valorização atlântica de Portugal, reforçando o papel dos Açores, enquanto centro de pesquisa científica e tecnológica, com enfoque no Mar e no Espaço;

Em décimo lugar, assegurar a dignificação dos serviços do Estado na Região, designadamente das forças de segurança, dos serviços de finanças, prisionais, de justiça, das forças armadas, da Universidade e da rádio e televisão públicas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Democracia há sempre alternativas, há sempre a possibilidade de abrir novos caminhos, há sempre a liberdade de escolher, há sempre a possibilidade de fazer diferente.

No próximo dia 6 de outubro, Portugal e os Açores assistem a um dos mais importantes momentos da sua história democrática, com uma América errática e uma Europa em crise de liderança e de valores. Um momento, em que diversos caminhos ou visões para o nosso país e, em particular, também para a nossa Autonomia, se sujeitam a sufrágio.

Foi por isso mesmo que provocamos este debate. Não apenas para discutir o passado ou para acordarmos sobre aquilo que discordamos. Mas sim, para darmos o exemplo democrático, de que da divergência pode surgir o consenso, quando valores mais altos se levantam: Os Açores!

Foi pelos Açorianos que fizemos este apelo para a construção de um verdadeiro Caderno de Encargos da Autonomia.

Para que as Açorianas e Açorianos possam ir, no dia 6 de outubro, às urnas massivamente e, de uma forma esclarecida escolham o melhor caminho para a sua terra.

Fica aqui, seguindo este repto, o nosso contributo para termos mais Açores e com isso mais Portugal.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto ao Governo se vai usar da palavra neste momento. Não.

Sendo assim, está aberto o debate. A Mesa já tem algumas inscrições.

Passo a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista traz hoje, a esta Casa, através da figura do debate de urgência, a análise do "impacto na Região das políticas prosseguidas pelo atual Governo da República nos últimos anos".

O Bloco de Esquerda não tem qualquer dúvida e não hesita em afirmar que o impacto de parte importante das políticas seguidas pelo Governo da República foram positivas para a nossa Região e para a vida dos Açorianos e Açorianas.

Provou-se de forma lapidar que a política de empobrecimento forçado executada pelo anterior Governo da República do PSD/CDS, apadrinhada pela Comissão Europeia, foi um desastre para o país e para os Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E carga fiscal?

Deputado João Paulo Ávila (PS): O que é que significa carga fiscal?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Eu sei. Sou eu que pago!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: O desemprego a níveis catastróficos; a segurança social na rota do precipício; a economia em queda e incapaz de gerar riqueza para reforçar através dos impostos o investimento público; os serviços públicos em completa rutura; as privatizações de empresas chave para o país; a famigerada dívida que em vez de diminuir aumentou.

Estes são exemplos da política do desastre que foi a anterior governação, que provocou dor e sofrimento desnecessários e que não poupou os Açores.

Pelo contrário, a política de reposição de salários, de reposição e aumento de pensões, de reposição de direitos, de reposição e reforço dos apoios sociais, o aumento anual do salário mínimo ao longo dos quatro anos, o alargamento da tarifa social de energia; o programa de combate à precariedade na administração pública, foram, entre outras, políticas seguidas nos últimos quatro anos e que estiveram na base da inversão positiva para a vidas das pessoas.

Tudo isto foi positivo. Mas podíamos e devíamos ter ido mais longe. Não o fomos devido aos constrangimentos impostos pelo Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então o que é que o senhor esteve lá a fazer?

O Orador: No caso concreto dos Açores estas políticas foram decisivas para o crescimento da economia regional.

Friso este ponto para memória futura, pois nuvens algo negras pairam sobre a economia da Europa.

Deputado Francisco Coelho (PS): “Nuvens negras” têm dono!

O Orador: Como sempre disse o Bloco de Esquerda, numa região em que a sua economia vive essencialmente do mercado interno, forçar as pessoas à

pobreza era entrar numa espiral descendente, com impactos nefastos também na economia.

Mesmo o turismo nos Açores, sector exportador por excelência, é dependente em cerca de 50% do mercado continental.

Teve este setor, após 2015, uma progressão sustentada de cerca de 20%.

É por isso lógico apontar que a melhoria das condições de vida no país e principalmente a recuperação da confiança por parte da população, tiveram um forte impacto no aumento do turismo.

O Bloco de Esquerda orgulha-se de ter participado nesta importante melhoria das condições de vida em todo o país e particularmente nos Açores.

Esta transformação positiva só foi possível porque o Partido Socialista, para governar, precisou da esquerda, para um acordo de índole parlamentar assente em compromissos escritos que no essencial foram respeitados por todas as partes.

Não tenhamos dúvidas: com o Governo PSD/CDS ou com o PS sozinho a governar, seria impossível uma tal alteração positiva na vida das pessoas e na nossa economia. Senão vejamos:

O aumento constante do salário mínimo em todos os anos da legislatura não fazia parte do programa do PS,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, fazia parte!

O Orador: ... foi condição imposta nas negociações com o Bloco de Esquerda.

Sobre as pensões todos sabemos qual a proposta do PS em 2015: cortar 200 milhões de euros por ano nas pensões.

Foi condição decisiva do Bloco de Esquerda para o acordo banir esses cortes e avançar nos aumentos das pensões, nomeadamente das pensões mais baixas.

Foi igualmente por pressão do Bloco de Esquerda que a reposição dos apoios sociais e o aumento de alguns deles, muito acima daquilo que o PS assumia no seu programa.

O alargamento da tarifa social de energia, que hoje abrange mais de 800.000 mil famílias foi proposta do Bloco de Esquerda, aplicada na região com ano de meio de atraso.

A reposição de feriados não constava no programa do Partido Socialista.

Reitero o que afirmei anteriormente: o Bloco de Esquerda tem orgulho no trajeto político destes últimos 4 anos. Tem orgulho porque lutou pela dignificação da vida das pessoas, lutou para aumentar os seus rendimentos e lutou para dinamizar a economia.

Deputado Francisco César (PS): Pensei que o senhor era social democrata!

O Orador: A vida comprovou a justeza das nossas propostas.

Torna-se pois claro que poucas destas medidas positivas teriam visto a luz do dia se o Partido Socialista tivesse aplicado o seu programa e se estivesse a governar com maioria absoluta.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Infelizmente para o país e em particular para os Açores, noutras áreas, o impacto da Governação do Governo da República do Partido Socialista foi negativo.

Falo de áreas que dependem exclusivamente do Governo da República. Governo que assumiu os compromissos do Partido Socialista com as políticas erradas da Comissão Europeia.

Em concreto falo do investimento público nos Açores. É preciso procurar com uma lupa, atentamente, para encontrar, nestes quatro anos, vestígios positivos de investimento em áreas essenciais para a região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Bloco de Esquerda o que é que fez?

O Orador: - Falo da ausência de um reforço sério de efetivos nas forças de segurança;

- Diferenciação positiva para a Universidade dos Açores tendo em conta a insularidade, que não aconteceu;

- Recuperação da cadeia de apoio da Horta;

- Da instalação de radares meteorológicos, que à data de hoje nenhum foi concretizado;

Deputado Francisco César (PS): No vosso tempo é que era!

O Orador: - Das obrigações de serviço público de carga aérea – questão fulcral para o nosso desenvolvimento – que não foram estabelecidas;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tenha decência!

O Orador: - Falo da segunda tripulação para os helicópteros de busca e salvamento – cuja presença é intermitente e que ainda recentemente foi noticiado que não está em presença nas Lajes;

- Falo do estabelecimento prisional de Ponta Delgada – nenhuma obra feita, cujo processo tem laivos de farsa. Ao fim de quatro anos, após muita pesquisa e estudo o Governo Regional...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Farsa, é o que o senhor está aí a fazer!

O Orador: ... cedeu um terreno, terreno este que necessita de uma terraplanagem que demora pelo menos três anos. Nem na próxima legislatura haverá um estabelecimento prisional novo em São Miguel!

Mais exemplos existem, mas estes são suficientemente elucidativos para demonstrar as faltas do Governo da República para com os Açores.

Transformar esta ausência de investimento do Governo da República para com a Região em políticas positivas para os Açores é arte de mágica ou contorcionismo político e colide abertamente com o repetido lema anterior do PS/Açores: "Açores primeiro".

Para ser fiel à verdade, é preciso assinalar que o PS/Açores, deixou, de há uns tempos a esta parte, de utilizar tal slogan.

De facto, os Açores não estão primeiro quando se permite que, ao fim de quatro anos, a Lei do Ordenamento Marítimo mantenha uma lógica colonial. Foi preciso o Bloco de Esquerda, nesta casa, apresentar uma anteproposta de lei para que o Governo Regional e o PS/Açores viessem a terreiro, fazendo uso de uma manobra regimental para levar a sua avante.

O Governo Regional andou dois anos em negociações sobre este assunto com o atual Governo da República, sem qualquer resultado prático.

E quanto ao Observatório do Atlântico imposto pelo Governo da República, com a cumplicidade do Governo Regional e do PS Açores, não é mais do que a hipoteca do futuro dos Açores nesta área.

O tão falado observatório não passa de uma associação privada sem fins lucrativos que em termos práticos não é mais que uma plataforma para facilitar o saque das nossas riquezas.

Este retrato não pretende levar os açorianos e açorianas a festejar de forma efusiva o fim desta legislatura.

Fica, no entanto, claro, que há razões para preocupação na eventualidade do Partido Socialista conseguir a maioria absoluta na futura Assembleia da República.

No entanto, estava guardada a maior bomba para os Açores, lançada a um mês da campanha eleitoral pelo atual Primeiro-Ministro.

António Costa quer livrar-se da responsabilidade – constitucionalmente consagrada – que a República tem, de garantir o direito à mobilidade dos Açorianos e Açorianas, e quer atirar os custos para a Região.

António Costa não é capaz de afrontar o que chamou de “interesses absurdos” das companhias aéreas e quer obrigar os açorianos e açorianas a pagar esses mesmos “interesses”.

Esta é a prioridade do Partido Socialista que o Deputado Francisco César não enunciou no seu discurso anteriormente.

Neste modelo imposto pelo anterior Governo da República à região, segundo palavras do, tristemente célebre, Secretário de Estado Sérgio Monteiro, feito à medida dos interesses das companhias aéreas, António Costa quer que sejam os Açores a pagar.

Agora percebemos a ausência de resposta do Governo Regional às reiteradas perguntas do Bloco de Esquerda ao longo de ano e meio sobre os resultados do grupo de trabalho criado para rever este modelo.

Era um grupo fantasma pois, desde 2017, António Costa já tinha decidido o que quer fazer.

Percebe-se também o silêncio do Governo Regional quando o Bloco de Esquerda perguntou, a 10 de março de 2015, nesta Assembleia, o que aconteceria quando o plafond de 16 milhões de euros, previsto para o subsídio de mobilidade, acabasse. O silêncio, nessa data, foi de chumbo.

Este ataque à Autonomia e ao direito à mobilidade dos açorianos e açorianas – um direito constitucionalmente protegido – anunciado por António Costa, mostra bem quanto o PS – como sempre – é fraco com os fortes e forte com aqueles que considera fracos.

Mesmo sem outras razões – e elas existem – esta é uma evidência clara do quão perigoso para os Açores, para quem aqui vive, é uma maioria absoluta do Partido Socialista.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Novamente estamos nesta Casa a discutir uma temática que o PS levanta somente com um objetivo eleitoralista e propagandístico, sem qualquer veracidade dos acontecimentos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Concordo consigo, Sr. Deputado!

O Orador: Sim todos sabemos, Sras. e Srs. Deputados, que as eleições estão próximas e precisa o PS de vir relembrar, se não gabar, os feitos concretizados. Os feitos concretizados na Assembleia da República que muitas vezes tiveram a marca do PCP, mas isso já vocês se esquecem.

Deputado Francisco Coelho (PS): Esse discurso foi escrito pelo Casa Nova antes de lhe levantarem o processo!

O Orador: Esquecem também promessas que fizeram e não concretizaram, mas nós estaremos aqui para vos relembrar. A semanas do final da legislatura é já uma certeza que vários dos compromissos assumidos não serão de facto cumpridos nesta legislatura e com muita preocupação verificamos que resoluções relativas a esta Região, aprovadas até por unanimidade na Assembleia da República, continuam por cumprir por parte do Governo da República.

É o caso muito preocupante da Resolução n.º 242/2018 que recomenda ao Governo que institua um regime especial e transitório de facilitação do acesso, majoração de valor e prolongamento da duração dos apoios sociais aos trabalhadores em situação de desemprego nos concelhos da Madalena, Lajes e São Roque do Pico e a todos os ex-trabalhadores da COFACO.

Apesar da pergunta efetuada ao Governo da República por António Filipe, Deputado do PCP na Assembleia da República, o que é certo é que continuamos sem saber quando e se o Governo da República dará cumprimento a esta resolução e ficamos na dúvida se o Governo da República tem consciência ou está minimamente preocupado com a grave

situação social criada na Ilha do Pico decorrente do encerramento da fábrica da COFACO naquela ilha.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Questão sem dúvida alguma de grande importância, quer para a Região quer para o todo nacional, é sem dúvida tudo o que diz respeito à nossa Zona Económica Exclusiva. Se há algo em que a nossa Região se pode orgulhar, mercê da sua posição geográfica, é sem dúvida o seu contributo para a grande extensão da nossa Zona Económica Exclusiva.

Porque esta é uma questão que entendemos de suma importância e com a qual estamos muito preocupados, apresentámos um Projeto de Resolução sobre o reforço da fiscalização da nossa Zona Económica Exclusiva, que neste momento se encontra em apreciação em sede de comissão parlamentar. Sendo esta fiscalização da competência da República, é entendimento do PCP que compete ao Governo Regional exigir junto do Governo da República uma fiscalização efetiva e eficaz da nossa Zona Económica Exclusiva.

É de fato uma exigência nacional de uma importância que não pode de forma alguma ser descurada ou remetida para segundo plano. A importância do nosso mar foi aliás reconhecida pela decisão de criar o Observatório do Atlântico, só que também aí não passou de mais um compromisso até agora não cumprido pelo Governo da República para com a nossa Região. Há que pressionar e exigir o cumprimento deste compromisso da instalação da sede do Observatório do Atlântico na Ilha do Faial.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podemos finalizar sem referir o compromisso assumido pelo Ministério da Justiça, nomeadamente quanto à construção do novo edifício do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

Relativamente às atuais instalações desse Estabelecimento Prisional, o PCP regista o facto de se desenvolverem obras de melhoramento. Quanto aos planos para construção do futuro Estabelecimento Prisional, o PCP manifesta alguma perplexidade quanto à localização indicada pelo Governo Regional e aceite pelo Ministério da Justiça. Trata-se de um terreno que exigirá a remoção de milhares de toneladas de bagacinas, o que implicará um atraso de dois anos e o custo adicional de 3 milhões de euros na construção do futuro Estabelecimento Prisional. O PCP considera possível e desejável a indicação de um terreno que afaste estes inconvenientes e permita a construção em menos tempo e com menos custos.

São conhecidas, e têm sido aliás por várias vezes notícia pela negativa, as condições degradantes existentes nas presentes instalações desse Estabelecimento Prisional.

Para nós PCP, que acreditamos na reabilitação e na recuperação para a vida normal em sociedade, não é admissível que os presos estejam sujeitos a condições humilhantes e degradantes.

A rápida instalação do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada em novo edifício com condições condignas que possibilite a reabilitação social da população prisional é uma exigência que se impõe e que a Região tem forçosamente de exigir o urgente cumprimento desse compromisso por parte do Governo da República.

Nos estabelecimentos prisionais dos Açores está identificada a carência de guardas-prisionais, bem como de profissionais de saúde. É absolutamente urgente a necessária contratação de mais guardas prisionais, bem como de enfermeiros e psicólogos para integração no mapa de pessoal dessas instituições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E outros!

O Orador: No que diz respeito à aplicação do subsídio de insularidade previsto no Estatuto da Guarda Prisional, o PCP considera que este deve abranger todos os guardas prisionais que exercem funções nas Regiões Autónomas, pondo fim às desigualdades existentes. Nesta legislatura apresentámos um Projeto de Lei neste sentido na Assembleia da República. O PCP congratula-se com a recente criação do Tribunal de Execução de Penas dos Açores, que teve o apoio do PCP e que corresponde a uma necessidade da organização judiciária da Região. Uma outra notória dificuldade no sistema judicial nos Açores prende-se com o recrutamento de funcionários judiciais para as ilhas menos populosas, o que coloca muitos problemas ao funcionamento desses tribunais. O PCP tem vindo a acompanhar estas questões e, em sede de discussão do Estatuto dos Funcionários Judiciais (cuja aprovação tem vindo a ser protelada pelo Governo), iremos propor a criação de um incentivo à fixação de funcionários nas ilhas menos populosas da Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre a situação dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes persistem um conjunto de preocupações que exigem a intervenção firme e determinada do Governo da República na defesa dos seus direitos laborais.

O PCP defende que se aplique a estes trabalhadores a legislação nacional mais vantajosa no que diz respeito, por exemplo, à saúde e segurança no trabalho, estatuto do trabalhador-estudante, entre outras temáticas. Defendemos que o Governo português não pode continuar a estar subordinado aos interesses dos EUA, abdicando da defesa dos interesses do País e da Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É assim mesmo!

O Orador: Temos assistido a uma atitude idêntica na questão relacionada com a contaminação dos solos e aquíferos provocada pela presença militar

dos EUA. Na resolução deste grave passivo ambiental, mais uma vez o Governo português assume uma posição de subserviência face aos Estados Unidos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: O PCP reitera a sua preocupação com o andamento dos trabalhos do processo de descontaminação dos solos e aquíferos da Ilha Terceira. É necessário conhecer com rigor a real dimensão da contaminação porque até ao momento não há dados concretos sobre isso. É igualmente necessário que o Governo português acompanhe no terreno todo o processo e o que está a ser feito.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino deixando ainda mais uma chamada de atenção: a necessidade de ter em conta a especificidade da Universidade dos Açores em matéria de financiamento do Estado e em contribuir para uma solução que compreenda as dificuldades próprias de funcionamento muito específico de uma Universidade em espaço insular e dividida em três polos.

Por parte do PCP não deixaremos de exigir quer aqui quer na República o cumprimento dos compromissos assumidos e que consideramos essencial para o Povo açoriano e para desenvolvimento da nossa sociedade.

Cumprisse o Governo do PS com aquilo que o senhor Primeiro Ministro tanto gosta de afirmar, de que palavra dada é palavra honrada, e este debate de urgência seria certamente não só desnecessário como até descabido.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há uma conclusão que podemos tirar já deste debate, após ouvir a intervenção inicial do Sr. Deputado Francisco César, é que o Partido

Socialista dos Açores está muito empenhado em defender este Governo da República.

Mas fica muito acanhado sempre que o Governo da República afronta os Açores.

Deputado Francisco César (PS): Nomeadamente...

O Orador: E um desses exemplos de afrontamento aos açorianos diz respeito ao subsídio social de mobilidade. Aí o Partido Socialista e o Presidente do Governo acanharam-se perante o Governo da República.

Deputado Jaime Vieira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não foram capazes de defender os nossos interesses.

O subsídio social de mobilidade, convém lembrar, a par da liberalização do espaço aéreo que o acompanhou, essa sim, a verdadeira revolução económica nos Açores,...

Deputada Mónica Seidi e Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que foi obra de um Governo do PSD e do CDS-PP,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... é que provocou nos Açores o crescimento económico, a geração de emprego...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

... e todos os resultados de crescimento económico que os senhores bem sabem nos Açores.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ainda bem que os senhores acreditam nisso!

O Orador: Talvez por isso, Sra. e Srs. Deputados, o Primeiro-Ministro António Costa tenha afirmado que o subsídio social de mobilidade é absurdo

e ruinoso. Mas o que disse o Partido Socialista dos Açores sobre essa matéria?

Dá razão a António Costa e acusa a oposição de fazer campanha eleitoral com este.

Sr. Deputado Francisco César, o senhor está escandalizado porque a oposição faz campanha eleitoral com uma matéria que é da maior importância para os açorianos?

A um mês das eleições nacionais, o senhor devia estar, isso sim, escandalizado com o posicionamento do Sr. Primeiro Ministro...

Deputado Bruno Belo e Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que se desenrascou e disse “tomem lá o dinheiro e governem-se”...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

... violando aquilo que são os princípios da autonomia.

Mas, Sra. Presidente e Srs. Deputados, queremos dizer que o PSD, e naturalmente o CDS-PP, contribuiu para a construção deste desiderato,...

Deputado Carlos Silva (PS): Acho que não contribuiu!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Foi com os processos arrumados na gaveta!

O Orador: ... a liberalização do espaço aéreo, movimento de açorianos livre, baixa das tarifas aéreas, crescimento económico. Nós estamos orgulhosos de ter sido um Governo do PSD e do CDS que tomou essa iniciativa.

Entendemos naturalmente que nem tudo está bem e estamos recetivos a que o modelo possa ser revisto, nomeadamente relativamente aos valores elevados que os passageiros pagam pelas passagens.

Mas não abdicamos do paradigma, Sras. e Srs. Deputados, que os açorianos estejam limitados na sua mobilidade, que se lhes crie qualquer entrave ao seu número de viagens,...

Deputado Carlos Silva (PS): Afinal concorda com o António Costa!

Deputada Mónica Rocha (PSD): Isso é pequenino!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... aos seus horários, ou a períodos do ano a que eles que possam viajar sendo beneficiários desses benefícios. Somos contra a violação do princípio da continuidade territorial,...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é exatamente a posição do António Costa!

O Orador: ... que foi isso que o Ministro António Costa veio defender na Madeira, relativamente aos Açores e à Madeira.

A pergunta que vos deixo, Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Francisco César, queria fazer-lhe esta pergunta: concorda ou não com esta afirmação do Primeiro-Ministro:

(Neste momento o Sr. Deputado mostra um jornal à Câmara)

“Costa considera subsídio de mobilidade absurdo e ruinoso”.

Diga sim ou não!

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor acabou de dizer que concorda!

O Orador: Concorda ou não com essa expressão (Sras. e Srs. Deputados), Sr. Deputado Francisco César?

Deputado José San-Bento (PS): Seja rigoroso!

O Orador: Mas, o Governo Regional e o Partido Socialista, e isso foi bem patente na intervenção do Sr. Deputado Francisco César, submeteram-se a uma política de fingimento relativamente à República.

A República finge que dá, o Partido Socialista e o Governo Regional fingem que recebem. Senão, vejamos:

Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada – compromisso da República: “vamos iniciar a construção de um novo estabelecimento prisional neste mandato”.

Deputado Francisco César (PS): Sim. O concurso...

O Orador: O que se viu é que quatro anos após, vários governos anunciaram concursos públicos, projetos e estudos e o estabelecimento prisional, sem dignidade, violador dos princípios humanos mais básicos, continua por construir.

Os senhores atiraram o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada para toneladas de bagacina que levam três anos a retirar, Srs. Deputados. É isso que os senhores consideram que é o início da construção do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada? Pois aí o Governo da República fingiu que deu e os senhores fingiram que receberam.

Deputada Mónia Seidi (PSD): Muito bem! Bagacina, só bagacina!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas relativamente à segurança nos Açores, naturalmente vieram alguns agentes para os Açores (não deixaram de vir!), outros saíram, mas o que nós assistimos nestes últimos quatro anos foi a um encerramento noturno de várias esquadras da PSP.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Muito bem!

O Orador: O que nós assistimos foi à suspensão temporária do Projeto da Escola Segura, que chegou a estar suspensos por vários agentes.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais uma vez a República fingiu dar e os senhores fingiram receber.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E o que dizer da Universidade dos Açores?

Foi o Governo da República que inscreveu no âmbito da Lei do Orçamento de Estado para 2019, no seu artigo 72.º, que até ao final da sessão legislativa o Governo promoveria os estudos necessários com vista a majoração do financiamento das instituições públicas do ensino superior das Regiões Autónomas.

Onde é que estão esses estudos, Sras. e Srs. Deputados?

O Governo da República fingiu que deu e os senhores fingiram que receberam.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Zero! Não existe nada a esse respeito.

O único estudo que foi feito foi pelas próprias Universidades dos Açores e da Madeira.

Mas o que dizer, Sras. e Srs. Deputados, relativamente aos desempregados da COFACO e ao encerramento da sua fábrica na Ilha do Pico? E do Projeto de Resolução que foi aprovado na Assembleia da República por unanimidade que configurava majorações aos trabalhadores desempregados?

O que é que o Governo da República fez? Zero!

O Governo da República fingiu que deu, os senhores fingiram que receberam! Zero! Nada!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Não se cumpriu mais um dos compromissos da República para com os Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas que dizer, Sras. e Srs. Deputados, relativamente ao PREIT? – Plano de Revitalização da Ilha Terceira.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Vale zero!

Deputado Francisco César (PS): 80%!

O Orador: Ainda bem se recordam daquela expressão do Ministro dos Negócios Estrangeiros Santos Silva, “o PREIT é zero”. Não foi zero, mas foi quase zero, Sras. e Srs. Deputados.

Mas o que dizer relativamente à ampliação da pista da Horta?

Deputado Francisco César (PS): Pelo amor de Deus!

O Orador: Foi a Sra. Secretária a Lisboa falar de mais um estudo (mais um estudo!) que a ANA vai fazer.

Vamos empurrar com a barriga para a frente.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: O Governo finge que dá, os senhores fingem que recebem.

E relativo a esta matéria, Sras. e Srs. Deputados, zero, mais uma vez!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Nós empurrámos para a frente e os senhores empurraram para trás!

O Orador: Mas o que dizer, Sras. e Srs. Deputados, relativamente à gestão do nosso mar? À Lei de Gestão do Espaço Marítimo?

Ficamos naquilo que estávamos anteriormente.

Talvez por tudo isso, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que o Presidente do Governo tenha tido necessidade de anunciar um conselho de concertação. Quer, do ponto de vista formal, constituir um órgão que concerte com o Governo da República as matérias que dizem respeito aos Açores.

Pois, Sras. e Srs. Deputados, no nosso entender esta é a prova mais evidente...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... da incapacidade do Governo Regional perante um Governo da República da mesma cor partidária de defender convenientemente os interesses dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fez em abril passado três anos que António Costa, em ano de eleições regionais, visita os Açores, enquanto Primeiro Ministro, acompanhado da maior comitiva que há memória.

O propósito desta visita era o de inaugurar uma nova era de “verdadeira parceria a favor da Autonomia”, na qual se afirmaram, e cito “As ideias fundamentais de solidariedade, sobretudo no desenvolvimento das potencialidades económicas e científicas do mar”.

Ora, no que se refere à **gestão do Mar dos Açores**, é importante lembrar que em 2015, era na altura Assunção Crista a Ministra dos Assuntos do Mar, foi aprovada a nova **Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo**.

Em 2016, em plena campanha eleitoral Vasco Cordeiro considerou este "um dos maiores atentados à autonomia" da região. Em coerência, recorreu para o Tribunal Constitucional, que veio a dar razão à Cristas má.

Neste sentido, e de forma a corrigir esta enorme injustiça, uma das promessas que ficou lavrada na declaração conjunta, por Costas bom, foi e passo a citar: "No respeito pela Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo e do quadro constitucional, **foi decidido proceder à alteração** do Decreto-Lei 38/2015, de 12 de março, de modo a que a Região Autónoma dos Açores participe de forma ativa, em colaboração com o Governo da República, no ordenamento e gestão das zonas marítimas adjacentes ao Arquipélago dos Açores."

Sras. e Srs. Deputados:

Passaram quatro anos de governação socialista na República e a Lei de Bases de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo, nunca foi alterada pelo autointitulado "**autonomista militante**" **António Costa**.

Ou seja, **nem a República, nem a Região** cumpriram com a sua palavra, a República não alterou a lei e a Região não fez rigorosamente nada quanto à **gestão partilhada do mar pelos Açores**.

Deputado Francisco Coelho (PS): Ah, não fez? Esta Assembleia não fez? Pensava que tínhamos feito!

A Oradora: Ou seja, o Governo Regional quer alterar a lei,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Já não sei se a lei é boa ou é má!

A Oradora: ... mas não quer definir claramente aquilo que pode ou não ser partilhado e em que termos concretos que se pode efetivamente processar

essa partilha, na gestão dos nossos recursos marinhos dos Açores. Como de resto ficou claro quando a bancada do PS chumbou por duas vezes a iniciativa do CDS, quanto à Gestão Partilhada, que se propunha exatamente fazer este trabalho.

Ainda quanto **às potencialidades científicas do mar**, mas agora numa perspetiva científica, as duas grandes promessas escritas pelo punho de António Costa e Vasco Cordeiro, na tal declaração conjunta, foram:

- a criação do **Centro de Investigação Oceanográfica**, a sedear aqui no Faial, que se saiba até agora ZERO.
- E a criação duma **plataforma científica** nas áreas do espaço, da meteorologia, climatologia e oceanografia, para o aproveitamento futuro da Base das Lajes, até agora ZERO.

Resta-nos a esperança de que Vasco Cordeiro já tenha percebido que não pode contar com António Costa e que esteja neste momento em Washington a assinar protocolos com as universidades americanas.

Ainda em relação à **Base das Lajes**, os sucessivos Orçamentos de Estado, no que se refere ao **Plano de Revitalização da ilha Terceira**, tem sido conversa, conversa, e mais conversa, porque verba no orçamento – ZERO.

Isto para não falar da descontaminação da Praia da Vitória, que é um processo que nos devia envergonhar a todos.

Finalmente e não menos importante, uma das grandes promessas que já foi aqui várias vezes mencionada, e que foi também selada neste acordo de cavalheiros, foi a construção do tão famigerado Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

Neste acordo, Governo Regional assumiu o compromisso de cooperar na identificação do terreno adequado para a construção do novo Estabelecimento.

PROMETEU E CUMPRIU.

O terreno cedido pelo Governo Regional na Mata das Feiticeiras, É TÃO ADEQUADO, que vão ser precisos mais de dois anos para retirar toda a bagacina que lá existe. Será que o Governo Regional afinal decidiu ceder uma pedreira em vez dum terreno para construção?

A questão é que as pedreiras geralmente são um negócio em que se vende bagacina e ganha-se dinheiro, mas neste caso, no que se refere a este terreno afinal não só não vão ganhar dinheiro, como como todo este processo vais custar mais de 3 milhões de euros, por se tratar e cito “de uma operação bastante difícil”.

Sras. e Srs. Deputados:

A isto o povo chama de **presente envenenado**.

Eu diria que é muito provavelmente um recado de Vasco Cordeiro ao “autonomista militante” António Costa, que afinal de autonomista tinha pouco, **era só seguramente militante**.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (CDS-PP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por uma declaração de intenções.

Como esta câmara sabe e os açorianos sabem, eu sou candidato à eleição para a Assembleia da República, nas próximas eleições do dia 6 de outubro. Mas não nos choca, não nos choca nada que nesta câmara se faça o debate político. É para isso que aqui estamos.

Debater política, debater projetos políticos nunca é demagogia. Isso significa diminuir-nos enquanto políticos, diminuir-nos enquanto partidos que aqui apresentam diferentes projetos à sociedade açoriana.

É para isso que aqui estamos, para debater política.

Quero dizer-vos o seguinte:

Ao longo destes dias, depois de ter apresentado a minha candidatura à Assembleia da República, visitei algumas ilhas e devo dizer que estou surpreendidíssimo. Foi a maior surpresa da minha vida. Ao longo de 20 e tal anos de atividade política, eu nunca, nunca, recebi tanto apoio por parte das pessoas. Nunca!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado! Muito bem!

O Orador: O que vos quero dizer (palavra de honra), é que sem pedir o voto, eu tive dezenas e dezenas de pessoas a dizer “eu vou votar em si”. “Eu vou votar em si!”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É assim!

O Orador: “Eu sei o trabalho que o Sr. Deputado faz no Parlamento, a sua coragem, a sua determinação, o nunca desistir de um objetivo e tenho a convicção que é de um trabalho assim que nós precisamos na Assembleia da República.”

Devo dizer-vos (escrevi até sobre isso): entrei nestas eleições com a ambição de subir um bocadinho o *score* político. Era apenas a minha ambição.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas...

O Orador: Mas tenho outra ambição depois de verificar a aceitação que a candidatura está a ter junto dos açorianos.

Eu quero aqui assumir, que é uma coisa que ninguém faz e alguém com 20 anos de experiência política não deveria fazer, mas eu, como sempre, nestas matérias, gosto de ter coragem política e de assumir as minhas responsabilidades.

Eu quero aqui dizer, pela primeira vez, que assumo: o objetivo é conseguir a eleição de um deputado do PPM na Assembleia da República pelo círculo eleitoral dos Açores.

Eu tenho a convicção, depois destas semanas junto dos açorianos, do apoio, da solidariedade que tenho recebido por parte das pessoas, que posso e que tenho as condições para ser eleito.

Devo dizer-vos também o seguinte: existem circunstâncias especiais. Não têm apenas a ver com o mérito das propostas e de um percurso político já longo. Também tem a ver com o enfraquecimento do Partido Social Democrata, também tem a ver com o facto do Partido Social Democrata neste momento estar a pedir a eleição de deputados para reforçar a posição política de alguém que se demonstrou ser profundamente anti autonomista que é o vosso Secretário-Geral Rui Rio.

O Rui Rio (Secretário-Geral, não! Presidente da Comissão Política!) é o responsável pelo facto de os Açores neste momento não ter representantes no Parlamento Europeu.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Grande camarada!

O Orador: O Rui Rio, o Presidente do PSD, ofendeu profundamente os Açores com declarações em que nos minorizava, em que demonstrava uma incompreensão total pelo processo autonómico e em que colocava a regionalização do Norte do país e de outras zonas do país no mesmo patamar, demonstrando que existe uma incompreensão absoluta em relação ao que é a Autonomia dos Açores.

É por isso que muitos açorianos na área do centro de direita não se reveem na candidatura do PSD, porque sabem que estão a votar numa candidatura centralista e numa candidatura cujos votos serão utilizados contra os interesses dos Açores, porque é um programa centralista do ponto de vista da relação entre o território continental e as Regiões Autónomas insulares.

E é por isso, devido a estas circunstâncias especiais em que nos encontramos, porque as pessoas não querem reforçar, porque as pessoas têm memória em

relação ao que o Presidente do PSD disse a respeito dos Açores, porque as pessoas têm memória em relação às consequências das suas decisões, nomeadamente pelo facto de hoje os Açores não ter ninguém no Parlamento Europeu, que estou absolutamente convencido, que nesta área, na minha área, na área do centro de direita, irei ter um conjunto de apoios muito significativos.

Farei uma segunda intervenção mais especificamente sobre a declaração do Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bela intervenção, Sr. Deputado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros Governo:

Considerava, o Partido Socialista, e esta bancada que a intervenção inicial que proferimos seria um repto para podermos acordar sobre um caderno de encargos das autonomias para o futuro.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Então enganou-se na designação de debate de urgência!

O Orador: O Partido Socialista, o seu Grupo Parlamentar, dedicou mais de metade da sua intervenção naquelas que são as suas prioridades em relação aos próximos quatro anos de debate para com a República.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Nós reconhecemos e sabemos aquilo que negociamos no âmbito no programa eleitoral do Partido Socialista, e que está lá presente, e que daí decorrem estas 10 prioridades.

Esperávamos nós que da parte do maior partido da oposição viesse uma resposta no sentido de acordo ou desacordo em relação aos desígnios que

temos para os próximos quatro anos. Aquilo que tivemos foi um silêncio, um silêncio com críticas em relação à governação do passado.

Sr. Deputado, eu prefiro falar sobre o futuro e sobre os desafios que temos pela frente sem esquecer o trabalho que temos realizado.

Nós consideramos que é importante este debate, porque nós não podemos conformar com meia página de um programa eleitoral como tem o Partido Social Democrata em relação às autonomias. Nós consideramos que devemos ir muito mais além. Consideramos que juntos podemos ter a capacidade de influenciar mais o nosso partido, os nossos partidos, naquilo que diz respeito às nossas autonomias.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vocês gostam mais de folhas em termos de promessas, para não cumprir!

O Orador: O Sr. Deputado veio imediatamente aqui, como se da última esperança se tratasse para conseguir salvar o imbróglio que o Partido Social Democrata se meteu neste e no último processo eleitoral, falar do subsídio social de mobilidade, como se este estivesse em risco para os açorianos.

Deputado António Lima (BE): E está!

O Orador: Sejam muito claros. O Sr. Primeiro-Ministro foi também muito claro no que disse.

Deputado António Lima (BE): Absolutamente claro!

O Orador: O que o Primeiro-Ministro disse, e nós concordamos, é que há um problema com os custos do subsídio social de mobilidade não corresponderem a um aumento dos residentes transportados. Antes pelo contrário, Sr. Deputado. O que nós temos é, em 2017, um custo de 26 milhões com o subsídio social de mobilidade para os Açores, e no ano de 2018, segundo os números que temos ouvido serem referidos, temos um valor de cerca de 40 milhões de euros.

Aquilo que se repara é que o tráfego de passageiros residentes em vez de crescer teve exatamente o sentido inverso, diminuiu.

Deputado António Lima (BE): Mas em enquanto?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, os açorianos são contribuintes também.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: Os açorianos têm também o contributo, são portugueses também. Portanto, se por acaso nós temos um acréscimo de custos...

Deputado António Lima (BE): Mas quantos são?

O Orador: ... e uma redução de mobilidade, há efetivamente um problema no subsídio social de mobilidade que deve e pode ser corrigido. Primeiro ponto.

Deputado António Lima (BE): Mas quantos passageiros são?

O Orador: Segundo ponto: estará em causa – e que fique muito claro – o adquirido de mobilidade para o passageiro residente quer ao nível do seu custo líquido, quer ao nível do número de voos? Não!

Nem o Primeiro-Ministro, Secretário-Geral do PS, coloca isso em causa, nem nós nunca o admitiríamos.

O adquirido de mobilidade...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que o Partido Socialista dos Açores conseguiu de liberalização do espaço aéreo,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não diga isso! Não há um açoriano que acredite nisso!

O Orador: ... do incremento de mais turistas e de mais residentes a viajar na Região Autónoma dos Açores é algo que foi nosso património, foi nosso património na propositura, na implementação, na construção e agora sim também na sua manutenção.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas está a falar de números que não conhecemos!

O Orador: E tal como negociámos no passado, estamos a fazê-lo presentemente. Há um grupo de trabalho a decorrer.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas o senhor já tirou conclusões!

O Orador: Há muito ainda para trabalhar... Os Srs. Deputados sabem disso perfeitamente, até a Sra. Deputada Mónica Seidi, ou o Sr. Deputado António Vasco, já perguntaram à Secretária como estão a decorrer os trabalhos, deste grupo de trabalho, onde está presente também o Governo dos Açores.

Para mais: estão os senhores preocupados se é competência da Região a aplicação do subsídio social de mobilidade, se é competência do Governo da República?

Sejamos muito claros: não é este o problema. Nunca será este o problema, porque as Obrigações de Serviço Público de inter-ilhas são comparticipadas pelo Governo da República, que transfere o valor para a Região Autónoma dos Açores e esse valor é gerido por nós.

Sobre isso nunca houve nem decorreu qualquer tipo de problema.

Os senhores vêm negar sobre esta matéria aquilo que sempre defenderam. Aquilo que, por exemplo, assisti Rui Rio defender, na última reunião que teve com militantes do Partido Social Democrata onde estava o Sr. Deputado, foi que a autonomia é também dar às Regiões Autónomas funções do Estado...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... para que eles possam gerir da melhor forma os seus recursos.

Deputado José San-Bento (PS): Mas ele não faz isso praticamente!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, eu bem percebo...

Deputado Luís Maurício (PSD): A questão não é essa!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... que o Sr. Deputado não está habituado a ouvir afirmações deste âmbito, de Rui Rio.

Portanto, para que fique muito claro, melhorar o subsídio social de mobilidade para que ele não custe o que custa aos contribuintes, inclusive açorianos,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... de uma forma que não melhora a sua mobilidade, tem que ser trabalhado.

Garantir que o adquirido de mobilidade que temos ao nível do custo, ao nível das frequências se mantém, e eventualmente até possa ser melhorado, tem o nosso compromisso. É esse o trabalho que temos realizado neste âmbito.

Mas vem o Sr. Deputado a esta câmara preocupado com o trabalho que o Governo da República fez.

Eu dei-lhe inúmeros exemplos de trabalho que o Governo da República fez.

Deputado Luís Maurício (PSD): E eu dei-lhe inúmeros que não fez!

O Orador: Mas o que temos hoje em dia, e o senhor aqui não refere, é o que está em causa. O que está em causa é avaliarmos o trabalho do Governo do Partido Socialista, liderado por António Costa e aquilo que ele se propõe fazer para os próximos quatro anos, e eu não ouvi o Sr. Deputado referir aquilo que poderia eventualmente defender que era avaliar o programa eleitoral do PSD e o perfil do Presidente do PSD, Rui Rio, em termos de autonomias.

O senhor não vem aqui fazer esse contraponto porque nós sabemos bem qual é a opinião que o PSD tem sobre o Presidente do PSD Rui Rio em matéria de autonomia.

Pois bem, o senhor não faz, fazemos nós. O que está em causa nas próximas eleições é escolher deputados que elegerão o Primeiro-Ministro e esse Primeiro-Ministro terá visões diferentes sobre a Autonomia.

Deputado Luís Maurício (PSD): Elegeram Primeiros-Ministros que não ganharam eleições!

O Orador: Como o Sr. Deputado não quer assinar um compromisso e um caderno de encargos da Autonomia, assim se vê que o Sr. Deputado não acredita que o seu partido, que o Presidente do PSD, tenha vontade de cumprir, ou cumprirá este caderno de encargos que eu vim aqui propor.

O que está em causa no próximo dia 6 de outubro é muito claro: optar pelo programa autonomista que no seu trabalho eventualmente poderá ter uma falha ou outra no seu passado, mas que tem – e eu reconheci isso na minha intervenção, porque não seria sério não o fazer – entre o deve e o haver,...

Deputado José San-Bento (PS): O saldo é claramente positivo!

O Orador: ... o balanço é altamente positivo, ou escolher um PSD liderado por Rui Rio que resume os Açores acerca de 12 mil votos.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu inscrevi-me!

Presidente: Sim, mas eu ainda tenho outras inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelo menos neste debate de urgência tivemos aqui uma grande novidade. É que afinal de contas existe um grupo de trabalho, que nós desconhecíamos as conclusões, mas que o Sr. Deputado Francisco César já conhece as conclusões.

Deputado Francisco César (PS): Não tem conclusões!

O Orador: Eu gostaria de saber como é que chegou a elas? Se o grupo de trabalho ainda não apresentou as conclusões a esta Casa, nem a ninguém, como é que já sabe quais são as linhas vermelhas, para usar uma expressão de alguém, que esse grupo de trabalho vai colocar?

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Eu acho que todos nós devemos ter acesso a uma matéria tão importante para os açorianos, como seja a sua mobilidade, a essas conclusões do grupo de trabalho. Mas essas conclusões só revelam uma coisa: é que a incapacidade...

Deputado Francisco César (PS): Não há conclusões do trabalho!

O Orador: Mas o senhor acabou de as anunciar agora!

Deputado Francisco César (PS): Não, não anunciei nada!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, se o senhor garantiu que não ia ser assim, que ia ser assado, é porque o grupo já tirou alguma conclusão.

Deputado Francisco César (PS): O Partido Socialista garante isso!

O Orador: Mas passemos à frente sobre essa matéria.

Sr. Deputado Francisco César, eu tenho que lhe dizer que sobre estas coisas da mobilidade e do subsídio de mobilidade, há coisas que são interessantes e eu gostaria aqui de referir que o CDS não só deu um contributo para a implementação do subsídio de mobilidade, como foi determinante para a sua aplicação, foi determinante para a sua implementação.

Deputado Francisco César (PS): Ele reconhece isso!

O Orador: É preciso resolver isto, porque quem fez um grupo de trabalho, constituiu um grupo de trabalho entre a Região Autónoma e o Governo da República foi o Ministro Pires de Lima que desbloqueou essa situação, obviamente num Governo do PSD e do CDS.

Eu ouvi aqui o Governo da República inteiro, o Governo da República do PS, o Governo da República do PCP e o Governo da República do Bloco de Esquerda.

O PCP foi coerente na sua doutrina.

O Bloco de Esquerda veio aqui na sua posição agora de social-democrata, fazer a sua intervenção que, para usar uma expressão do Sr. Deputado António Lima, roça os laivos da farsa, aquilo que o Sr. Deputado aqui trouxe. Mas era interessante perguntar ao Sr. Deputado como é que o Bloco de Esquerda votou no Orçamento do Estado uma proposta do CDS que propunha 10 milhões de euros para a descontaminação da Ilha Terceira? Como é que o Bloco de Esquerda votou no Orçamento de Estado, Sr. Deputado?

Como é que o Bloco de Esquerda votou uma proposta do CDS de 250 mil euros para reabilitar o Estabelecimento Prisional da Horta? Como é que o Bloco de Esquerda votou no Orçamento de Estado essa proposta, Sr. Deputado?

E também como é que o Bloco de Esquerda votou no Orçamento, de Estado uma proposta, também do CDS, para o curso de Ciências do Mar da Universidade dos Açores, no polo da Horta, em que era necessário investir 360 mil euros para contratar docente? Como é que votou o Bloco de Esquerda, Sr. Deputado António Lima, no Orçamento de Estado de 2019?

Sr. Deputado António Lima, como é que votou o seu Governo do Bloco de Esquerda uma proposta de 2 milhões de euros para o início das obras de ampliação do aeroporto da Horta?

Como é que o senhor votou, com o seu Governo, no Orçamento de Estado da República, Sr. Deputado?

E como é que o seu Governo, e como é que o Bloco votou uma proposta para a reabilitação do Farol dos Rosais, Sr. Deputado António Lima?

E como é que o Bloco de Esquerda votou, o seu Governo da República, para o alargamento do Passe Sub-23 aos estudantes universitários das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira?

Como é que o Bloco de Esquerda votou essas propostas no Orçamento de Estado, Sr. Deputado António Lima?

Portanto, o senhor vir aqui dar uma de “santinho” ali de cima, enfim, acusando os seus parceiros de Governo, não lhe fica bem. O senhor é tão culpado, ou mais culpado ainda, que o Partido Socialista, porque como o senhor disse, eles ao menos foram coerentes com o seu programa, o senhor não foi.

O Bloco de Esquerda não foi coerente com o seu programa e aí é que está o problema. Os senhores cederam para benefício partidário em prejuízo das populações. Foi isso que os senhores fizeram no Governo da República cedendo a uma migalhinha ou outra, mas nas questões verdadeiramente fundamentais os senhores capitularam. Essa é que é a verdadeira razão.

Como foram contra o subsídio de mobilidade. Os senhores foram contra a liberalização das rotas dos Açores, os senhores eram contra isso. Os senhores eram contra o desenvolvimento dos Açores.

Não venham cá!

Mas há uma proposta, e para terminar, porque não tenho muito tempo, da Dra. Catarina Martins que vai desenvolver os Açores de uma maneira extraordinária.

Sras. e Srs. Deputados, ela já tem essa proposta no continente, já a anunciou, que é a proposta das barragens.

Portanto, a Sra. Deputada Catarina Martins vai acabar com a insularidade dos Açores, porque a água do mar vai-se evaporar. Portanto, fica aqui uma salina muito grande e vamos ser exportadores de sal, porque a água evapora-se e fica aqui uma estrada de sal a unir as ilhas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Uma autoestrada!

O Orador: É essa consciência que temos do Bloco de Esquerda, que os açorianos têm que estar bem conscientes (bem conscientes!) das propostas que fazem.

Vem aqui o senhor também falar da cadeia de Ponta Delgada. Mas como é que o Bloco de Esquerda votou a verba que o CDS propôs para o início das obras da cadeia de Ponta Delgada? Como é que o Bloco votou essa proposta no Orçamento de Estado, Sr. Deputado António Lima?

Portanto, vir aqui – vou usar outra vez a sua expressão, que é para não me esquecer – com laivos de farsa enganar esta câmara e enganar os açorianos, não é sério, Sr. Deputado, não lhe fica bem.

Portanto, assuma as suas responsabilidades no Governo da República, para o bem e para o mal.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate. Está inscrito e dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que sei o que pensaram todos os partidos da oposição quando souberam que este Grupo Parlamentar pensava propor este debate.

Pensaram qualquer coisa como isto: eu, se estivesse no lugar deles, ficava quieto. Mas nós não ficámos, mas percebemos num primeiro impulso o que é que terá levado a esse pensamento por parte dos partidos da oposição.

É que não há dúvida nenhuma que a opinião maioritária e generalizada dos portugueses e também dos açorianos, relativamente a este Governo República que trouxe a esperança, que trouxe a social democracia, que cumpriu os objetivos internacionais designadamente em matéria política e económica a que estava obrigado, mas que também seguiu outra via, que também inverteu e reverteu o aumento das desigualdades, que teve uma política social democrata, que trouxe aos portugueses em geral um raiozinho de socialismo (e espero que à minha esquerda não tenham alguns ciúmes proprietários dessa expressão), é fácil de perceber que a situação e o balanço que se faz é globalmente favorável, acerca do Governo do Partido Socialista e do Partido Socialista.

Também é bem verdade que com a autoridade intelectual e pessoal que tem Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, a direita portuguesa parece que atravessa uma grande crise.

Vemos o que é que tem acontecido com o PSD e com a sua liderança, vemos também que afinal a Sra. Doutora Cristas parece já não ser candidata a líder da oposição.

Vemos também as relações entre o PSD nacional e o PSD-Açores.

Sabemos todos que o PSD-Açores atravessa aquilo que será infelizmente a maior crise da sua história no que diz respeito à sua liderança, que sob o ponto de vista político, quer sob o ponto de vista ético.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sabemos também que nos Açores, segundo os jornais, o CDS vive um processo salutar, democrático, de debate interno para o congresso que se aproxima, creio que marcado para dezembro próximo. Não é assim difícil constatar que também na Região a nossa direita andarás proximamente muito ocupada com trabalhos domésticos, atrevo-me a considerar.

O PPM emancipou-se hoje,...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

... trouxe-nos algumas surpresas e o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que nos lembrou de forma tão afetiva aquelas fábulas da nossa infância de reis, de rainhas e de espelhos, tem, confessada e ultimamente, consultado muito o seu espelho: espelho meu, espelho meu, haverá algum candidato mais garboso do que eu?

Sr. Deputado, aconselho alguma prudência com os espelhos, mas se calhar isso também será um bom estímulo para conhecermos proximamente o primeiro congresso do PPM-Açores, o que significa também que por aqui o PPM andarás ocupado.

Apesar de tudo isto, Sras. e Srs. Deputados, eu queria dizer-vos com sinceridade que nós achamos que fizemos bem que a proposta do Presidente deste Grupo Parlamentar foi a mais avisada e a mais oportuna politicamente. Nós já sabíamos naturalmente que mais do que este balanço positivo e generalizado ao nível das políticas em geral para os cidadãos, mas também, e é bom dizê-lo, ao nível do relacionamento com as regiões autónomas e designadamente com os Açores em que não há praticamente uma questão do rol que a oposição sempre puxa, que não seja anterior a este Governo e que não tenha sem qualquer exceção sofrido avanços, progressos e compromettimentos bem mais favoráveis, mas naturalmente era esse rol... Olhe, o Sr. Deputado Luís Garcia não está aqui, mas certamente ele lembrar-se-á tão bem como eu da frase do ex-Primeiro-Ministro Passo Coelho acerca da ampliação do aeroporto da Horta, nos Paços do Concelho, para dar um pequeno exemplo.

Portanto, nós sabíamos que este rol viria, e ainda bem que veio, porque o Partido Socialista, face a essa descrição, quer dizer sobretudo o seguinte: Nós temos absoluta consciência de que a solidão democrática não é boa para ninguém: não é boa para a democracia, não é boa para a autonomia e também não é boa para a maioria.

Portanto, nós sentimos a obrigação de trazer este assunto para fazer um balanço necessariamente positivo do passado e da atuação deste Governo da República, mas sobretudo, como bem lembrou, insistiu e reinsistiu o Deputado Francisco César para nos preocuparmos com o futuro e para sermos os primeiros a dizer, reconhecendo embora esses progressos, que nem tudo foi perfeito, que nem tudo está concluído, que nem tudo andou ao ritmo que nós desejaríamos e queríamos, e para reassumirmos nós em primeiríssimo lugar esse compromisso na esperança, que espero não ser infundada, que também a oposição (viu-se utilidade nisso) que na crítica é

mais ou menos consensual e até repetitiva, se juntasse ao Partido Socialista e se compromettesse também ao seu nível com os meios que os portugueses e os açorianos lhe entenderem dar, que vai lutar de forma construtiva e independentemente do resultado objetivo das eleições e do tipo de Governo da República que delas sair, para que esses compromissos se cumpram.

É esse o nosso principal objetivo. É essa a nossa principal esperança.

Devo confessar, Sras. e Srs. Deputados, que o resultado ou a reação da oposição até agora tem sido, para retomar uma velha frase que diz muito aos socialistas, poucochinho.

Nós queremos mais dessa oposição. Nós queremos que V. Exas. sejam mais exigentes relativamente às autonomias...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... com o Governo do Partido Socialista que tudo indica sairá das próximas eleições.

Nós avançávamos e sentimos que esse é também o nosso primeiro dever.

Nós comprometemo-nos. Nós exigimos.

Era útil talvez para a Região, era útil para a autonomia que, fazendo embora um esforço, ainda que eu perceba que seja um esforço porventura enorme, alguns partidos da oposição deixassem de “lamber as feridas”, deixassem de olhar para dentro, olhassem para a Região, para a Autonomia, para a República e sobretudo pensassem e exigissem aquilo que nós queremos para os açorianos e aquilo que os açorianos merecem.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: É esse o nosso espírito, é por isso que pedimos esse debate, é por isso que estamos aqui a comprometermo-nos.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Ficamos esperançosamente à vossa espera.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A matéria que eu aqui trouxe e que ficou ausente do discurso do Deputado Francisco César, e que diz respeito à mobilidade, acabou por não ter resposta de V. Exa..

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado fixou-se na mobilidade!

O Orador: Relativamente à pergunta que lhe coloquei, Sr. Deputado, se concordava ou não com a afirmação...

(Neste momento o Sr. Deputado volta a mostrar o jornal à câmara)

... de que “Costa considera subsídio de mobilidade absurdo e ruinoso”,...

Deputado Francisco César (PS): Já respondi a isso!

O Orador: ... cheguei à conclusão, após a sua intervenção, de que afinal o senhor concorda com esta afirmação.

O que o Sr. Primeiro-Ministro, enquanto Secretário-Geral do Partido Socialista, disse na Madeira, não é bem aquilo que o Sr. Deputado Francisco César procurou dizer,...

Deputado Francisco César (PS): Olhe, fique na sua!

O Orador: ... porque não é defender a autonomia desresponsabilizando-se daquilo que são as obrigações do Estado. E as obrigações do Estado, perante os cidadãos que residem nos Açores e na Madeira, devem ser idênticas às

responsabilidades do Estado dos cidadãos que moram em território continental.

Deputado Francisco César (PS): Desculpe! É que o modelo é diferente!

O Orador: Eu não admito enquanto autonomista, e enquanto social-democrata, que um Primeiro-Ministro enquanto Secretário-Geral do Partido Socialista, venha desresponsabilizar-se daquilo que é uma obrigação do Estado.

A obrigação do Estado é manter o subsídio de mobilidade,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não queria dizer isso!

O Orador: ... garantir a mobilidade aos açorianos, porque quando se diz que para os Açores e para a Madeira se dá 70 milhões e não se dá mais nada, isso não é mais do que limitar a mobilidade dos açorianos e dos madeirenses.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu não quero ser tratado como açoriano da mesma forma que se possa considerar que um cidadão continental não possa viajar de comboio no espaço nacional de forma livre, não possa utilizar os transportes públicos de forma livre, porque essa é a obrigação do Estado também enquanto lá está, e não se possa desresponsabilizar disso.

Eu não posso aceitar que companhias públicas de transporte deem milhares de milhões de prejuízo e se possa considerar que a mobilidade dos açorianos é algo relativamente ao qual o Estado se desresponsabiliza.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu, como social-democrata, não aceito isso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Porque tal e qual como o Sr. Primeiro-Ministro sabe, os açorianos não se movem de comboio nem de cacilheiro.

Deputado Francisco César (PS): Que demagogia!

O Orador: Os açorianos movem-se de avião.

Portanto, isso nós não nos recusamos nunca de repetir.

Portanto, desresponsabilizar a República perante os compromissos que tem para com as Regiões dos Açores e da Madeira relativamente à mobilidade dizendo que são 70 milhões e mais nada, é no fundo dizer que há cortes no limite à mobilidade. Isso nós não aceitamos.

Doutra forma, Sr. Deputado Francisco César, sobre esta matéria nós temos felizmente história.

Deputado Francisco César (PS): Têm, têm!

O Orador: Propusemos nesta Assembleia um Projeto de Resolução solicitando que sob a forma de pronúncia a Assembleia Regional se pronunciasse, passe o pleonasma, sobre a mobilidade dos açorianos.

E na altura dissemos que havia que melhorar o modelo de reembolso das passagens aéreas dos residentes, que era, no entanto, inaceitável a imposição de quaisquer tetos financeiros ou condicionamentos de horários ou limitações ao número de viagens no âmbito do subsídio social de mobilidade e até propusemos que a Entidade Nacional Reguladora da Aviação Civil fosse ela própria uma Entidade Reguladora dos preços exorbitantes que as companhias aéreas...

Deputado Francisco César (PS): Não são só as companhias aéreas, Sr. Deputado!

O Orador: ... levam no transporte dos açorianos e dos madeirenses.

Sabe, Sr. Deputado, curiosamente, qual foi o sentido de voto do Partido Socialista relativamente a esse Projeto de Resolução?

Chumbaram esse Projeto de Resolução!

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nós temos propostas e sobre o subsídio de mobilidade não nos envergonhamos nem tão pouco sobre aquilo que ele representa relativamente à defesa da autonomia.

Essa, Sras. e Srs. Deputados, não é a primeira ameaça do Governo da República perante a Região relativamente à mobilidade. Em maio de 2018, o Primeiro-Ministro António Costa já tinha anunciado a intenção de impor um limite global nas verbas destinadas pela República ao pagamento dos reembolsos das passagens aéreas para residentes, bem como passar para as Regiões Autónomas a gestão do subsídio de mobilidade.

Em julho, o Ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, que o Deputado Francisco César conhece muito bem, também se queixou que o Estado gastava demasiado com o subsídio social de mobilidade.

E o grupo de trabalho ficou congelado, Sr. Deputado Francisco César, por uma única razão.

Deputado Francisco César (PS): O Rui Rio disse-o também!

O Orador: É que o PS, julgando que tinha hipóteses eleitorais na Região Autónoma da Madeira, suspendeu o grupo de trabalho para que de lá não viessem notícias desagradáveis que pudessem eventualmente prejudicar o resultado eleitoral do Partido Socialista na Madeira.

Foi essa a razão pela qual o grupo de trabalho suspendeu as suas funções...

Deputado Francisco César (PS): O da Madeira já foi publicado! Nem isso o senhor sabe!

O Orador: ... e dele nunca mais se soube de nada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não fiquem dúvidas em relação àquilo que o PSD pensa sobre a autonomia das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

O PSD tem história, tem percurso e tem provas dadas relativamente a esta matéria, mesmo quando, ao contrário daquilo que os senhores fizeram nós tivemos que nos impor perante lideranças nacionais que não estavam de acordo com esses princípios.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate trazido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista é um debate essencialmente sobre o passado. Um debate sobre quatro anos de governo para avaliação...

Deputado Francisco César (PS): Debate foi o que nós propusemos!

(Apartes inaudível do Deputado José San-Bento)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu agradecia o devido desconto ao tempo, porque ele não é muito. Os Srs. Deputados do Partido Socialista talvez estarão nervosos. Eu ainda não disse nada, mas já estão a enviar apartes.

Este debate, como dizia, é sobre os quatro anos do Governo da República e é um debate sobre quatro anos, obviamente, do passado, mas como em termos de investimento público e em termos dos compromissos que foram firmados entre o Governo da República e o Governo Regional, como é preciso essencialmente uma lupa para vislumbrar o cumprimento desses

mesmos compromissos, o Partido Socialista dedicou grande parte da sua primeira intervenção aos seus compromissos futuros.

Vem dizer que agora é que é, que agora é que vamos cumprir com aquilo que não foi feito nos últimos quatro anos. Mas falemos então dos programas eleitorais.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Os programas eleitorais têm que ser concretos, têm que ter medidas e não se medem às páginas.

Mas o programa do Bloco de Esquerda tem medidas muito concretas...

Deputado José San-Bento (PS): Venham elas daí!

O Orador: ... e tem um conjunto de propostas muito concretas sobre as autonomias e sobre os Açores.

O programa do Partido Socialista nacional tem pouco mais de meia página e é extremamente vago com a única medida concreta: a questão do conselho de concertação.

O programa do PSD, já aqui foi dito, é pouco mais de meia página e é pouco mais de meia página vaga.

Relativamente ao programa do CDS esse programa nacional não tem uma alínea sobre os Açores e sobre a autonomia.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional Berto Messias.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Cara e Caros Colegas:

Tendo em conta o debate de urgência que estamos aqui a ter, tendo em conta as questões que foram aqui trazidas pelo Partido Socialista numa avaliação

daquilo que é e que foi o impacto das políticas do Governo da República nos Açores, não pode o Governo dos Açores deixar de participar neste debate para também referir e fazer um balanço dessas medidas, mas também para fazer um balanço daquele que foi o processo de cooperação e de entendimento entre o Governo dos Açores e o Governo da República nos últimos quatro anos.

A verdade é que nos últimos quatro anos nós tivemos avanços muito significativos em dossiers muito importantes para o presente e para o futuro da nossa Região por força da ação do atual Governo da República...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus!

O Orador: ... e por força também...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: ... da ação do Governo Regional.

Uma ação nos últimos quatro anos entre 2015 e 2019 que contrasta profundamente com aquela que foi a abordagem que nós tivemos entre 2011 e 2015, no anterior Governo da República em muitas matérias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que a troica veio?

O Orador: A verdade é que muitas das questões foram já aqui abordadas pelas intervenções que me antecederam e há um conjunto de matérias que têm um impacto direto significativo na vida dos açorianos e que dizem respeito em concreto aos Açores, que se resolveram por força da ação do Governo da República e do Governo Regional.

Refiro-me, por exemplo, ao cumprimento escrupuloso da Lei das Finanças Regionais;

Deputado António Lima (BE): Era o que faltava!

O Orador: Refiro-me, por exemplo, ao facto de no âmbito desse cumprimento, pela primeira vez, os Açores usufruírem das receitas dos jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aqui na Região, um

conjunto de medidas significativas naquilo que se refere aos problemas que a Ilha Terceira teve no âmbito do *downsizing* da Base das Lajes, um conjunto de medidas e de alternativas consideráveis e significativas, desde logo a majoração dos apoios sociais para a Ilha Terceira, desde logo toda a estratégia inerente à implementação e criação do Air Center, naquilo que estamos a conseguir fazer todas as semanas no âmbito do trabalho desenvolvido no Terceira Tech Island, no âmbito do reforço da promoção turística da Ilha Terceira no exterior, no âmbito de termos finalmente, ao contrário daquilo que foi dito pelo anterior Governo da República, uma companhia *low cost* também a voar para a Ilha Terceira semanalmente, no âmbito também do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada em que pela primeira vez finalmente o concurso avançou...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus!

O Orador: ... está agora...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nem pronuncie esse tema! Um pouco de decoro, um pouco de decoro, Sr. Secretário!

O Orador: Pela primeira vez avançou o concurso que está neste momento num conjunto de procedimentos internos devido ao facto de alguns candidatos que não ganharam o concurso de remoção das bagacinas terem recorrido da decisão e, portanto, está neste momento em processo de avaliação,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Sr. Deputado, isso ofende as pessoas!

O Orador: ... tendo em conta o facto desses empresários não terem recorrido.

Relativamente às forças de segurança, ao reforço de agentes da nossa Região...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Reforço? Onde? Vá ao Bairro da Ribeirinha em São Miguel! Nem entra lá!

O Orador: ... e ao investimento significativo em várias esquadras da nossa Região. Recordo, por exemplo, o investimento concluído na Esquadra de São Roque do Pico, na Esquadra de Santa Cruz das Flores, na Esquadra das Velas, na Esquadra das Lajes das Flores, na Divisão Policial da Horta, e um conjunto de investimentos e de processos que, não havendo obra física, estão já a decorrer e estão previstos para futuro breve, como a divisão policial de Angra do Heroísmo, a esquadra do Corvo, a esquadra do Nordeste, a divisão policial de Ponta Delgada, as instalações policiais de São Joaquim, a esquadra da Ribeira Grande, a esquadra de São Roque do Pico e a esquadra de Vila do Porto.

São tudo investimentos que já são públicos e cujo processo e procedimentos estão a avançar.

As questões relativamente à pista da Horta.

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual o montante total desse investimento, Sr. Deputado?

O Orador: Eu recordo que relativamente ao aeroporto da Horta e à pista da Horta todos se recordarão, com certeza, que no Salão Nobre dos Paços do Concelho da cidade da Horta, o antigo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho anunciava que essa obra não era prioritária...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por causa da sua neutralidade!

O Orador: ... e que não era para fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor não é Deputado do Partido Socialista!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Todos se recordam disso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor não é Deputado do Partido Socialista! É Membro do Governo! Neutralidade!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é verdade. Não houve uma posição institucional!

O Orador: E o que é que temos agora? Temos esse investimento consagrado no Plano Nacional de Investimentos, temos já a decorrer os procedimentos para o investimento na RESA, nas chamadas Zonas de Segurança da Pista. Portanto, é outro processo que nos últimos quatro anos avançou consideravelmente por força da ação do Governo da República e do Governo Regional.

Aquilo que está a ser desenvolvido e que está aos olhos de toda a gente e que no início V. Exas. se referiram em tom juncoso e agora têm que se confrontar com a realidade, que é o investimento que está a ser feito no cluster espacial da nossa Região...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cluster, muito bom!

O Orador: ... em parceria com o Ministério da Ciência do Governo da República e com a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, com um conjunto também de investimentos e de procedimentos que estão felizmente a decorrer.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, obviamente que não estamos totalmente satisfeitos. Há questões que deveriam ter sido tratadas com mais celeridade, há questões que têm que ser resolvidas de melhor forma, desde logo, por exemplo, aquilo que se refere à descontaminação das zonas afetadas na Base das Lajes, há trabalho que foi feito, mas há trabalho que deve ser intensificado, que deve ser melhorado, cuja responsabilidade primeira é dos norte-americanos, mas que exige também maior monitorização e maior empenho por parte também do Ministério do Ambiente.

Portanto, isto para dizer que há claramente... Nós não estamos no campo da opinião política. Há, aos olhos de todos e só não vê quem não quer ver, um

conjunto significativo de avanços e de resolução de dossiers que estavam, permitam-me a expressão, pendurados há muito tempo,...

Deputado Luís Maurício (PSD): O que estava pendurado há 10 anos era a liberalização do espaço aéreo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E agora estão subterrados!

O Orador: ... por força da falta, enfim, de vontade do anterior Governo da República, que se resolveram, que avançaram e que nalguns casos foram concluídos.

Houve aqui um conjunto de intervenções que nós ouvimos, mas eu não posso deixar de dedicar algum tempo àquelas que foram as intervenções e o esforço, certamente meritório e legítimo, do Sr. Deputado Luís Maurício.

Sr. Deputado, deixe-me dizer: o senhor referiu-se à história do PSD. Quem sou eu para pôr em causa o trabalho que o PSD teve na construção do regime autonómico na nossa Região ao longo das últimas quatro décadas, mas Sr. Deputado Luís Maurício, terá que concordar comigo quando eu lhe digo que a história recente do PSD nessa matéria não é certamente muito famosa. Desde logo, por aquilo que acha, que pensa, que diz e que executa o Presidente do PSD nacional, o Dr. Rui Rio.

Deputado Luís Maurício (PSD): Estamos a apelar o voto aos Açores!

O Orador: V. Exas. dizia, encenando uma indignação tremenda, que o PSD-Açores estaria sempre contra os líderes nacionais, mas a verdade é que agora estão a apelar ao voto ao Dr. Rui Rio que há três meses disse que os Açores valiam 12 mil votos, que nem era muito relevante.

Portanto, eu percebo que V. Exa. esteja, enfim, numa situação difícil relativamente a essa matéria.

Também deixe-me dizer-lhe o seguinte, porque isto do ponto de vista político é muito relevante:

O Sr. Deputado Luís Maurício, volto a dizer, num esforço certamente meritório, aquilo que faz é tentar reescrever a história.

Sr. Deputado Luís Maurício, no âmbito do debate político eu julgo que é muito relevante o facto do Sr. Deputado, enquanto Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, vir aqui num exercício de rasgamento das vestes, de grande indignação, como é que matérias que nos últimos quatro anos não avançaram, quando entre 2011 e 2015 os senhores estiveram no Governo da República e sobre essas matérias não fizeram absolutamente nada, alguns dos assunto até os meteram na gaveta. Fizeram-se de esquecidos.

Deputado Luís Maurício (PSD): O país na banca rota foi que os senhores deixaram!

O Orador: O que é que os senhores fizeram relativamente ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada?

Deputado Francisco César (PS): Zero!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E os senhores? Zero!

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu vou mostrar-lhe recortes de imprensa dos compromissos de Sócrates com Carlos César!

O Orador: O que é que os senhores, enquanto tutelaram a pasta da economia, fizeram relativamente ao subsídio social de mobilidade?

Deputado Francisco César (PS): Zero!

O Orador: Não fizeram nada.

O que é que os senhores fizeram sobre a certificação da pista das Lajes? Nada!

Que tratamento é que os senhores fizeram e deram ao Plano de Revitalização da Ilha Terceira? Absolutamente nada!

Portanto, Sr. Deputado, o Sr. Deputado está aqui, fruto também das circunstâncias, fruto da situação interna do PSD ser com certeza uma

situação difícil, a tentar reescrever a história e nós não podemos obviamente, em nome do rigor, compactuar com esse tipo de tentativa.

E também não posso deixar de me referir a V. Exa. no âmbito daquilo que tem dito, que o senhor afirmou que o seu partido tem dito, sobre o subsídio social de mobilidade.

Sr. Deputado, por aquilo que eu ouvi das suas declarações hoje, por aquilo que eu já ouvi também de declarações de outros dirigentes, eu julgo que o PSD-Açores concorda com aquilo que foram as afirmações do Presidente Vasco Cordeiro.

Há, no âmbito do processo de avaliação, uma avaliação ordinária que está prevista e que está a decorrer normalmente; no âmbito daquilo que é o processo de revisão desse subsídio social de mobilidade há um conjunto de questões que são, tal como foi dito, linhas vermelhas, e das quais nós não abdicamos,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Nós não queremos é a desresponsabilização do Estado!

O Orador: ... que são também aquelas que os senhores afirmaram: o facto de não se poder pôr em causa o princípio da descontinuidade territorial, de não se poder pôr em causa o modelo que aumentou consideravelmente e que trouxe ganhos significativos para a nossa Região, que é a forma como funciona o subsídio social de mobilidade, disso não pôr em causa a mobilidade dos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é nada! Seja mais explícito!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Luís Maurício, eu percebo que o senhor, fruto das circunstâncias do PSD neste panorama eleitoral, se agarre agora a isso, afirmando que o Primeiro-Ministro António Costa disse aquilo que não disse. Disse aquilo que não disse!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Ele disse o que disse!

O Orador: Agora o Sr. Deputado Luís Maurício concorda com aquela que foi a apreciação do Presidente do Governo relativamente a esta matéria.

Este processo vai ser revisto, está em curso o trabalho de um grupo de trabalho relativamente a esta matéria, agora há um conjunto de linhas vermelhas, que nós não permitiremos que sejam ultrapassadas, desde logo, que qualquer revisão põe em causa a mobilidade dos açorianos e qualquer revisão possa pôr em causa ou onerar mais aquilo que os residentes pagam no âmbito da utilização deste subsídio social de mobilidade.

Isso para nós é absolutamente claro. Foi aliás afirmado pelo Presidente do Governo no dia a seguir em que imediatamente se fizeram um conjunto de notícias relativamente às afirmações do Primeiro-Ministro, na qualidade de Secretário-Geral do PS, relativamente a essa matéria.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não concorda não!

O Orador: Portanto, sobre isso, Sr. Deputado estamos, julgo eu, daquilo que depreendo das suas afirmações, perfeitamente de acordo.

Mas sobre o subsídio social de mobilidade houve também hoje de manhã uma discussão de quem é o pai, quem é a mãe, quem é que criou, quem é que não criou...

Deputado Luís Maurício (PSD): A vós é que não vos dá jeito falar nisso. Está aqui escrito!

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício, façamos história, façamos um pouco de história relativamente a essa matéria. Em 2011, o então Secretário Regional da Economia Vasco Cordeiro apresentou ao Governo da República, era Ministro da Economia Álvaro Santos Pereira, e Secretário de Estado Sérgio Monteiro,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual era a proposta?

O Orador: ... este modelo ao Governo da República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é mentira! Isso é falso!

O Orador: O que é que aconteceu? E justiça seja feita ao CDS. Essa proposta esteve na gaveta quase dois anos e só foi retomada, e as negociações foram retomadas, quando assumiu a pasta a economia o Ministro Pires de Lima do CDS-PP. Fazemos justiça ao CDS-PP, mas as discussões da camisola amarela, as discussões de quem é o pai e a mãe, não são discussões, confesso, que me entusiasmam muito.

Agora sejamos rigorosos e façamos história relativamente a esta matéria e a este modelo, que é um modelo fundamental para o presente dos Açores e será certamente o modelo fundamental para o futuro da nossa Região.

O grupo de trabalho está a trabalhar nesta matéria e brevemente teremos certamente conclusões sobre esse assunto e novidades sobre esta matéria sem pôr em causa, tal como referi há pouco, aquelas que são para nós linhas vermelhas absolutamente fundamentais, não pôr em causa a mobilidade dos açorianos, não onerar os açorianos relativamente a esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tenho é tempo para falar sobre essa matéria, porque se tivesse tempo...

O Orador: Também não posso deixar de dizer o seguinte: todos nós no âmbito do debate político que fazemos, e é bom que o façamos cada vez mais e com mais intensidade e no âmbito da assertividade e da combatividade que todos nós, felizmente temos no âmbito do debate político, é fundamental que nós não nos agarremos a minudências e não deixemos de ter em conta aquela que foi uma proposta, na nossa perspetiva, muito importante, do Sr. Deputado Francisco César na sua primeira intervenção.

Refiro-me à necessidade de termos, digamos que uma agenda açoriana na República,...

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma agenda açoriana!!!

O Orador: ... que todos os partidos políticos que vão agora a eleições e que vão compor brevemente a nova Assembleia da República possam ter sempre presente a necessidade de uma agenda extraordinária na República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Dê um apoio extraordinário a São Miguel!

O Orador: Porque não tenhamos dúvidas, por todos os avanços que tivemos, e certamente tivemos muitos,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ainda tem que falar mais 16 minutos para acabar com o debate!

O Orador: ... por tudo aquilo que conseguimos, por todas as evoluções que felizmente tivemos, existem ainda muitas matérias que têm que ser resolvidas.

E eu arrisco-me a dizer, Sras. e Srs. Deputados, é esta a minha convicção,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Secretário não está a dizer nada, está só a ocupar tempo!

O Orador: ... que no que se refere aos Açores, um Governo dos Açores é sempre melhor do que um Governo da República. Não tenho, aliás, grandes dúvidas sobre essa matéria.

Mas também me parece importante dizer que todos nós, o PS, o PSD, o Bloco, o PCP, o PSD, todos os partidos aqui representados terão certamente, enfim, companheiros, camaradas, colegas, que na República...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sociais Democratas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Camaradas só tenho na tropa!

O Orador: ... ainda têm algumas reservas mentais sobre a compreensão das nossas especificidades, a compreensão daquilo que é viver nos Açores, a compreensão daquilo que é viver em nove ilhas dispersas no atlântico,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vs. Exas. têm alguns camaradas na Venezuela!

O Orador: ... têm ainda algumas tentações de pessoas nos gabinetes do Terreiro do Paço que não percebem as nossas especificidades...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E outros vão para lá!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... e que têm algumas tentações de não respeitar devidamente aquelas que são as nossas especificidades e as nossas idiossincrasias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quer que eu peça um intervalo regimental? Se o objetivo é acabar com o debate eu posso pedir um intervalo regimental!

O Orador: O Sr. Deputado está aí na brincadeira e a fazer *stand-up comedy*.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não estou na brincadeira!

O Orador: Nós estamos a falar de autonomia e do futuro dos Açores!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é o que o senhor está a fazer!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados....

O Orador: Eu julgo que quando se fala da Autonomia e do futuro dos Açores, eu julgo que se exige a V. Exa. algum respeito e menos interrupções àquilo que está a ser dito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus! O Sr. Secretário não se porta como um membro do Governo!

O Orador: Aquilo que me parece fundamental é que todos os partidos se possam empenhar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Parece que está sentado naquela bancada!

O Orador: Eu gostava, se fosse possível de continuar.

... no aprofundamento, na consolidação e na construção de uma agenda açoriana na República...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a ver? São só piadas!

O Orador: ... que independentemente das nossas divergências, independentemente daquilo que uns acham que deve ser assim, ou deve ser assado, ou deve ser diferente, que nunca se descure que acima de tudo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tanta hipocrisia!

O Orador: ... acima de todos os interesses partidários, está sempre a Região Autónoma dos Açores.

Da parte do Governo continuaremos empenhados em continuar a cooperar e a fazer no fundo aquilo que realmente interessa: arranjar soluções para o futuro da nossa Região e esperamos que todos os partidos, no âmbito deste processo eleitoral, no futuro possam também contribuir ativamente para esse desígnio.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo que por responder ao Sr. Deputado Francisco Coelho. Dizia o Sr. Deputado Francisco que eu me olhava muitas vezes ao espelho.

Não!

Devo dizer a V. Exa. que não tenho esse hábito. E não tenho esse hábito pelas mesmas razões que deveriam aconselhar V. Exa. a não fazer também a mesma coisa, ou seja, a não se olhar ao espelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Deputado, eu começo a ficar preocupado com o seu interesse comigo!

O Orador: Por uma razão muito simples, Sr. Deputado, para não começar o dia desanimado e é isso que me leva a não me olhar o espelho todos os dias de manhã.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para não baixar a autoestima!

O Orador: Esse é o meu hábito. Aconselho a V. Exa. o mesmo hábito.

Devo dizer também Sr. Deputado, em relação às suas juras de autonomista, nós bem vimos aqui ontem, em que V. Exa. rezou Avé Marias e Pai Nossos ao Tribunal Constitucional, a uma visão colonialista do Tribunal Constitucional em que V. Exa. se ajoelhou perante aquele género de decisões.

V. Exa. nesta matéria não tem nenhuma lição para me dar a mim...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu até defendo a independência do Alentejo, Sr. Deputado!

O Orador: ... e creio que a grande parte dos açorianos.

Sr. Deputado, nessa matéria o Sr. Deputado não tem de facto nenhum *pedigree* especial.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado: o senhor dizia, “ah, mas por que é que nós apresentámos isto? Porque nós somos pessoas de coragem, apresentámos aqui este debate!”.

Não!... Este debate foi apresentado pura e simplesmente por antecipação, antes que os outros o apresentassem, pura e simplesmente por isso. Todos sabem que foi essa a vossa motivação, porque, “verdadeiramente”, diz V. Exa., “nós não temos resultados para apresentar”.

Não têm não. Não têm!

Qual foi a evolução da situação da Base das Lajes? Qual foi a evolução palpável nesta matéria?

Eu recordo aqui: foi um Deputado do CDS que pela primeira vez há uns anos falou de contaminação e que os senhores a primeira coisa que fizeram foi dizer que não existia e ameaçar com o Tribunal esse Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É preciso ter memória. Eu estava aqui quando V. Exa. aplaudiu discursos a negar a evidência, a negar a contaminação na Base das Lajes.

Portanto, V. Exa. sabe que eu tenho memória. Nessa matéria nada foi feito, Sr. Deputado.

Em relação ao mar dos Açores no seu programa eleitoral, que é isto tudo, é este calhamaço enorme,...

Deputado Francisco César (PS): Está lá, Sr. Deputado!

O Orador: ... no programa do Partido Socialista, quais são as garantias em relação à gestão do mar dos Açores, que os Açores terão uma palavra decisiva, que os Açores terão poder de veto, que os Açores decidem e que os Açores não estão subordinados nesta matéria?

Eu vou dizer-lhe, Sr. Deputado:...

Deputado Francisco César (PS): Está lá escrito!

O Orador: Nenhuma garantia, Sr. Deputado, ao contrário do que a cabeça de lista do Partido Socialista anda para aí a dizer nos jornais e nas entrevistas. Nenhuma garantia em relação à autonomia dos Açores, em relação à gestão do mar dos Açores.

O senhor diz-me, progressos evidentes em relação à prisão de Ponta Delgada. Quais, Sr. Deputado? Uma legislatura inteira sem fazer nada, sem fazer absolutamente nada.

O que é que foi feito desde o vosso famosíssimo Voto de Congratulação a defender a autonomia, dizendo que estavam muito contentes com o Governo que não tinha feito nada.

Ah!... Porque ficou resolvido o problema do Estabelecimento Prisional na Ilha de São Miguel aqui no vosso Voto de Congratulação.

Foi isso que aconteceu? Foi isso que aconteceu?

Pergunto-lhe o seguinte: ficou resolvido o problema da ampliação da pista da Horta?

Deputado Francisco César (PS): Sim! O senhor está a brincar?

O Orador: Ficou resolvido? Está garantido algum investimento? Está garantida a resolução desta questão?

Foi uma legislatura toda por resolver esta questão.

E dizia há pouco o Sr. Secretário Berto Messias...

Deputado Francisco Coelho (PS): Já falou!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... cuja intervenção em nada, nada se distinguiu de uma intervenção de um membro da bancada do Partido Socialista, ou seja, com uma postura institucional. E eu vou utilizar esta palavra, porque é a palavra e o adjetivo que quero utilizar e que caracteriza: eu tenho vergonha que se possa realizar uma intervenção desse tipo. O Governo dos Açores tem o dever de neutralidade. O Governo dos Açores tem o dever de neutralidade. O senhor fez uma intervenção que em nada o distinguiu da bancada do Partido Socialista.

Dizia V. Exa., “nós resolvemos os problemas no âmbito da segurança”.

Os senhores resolveram os problemas?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu convido o Sr. Secretário, eu desafio o Sr. Secretário a ir ao Bairro da Ribeirinha em São Miguel, como eu fui, para verificar as condições de insegurança que as pessoas enfrentam naquela zona de São Miguel. O convido V. Exa.!

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que o Bairro da Ribeirinha tem a ver com o Governo da República?

O Orador: O que me disseram, as pessoas, foi que nenhum governante açoriano lá tinha metido os pés estes anos todos, nem nenhum deputado da Assembleia da República lá tinha metido os pés estes anos todos, porque os senhores não têm a coragem de entrar nestes locais, mas eu tive, estive lá e verifiquei o clima de intranquilidade,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... verificando a situação vergonha de insegurança que V. Exas. não enfrentam e que o Governo da República não enfrenta.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Tenho que terminar. Vou já concluir e dizer: muito mais há a dizer sobre aquilo? Muito mais há a dizer sobre nada, ou seja, o nada que V. Exas. realizaram ao longo destes quatro anos no âmbito do Governo da República.

A verdade é que se analisarmos bem o que foi feito por parte do Governo da República, todos os dossiers importantes e relevantes, nenhum deles está concluído e muitos deles estão adiados...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade!

O Orador: ... e não há nada a não ser um processo de intenções absolutamente vazio. É este o vosso histórico.

Os senhores defendem muito bem a autonomia quando dizem estamos contentes...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... e fizeram uma das coisas que foi mais criticada alguma vez pela comunicação social dos Açores, que foi congratular o Governo da

República por aquilo que tinham feito, ou seja, nada. Nada!... É assim que os senhores vão defender a autonomia dos Açores?

Termino, Sra. Presidente, dizendo o seguinte: é um perigo para a autonomia dos Açores uma maioria absoluta de António Costa, é um perigo o reforço do Partido Socialista nestas eleições...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... e é um perigo, um perigo tremendo para a Região que o Dr. Rui Rio possa sair vivo destas eleições com o apoio dos votos dos Açores, que ele desconsiderou em absoluto dizendo que não servem para nada, são muito poucos, não têm nenhuma importância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho pediu a palavra para um protesto. Um protesto a?

Deputado Francisco Coelho (PS): Um protesto, obviamente, a um conjunto de afirmações que me foram dirigidas e ao Grupo Parlamentar do PS, pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais?

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, para evitar aqui alguma questão eu julgo que tem a ver com a questão do Tribunal Constitucional e de se ter ajoelhado...

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Não! Tem a ver com questões pessoais, diretas, do Sr. Deputado...

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, para um protesto. Dispõe de três minutos. Eu gostaria apenas...

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Tem a ver com a malcriação, Sra. Presidente.

Presidente: Eu apenas queria informar o Sr. Deputado Paulo Estevão que esgotou o seu tempo, mas naturalmente depois terá tempo para o contraprotesto se assim o entender.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Tem mesmo a ver com malcriação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Francisco Coelho, para um protesto.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, três coisas muito rápidas.

Primeira: eu não andei consigo na escola.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado, “eu não andei consigo na escola”? Eu é que não andei consigo na escola!

O Orador: Olhe, por acaso andei com o Sr. Deputado Duarte Freitas,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a ofender-me! Respeite os outros!

Presidente: Srs. Deputados... Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: ... com o Sr. Deputado Artur Lima, mas eu não andei consigo na escola.

Não sei se é apenas um problema de idade ou se se deveu a uma outra razão, mas eu não andei consigo na escola.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu é que não andei consigo na escola!

O Orador: Mas tenho uma boa notícia para si, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Respeite os outros!

O Orador: Ao contrário do que possa pensar devido à sua ideologia, a elegância e a boa educação não são dinásticas, nem são hereditárias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o senhor tem alguma elegância!

O Orador: Qualquer que queira e se esforce pode tê-las.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E já agora, a esse respeito, Sr. Deputado, embora eu fique satisfeitíssimo por não lhe agradar, quero dizer-lhe o seguinte:

V. Exa. não precisa do “espelho da fada madrinha”. V. Exa. precisa mesmo de um daqueles espelhos que refletem a imagem.

Já agora também, Sr. Deputado, quero dizer-lhe o seguinte.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Respeite os outros!

O Orador: Não basta perder o fraco verniz que se tem...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu é que não andei na escola de vossas excelências!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: ... e vir aqui dizer tudo o que apetece.

O Sr. Deputado vai provar aqui...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Respeite os outros. Não seja malcriado!

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: O Sr. Deputado vai provar aqui quando é que eu neguei, por exemplo, a descontaminação da Base das Lajes.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

O Orador: O Sr. Deputado vai provar aqui, porque não basta inventar,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenha educação e respeito pelos outros.

O Orador: ... só porque não se tem razão, porque se tem mau feitio ou porque se tem falta de alguma coisa, que se pode adquirir sem ser dinasticamente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(*) **Presidente:** O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem direito a um contraprotesto, mas eu vou ter que lhe pedir, para não ter que interromper,

que o faço nos termos e com a dignidade que este Parlamento exige, porque eu tive que lhe chamar várias vezes a atenção...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, por que é que não fez essa observação ao seu camarada de partido?

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu dei a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho, o Sr. Deputado Francisco Coelho falava e depois o Sr. Deputado Paulo Estêvão teria o seu tempo para falar.

O que o Sr. Deputado fez foi, de forma algo nervosa, interromper constantemente, facto que eu tive que lhe chamar a atenção. É só por isso que lhe estou a pedir que use os seus dois minutos para que possa esclarecer aquilo que possa ser esclarecido.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Vou utilizar os dois minutos.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu é que não andei consigo na escola. Eu é que não andei consigo na escola!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso já tínhamos percebido!

O Orador: Eu quero dizer-lhe o seguinte: o Sr. Deputado gostou de fazer uma graçola. Veio aqui dizer para eu não me olhar ao espelho, porque me olhava ao espelho muitas vezes. Foi V. Exa. que começou com esse registo. E eu disse-lhe, pura e simplesmente, aquilo que é verdade: não tenho por hábito me olhar ao espelho para não acordar mal de manhã, para não ficar maldisposto o resto do dia. Eu próprio. E aconselhei V. Exa. a fazer a mesma coisa.

V. Exa. sentiu-se ofendido com esta observação, pois é um problema de V. Exa., mas se sabe que a ironia tem como resposta a ironia. Portanto, V. Exa. teve uma resposta que não lhe agradou. Tenha paciência! Não se meta por esses caminhos porque depois pode acontecer-lhe isto que lhe aconteceu.

Depois, eu quero dizer-lhe o seguinte:

Dizia-me V. Exa., depois da tentativa de intimidação e de ofensas que V. Exa. pronunciou a partir dessa bancada, portanto V. Exa não gostou das observações que eu lhe fiz, o problema é seu, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu?!

O Orador: Agora vou aqui dizer-lhe o seguinte: é verdade, absolutamente verdade, que a bancada do Partido Socialista e o Governo Regional começaram por negar a contaminação na Base das Lajes, que isso é verdade, isso é um facto, está no Diário das Sessões.

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor disse eu?!

O Orador: Os senhores começaram por negar que esse problema existe e quando eu disse que V. Exa. aplaudiu algumas das intervenções nesse registo isso também é um facto, Sr. Deputado. Isso é verdade!

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor disse eu?!

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi isso que o senhor disse!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é verdade!

O Orador: Sabe que eu estou aqui há 11 anos e tenho memória daquilo que foi dito e V. Exa. sabe perfeitamente que o Governo negou...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é verdade!

O Orador: ... o Partido Socialista negou, inclusivamente tivemos autarcas...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é verdade!

O Orador: ... a ameaçar de processos ex-Deputados deste Parlamento por o terem dito.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: V. Exa., em relação a esta matéria, aplaudiu essas intervenções.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não é verdade!

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Eu?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, antes de encerrarmos para o almoço o Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos restantes.

Secretário: Os tempos restantes são os seguintes:

O Governo dispõe de 13 minutos e 21 segundos;

O Partido Socialista de 33 segundos;

O PSD de 8 minutos e 42 segundos;

O CDS de 1 minuto e 49 segundos;

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo;

O PCP de 1 minuto e 16 segundos e o PPM esgotou o seu tempo.

Presidente: Regressamos às 15h00.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A razão da minha intervenção prende-se com o facto de terem sido feitas algumas declarações por vários Deputados ao longo deste debate que me parece que seja necessário clarificar e que demonstram de alguma forma que não existe a neutralidade que o Sr. Deputado Paulo Estêvão falava e que em

várias áreas que estão sobre a minha tutela sou testemunha do esforço e da excelente concertação que tem havido em muitas das áreas e que foram aqui postas em dúvida e, por isso convém sermos rigorosos e tratarmos estes assuntos com a seriedade que eles merecem.

Em primeiro lugar, relativamente às pescas, foram e continuam a ser feitas muitas concertações naquilo que é a defesa dos interesses dos Açores, por exemplo, junto de Bruxelas em relação a quotas e em relação a muitas questões que são colocadas a esse nível, e sou testemunha e posso garantir que tem havido uma completa coordenação nesse aspeto e que importa realçar.

Dou-vos vários exemplos, tanto ao nível, por exemplo, de alguns, não eram compromissos do Governo, mas foram muitas coisas que foram conquistadas ao longo desta legislatura, e dou-vos, por exemplo, o exemplo da divisão da quota de alfonsins que era uma quota nacional, que nós passámos a gerir cerca de 85%, e que nos trouxe mais-valias e mais rendimento para a nossa frota.

Dou-vos, o exemplo, da concertação que existe em termos da fiscalização que foi aqui focada e, por vezes, transparece que o mar dos Açores está a saque, e isso não é de todo verdade.

Posso dizer-vos que as ações conjuntas da Inspeção Regional das Pescas com as entidades nacionais responsáveis pela fiscalização, tanto a GNR, a polícia marítima e a DGRM, corresponde a cerca de 18%.

De 2018 até agora, posso dizer-vos que houve um aumento de 325% de ações, ou de missões de inspeção e fiscalização, cerca de 124, missões conjuntas, e que resultaram em cerca de 238 inspeções.

É verdade que o território marítimo dos Açores é um território muito vasto; é necessário, e todos nós desejaríamos, mais meios capazes de cobrir toda a área, mas, no entanto, é justo realçar que tem sido feito um esforço por estas

entidades e que tem dado provas e têm sido obtidos resultados nestes assuntos da fiscalização.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E os drones, Sr. Secretário?

Deputado José Ávila (PS): Os drones estão a chegar!

O Orador: Mais!... Também vem frequentemente à baila que o mar dos Açores está a saque. Isso é completamente falso.

As embarcações que pescam nos Açores são embarcações de uma dimensão que exige uma série de requisitos que estão legislados em termos de legislação comunitária, que têm que ter MONICAP, têm diários eletrónicos a bordo. Nós hoje podemos saber... Por exemplo, se o Inspetor Regional das Pescas dos Açores quiser saber quanto é que foi capturado um determinado lanço, por uma determinada embarcação de pesca, seja nacional ou espanhola, pode fazê-lo imediatamente via computador. Isso está lá e ela ainda está no mar a pescar.

Posso também dizer-vos que de todas as fiscalizações feitas a esta frota, que têm sido encontradas muitas poucas infrações, o que é sinal que o mar dos Açores não está a saque.

Queríamos ter outro enquadramento para algumas das ações desta frota? É verdade. Há pouco tempo foi público que fizemos chegar à Comissão Europeia uma série de propostas para que algumas coisas sejam alteradas.

Em relação a questões, por exemplo, relacionadas com os radares, todos nós sabemos que o radar da Terceira, o processo de concurso está em andamento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nos Açores quando se diz que está em andamento é sinal que ainda vai demorar um bocado!

O Orador: Este era um compromisso do Governo Regional e está a ser executado.

Em relação ao de São Miguel, também depois de esclarecidas algumas dúvidas recentemente com o IPMA, o IPMA retomou o seu planeamento para a instalação do radar de São Miguel na Barrosa.

Portanto, também são assuntos que eram compromissos e que estão a andar. Em relação ainda ao mar, porque o Sr. Deputado António Lima foca sempre este assunto, tem a ver com o Observatório do Atlântico. Não é verdade que não se tenha feito nada. Posso dizer-lhe que para além da comissão instaladora que foi criada e que produziu uma primeira versão daquilo que será o racional do desenvolvimento de um observatório deste género e que está em fase ultimada, porque que teve que ser necessária corrigir algumas coisas para acertar aos fundos de financiamento, posso dizer-lhe que foi conseguido muita coisa fruto de negociações difíceis, com os financiadores, nomeadamente a Noruega, e foi conseguido que este projeto ficasse como projeto pré-definido no Quadro do Financiamento do EEA Grants. São cerca de 2 milhões de euros que estão garantidos para serem investidos nos Açores para a implementação deste Observatório.

Agora, ao contrário do Bloco de Esquerda, nós não defendemos que este é um observatório para duplicar o que existe nos centros de investigação que existem.

Ao contrário do Bloco de Esquerda, o que nós defendemos é que este observatório possa ter e criar mais capacidades, nomeadamente de instrumentação e que se relacione com os centros de investigação regionais, mas também nacionais, e que, no fundo, permita trazer mais conhecimento e a participação em rede dos nossos centros de investigação com centros nacionais e só assim conseguiremos obter mais conhecimento e aproveitarmos melhor aquilo que é o nosso território marítimo em termos de investigação e de recursos que ele tem.

Em relação ao espaço, eu julgo que não havia grandes compromissos até na altura nesta legislatura por parte do Governo da República. Havia, sim, a questão do Air Center.

Esse compromisso está perfeitamente cumprido.

Posso dizer-vos que em 2018 houve uma Resolução do Conselho de Ministros que previa, e prevê, um financiamento de 5.2 milhões de euros para a implementação do Air Center na Ilha Terceira, que tem sede na Ilha Terceira.

Além disso, está também a ser ultimada a criação de um ESA@LAB, ligado ao Air Center, em que também, fruto de uma Resolução do Conselho de Ministros, vai trazer para os Açores mais 2.5 milhões de euros e vai permitir a contratação de cerca de 6 a 7 recursos humanos para criação de um grupo de observação da terra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Observação de quê?

O Orador: Depois, posso também vos dizer que foi com este Governo da República que, em concertação...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Como diz Alonso Miguel: volte ao espaço, porque o mar está tão perto!

O Orador: ... com o Governo Regional, se conseguiu a sede do SST, que é o *Space Survey and Tracking*, na Ilha Terceira, que vai ser instalado no TERINOV, o *Network Operation Center (NOC)* deste projeto e que também foi fruto de concertação entre o Governo Regional e o Governo da República. Estamos a falar de um investimento grande e estamos a falar da fixação de recursos humanos qualificados para operarem neste centro.

Mais!... Fruto também da concertação entre o Governo Regional e o Governo da República na área do espaço, finalizou-se há relativamente poucos dias a obra da nova antena de 15 metros, fruto também de uma colaboração entre

os dois governos e que vai permitir novas valências para o cluster espacial – e repito: o cluster espacial – de Santa Maria.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sempre no espaço e o mar aqui tão perto!

O Orador: Finalmente também vos posso dizer que não é de somenos importância a nossa participação na recém-criada Agência Espacial portuguesa, em que o Governo Regional é sócio fundador desta agência, juntamente com a Agência Nacional de Inovação, juntamente com a Defesa através da Direção Geral de Recursos de Defesa Nacional, e que terá a sua sede na Ilha de Santa Maria.

À volta de todos estes projetos, naturalmente, vão criar-se dinâmicas que, com o tempo, serão muito positivas para a nossa Região.

Ainda falando do Air Center está prevista também a fixação de um grupo ligado ao *Marine Biodiversity Observation Network*, que também vai ter recursos humanos qualificados a fixar na Ilha Terceira.

Em relação ainda ao Air Center posso também confirmar aqui que foram feitos muitos esforços para envolver outros países e isso tem sido público e informado.

Finalmente, posso também vos dizer que neste momento o Air Center já entra em mais de 30 candidaturas, juntamente com outros centros de investigação de vários países, tanto ao nível do INTERREG como ao nível do H-2020, e que todos estes projetos e dinâmica destes projetos vão trazer com certeza não só conhecimento, mas também envolver recursos humanos e isto sem esquecer que estes projetos não esquecem a Universidade dos Açores e têm um envolvimento da Universidade e de investigadores da Região.

Deputado Luís Garcia (PSD): O Observatório do Atlântico também tem, mas eles não sabem o que é que vai acontecer!

O Orador: Convinha, de facto, clarificar estas questões de uma vez por todas, porque parece-me que algumas observações aqui feitas não eram verdade e tive oportunidade de as dizer e de elencar agora.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para uma ligeira correção, muito ligeira, muito suave, às declarações do Sr. Secretário Berto Messias, quando diz que o Governo da República cumpriu integralmente a Lei das Finanças Regionais.

Não é bem assim, Sr. Secretário.

Há pelo menos um artigo em que o Governo da República não cumpriu a Lei das Finanças Regionais (e nós exigimos aqui, exigimos todos), que é “a solidariedade nacional traduz-se ainda na obrigação do Estado repor a situação anterior à prática de danos ambientais por ele ou por outros estados, causados nas Regiões Autónomas, decorrentes do exercício de atividades, nomeadamente em virtude de acordos ou tratados internacionais, ou de disponibilizar os meios financeiros necessários à reparação desses danos.”. Isso é naturalmente a descontaminação da Ilha Terceira. O Governo da República, nesta parte, como todos nós reconhecemos e dissemos aqui, não cumpriu este artigo.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Eu referia-me às transferências. O senhor tem razão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Prescindo!

Presidente: Sendo assim tem a palavra o Sr. Secretário Regional Berto Messias.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Prescindo!

Presidente: Prescinde. Sendo assim, a Mesa não tem inscrições. Não sei se há alguém que ainda se queira inscrever para participar no debate?

(Pausa)

Julgo não haver intenção de participação no debate. O Governo não irá fazer o encerramento. Sendo assim, Sr. Deputado Francisco César para encerrar este debate tem a palavra.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários, Sras. Secretárias:

Nós procuramos, neste debate, um consenso sobre o futuro da nossa autonomia para os próximos quatro anos, mas infelizmente algumas forças partidárias aqui presentes, nomeadamente o Partido Social Democrata, tudo esqueceram sobre a avaliação do passado, tudo ignoraram em relação à projeção do futuro.

Aliás, o PSD ficou tão feliz com a interpretação que fez das declarações de António Costa ao Diário de Notícias da Madeira, que nem reparou, nem observou que o seu presidente do partido, Rui Rio, fez exatamente declarações de igual teor ao dizer que o funcionamento do atual modelo de subsídios e de subsídio social de mobilidade era um modelo ridículo que penalizava em muito os cidadãos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: Portanto, a pergunta que nos colocou na prática é uma pergunta que ignorou fazer ao seu próprio partido.

Pois bem, a nossa posição foi aquela que sempre transmitimos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termine já, Sra. Presidente.

A nossa posição é a de fazer exatamente aquilo que sempre afirmámos. Nós devemos, em relação ao subsídio social de mobilidade, rever de forma a que ele onere menos os contribuintes e onere menos os passageiros residentes, mas garantir exatamente a mobilidade que tem hoje ou ainda mais, quer ao nível dos custos que tem diretos, em termos líquidos, quer também ao nível daquela que é a sua capacidade de mobilidade e de voos. Foi esse o compromisso.

Nós tentámos, inclusive, que o PSD respondesse.

Infelizmente, o PSD sobre esta matéria, aquilo que preferiu fazer foi o que preferiu fazer sobre todos os assuntos, foi atacar o PS,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Foi defender a autonomia!

O Orador: ... foi atacar o Governo da República...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e deixar para último lugar os Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos este nosso ponto da Agenda. Vamos dar continuidade... Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 15h40.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 52 minutos.

Ontem, interrompemos os nossos trabalhos no decorrer do debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XI – “Regime Jurídico de Apoio ao Cuidador Informal na Região Autónoma dos Açores”**. Ainda tínhamos uma inscrição quando encerramos os trabalhos ontem, por isso dou a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaríamos de saudar todos os cuidadores dos Açores que, com um esforço que é de enaltecer, conseguiram trazer a debate um tema que preocupa particularmente o PCP e que em muito afeta a vida dos açorianos. E lembrar o importante papel desempenhado pelos cuidadores informais na garantia da qualidade de vida das pessoas que são cuidadas.

Os cuidadores são *gente que cuida de gente*. Os cuidadores estão sujeitos a uma enorme sobrecarga física e psicológica, que em muitos casos os leva à exaustão e ao esgotamento. Cientes disso e com o intuito de responder aos

problemas dos cuidadores informais, o PCP, seja a nível nacional como regional, tem tido uma intervenção continuada sobre esta matéria, tendo acompanhado a discussão sobre a necessidade de dar mais atenção aos cuidadores informais, às situações familiares e sociais envolventes, bem como alertando para a falta de acompanhamento do Serviço Regional de Saúde e da Secretaria da Solidariedade Social nestes casos.

A solução para os problemas dos cuidadores não pode ser a de transferir para as suas costas toda a responsabilidade pelas pessoas que cuidam. As instituições de saúde e respetiva Secretaria devem partilhar a responsabilidade e apoiar ao máximo os cuidadores açorianos.

O PCP considera que não basta reconhecer o papel imprescindível dos cuidadores informais, não basta dizer que necessitam de ter um estatuto, é imperioso que sejam adotadas medidas concretas de apoio.

Entendemos que a Região e o Governo da República não se podem descartar das suas responsabilidades, designadamente das funções sociais do Estado, especialmente no caso concreto da saúde e da segurança social. Entendemos que importa construir uma ampla resposta pública que, apoiando pessoas em situação de dependência, garanta, simultaneamente, um suporte aos cuidadores informais.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São inúmeras as dificuldades por que passam os cuidadores e as pessoas que são cuidadas, requerendo urgentemente a adoção de medidas ativas e concretas que respondam às suas necessidades em várias dimensões, como sejam a sobrecarga física e psicológica, a exaustão e até depressão, não esquecendo o considerável aumento dos custos com a saúde.

Medidas essas que devem assentar em políticas que promovam uma estratégia de desenvolvimento e consolidação da resposta dos serviços públicos, designadamente dos cuidados de saúde primários, hospitalares e

cuidados continuados integrados, e a concretização de uma rede pública de qualidade de apoio às famílias, às crianças e idosos e às pessoas com deficiência.

Como podemos denotar, o processo de envelhecimento implica alterações a nível biológico, psicológico e social que exigem a disponibilização de serviços públicos e profissionais devidamente qualificados e preparados que permitam às pessoas mais velhas ter uma vida com dignidade. A prestação de cuidados formais é complementada, senão mesmo prioritariamente fornecida, pelos familiares/cuidadores informais.

Muito associado ao envelhecimento, mas não só, surge a dependência. Dependência essa que não decorre apenas do processo de envelhecimento da população. As doenças crónicas, os acidentes vasculares cerebrais, as doenças oncológicas, as sequelas de acidentes de viação, de acidentes de trabalho, doenças degenerativas, demências, doenças congénitas, outras doenças e deficiências trazem consigo a dependência, obrigando à prestação de cuidados diários e regulares assegurados pelos cuidadores informais.

A dependência causa, assim, um grande impacto na vida da pessoa e da família, tanto a nível pessoal e social, como a nível financeiro. Assegurar os cuidados a uma pessoa com dependência é uma tarefa bastante complexa e de grande sobrecarga psicológica.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente Proposta de DLR visa o estabelecimento de um conjunto alargado de apoios aos cuidadores informais, o que constitui uma medida que merece o voto favorável do PCP.

No entanto, a operacionalização desse conjunto de apoios poderá suscitar alguns constrangimentos e descoordenação, para as quais esta Representação Parlamentar estará, como sempre, atenta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Peço desculpa, o Sr. Deputado Paulo Mendes já tinha pedido a palavra para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, agradeço a sua disponibilidade e atenção.

É claro que todos os Srs. e Sras. Deputadas já devem ter notado que entrou uma proposta de substituição, do nosso Grupo Parlamentar, àquelas que eram as nossas propostas de alteração. E cumpre-me esclarecer a Câmara sobre o motivo para tal: deve-se a uma correção de uma imprecisão, que até foi transmitida, ontem, por mim, que se traduz naquela que foi uma proposta inicial ao artigo 15.º de forma a garantir uma compensação pecuniária aos cuidadores informais que tivesse uma correspondência com o valor do seguro social voluntário. Bem, digo imprecisão, porque fui informado posteriormente que existe já um apoio extraordinário, portanto, uma majoração ao apoio social concedido ao cuidador informal que já precavê esta situação e, portanto, garante já o pagamento do seguro social voluntário aos cuidadores informais, daí a nossa proposta deixar de fazer sentido.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado, pelo esclarecimento.

Agora, sim, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

O CDS reconhece a importância do cuidador informal e foi em nome de uma elementar justiça, que se deve atribuir a quem cuida de pessoa dependente, que propusemos, já em 2016, na Assembleia da República, a criação do estatuto do cuidador informal de forma a promover os mais estruturados apoios que permitissem a manutenção em domicílio da pessoa cuidada em vez da sua institucionalização. Em 2016, já fizemos essa proposta e fomos o

primeiro partido a fazê-lo. Saudamos, por isso, hoje, o consenso alargado que aqui se assiste nesta Casa sobre tão importante matéria.

Mas também devemos dizer que a matéria é cada vez mais premente dado o aumento do envelhecimento da população, o aumento das doenças crónicas, das doenças crónicas não transmissíveis e que constituem problemas graves às famílias, cada vez mais ocupadas no seu dia a dia.

Mas há uma outra coisa que também carece de muita atenção, que não é propriamente a doença mas que precisa de cuidador, que é a solidão e a solidão sobretudo dos idosos que são as pessoas mais vulneráveis, talvez, na sociedade. Temos que ter muita atenção.

Este diploma, essa proposta vem sempre em boa hora. Mais vale tarde do que nunca. Mas vem em boa hora e com certeza que merecerá a nossa consideração e o nosso apoio. Mas devo-lhe dizer, Sra. Secretária, que também deve merecer uma análise muito cuidada de muita coisa que aqui vem. Que eu julgo que isto é uma primeira proposta, é uma primeira abordagem que vai merecer, com certeza, algumas propostas de alteração. E não só estas propostas de alteração de circunstância que aqui se fazem para uma coisa ou outra, mas eu diria umas propostas de acerto em algumas matérias que aqui estão, que eu compreendo que tinham que estar aqui neste diploma inicial, que não podem também só ficar para Decreto Regulamentar do Governo. Há aqui questões que merecerão, com certeza, por parte dos grupos parlamentares nesta Assembleia, de futuro, uma análise mais cuidada sobre, por exemplo, o funcionamento dos gabinetes de apoio ou os grupos de apoio aos cuidadores informais na dependência da Direção Regional da Solidariedade Social, que me parece que um é insuficiente. Vai ser esse que vai coordenar as ilhas todas? Vai haver um em cada ilha? Vai haver um em cada concelho? Vai haver... Pronto, há aqui coisas que é preciso refletir profundamente, sobretudo como se vai operacionalizar esta questão. E esta

questão, com certeza, vai merecer, por parte desta Assembleia, atenção, vai merecer revisão deste diploma e vai merecer revisão no sentido de o aperfeiçoar, no sentido do que é o seu objeto essencial e inicial, que é tratar e servir aqueles que mais necessitam, que neste caso são as pessoas com estas necessidades especiais – os doentes, os idosos, os que estão dependentes. E que, naturalmente, nós temos que dedicar, não uma atenção aguda, mas uma atenção permanente e continuada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Umhas palavras apenas para questionar a Exma. Sra. Secretária no sentido de nos elucidar melhor, nomeadamente relativamente ao subsídio de apoio que será pago ao cuidador, como é que ele será calculado e se existirá, ou não, algum valor máximo, algum teto máximo. E gostaria que nos esclarecesse em relação a isso.

E também gostaria que nos esclarecesse, porque a discussão penso que se encaminha para o fim e, de facto, ainda não ouvimos da sua parte... porque também teve uma intervenção inicial e depois não interveio, penso que o fará agora, nomeadamente em relação às questões laborais que estão a ser aplicadas na Assembleia da República e de que forma é que pensa o Governo Regional implementá-las cá. Daí também a nossa proposta no sentido de fazer no documento uma referência no sentido de informar os cuidadores informais daquilo que vigora na Assembleia da República e daquilo que será implementado cá. E uma das sugestões, ou melhor, das propostas que foi conseguida a nível da República foi a tal majoração que o Deputado Paulo Mendes estava a falar, que foi uma majoração dada ao subsídio que será pago

ao cuidador, nomeadamente no que diz respeito ao acesso ao seguro social voluntário, que nos parece uma medida importante, que, não sendo paga diretamente, é uma majoração que é atribuída ao cuidador informal. Portanto, esta é uma medida importante que permitirá fazer algum tipo de descontos para a Segurança Social. E gostaríamos de saber se, nesse sentido, o Governo também irá mostrar-se disponível para implementar a mesma na Região.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Apenas aqui breves esclarecimentos às questões que foram colocadas no final do dia de ontem e já, hoje, aqui, no dia de hoje. A primeira das quais para esclarecer o Sr. Deputado Paulo Mendes, do Bloco de Esquerda, relativamente à questão que coloca do regime preferencial de acesso como sendo um dos aspetos negativos que aponta a proposta aqui apresentada.

Aliás, antes disso, queria dar nota de que as suas referências quanto à importância da iniciativa, quer mesmo ao facto de conter elementos que são inéditos a nível nacional, é para nós motivo de satisfação e foi por isso também que tomamos o tempo que entendemos necessário para trazermos aqui uma proposta que, como eu tive oportunidade de dizer, é um documento simples e despretensioso mas que mereceu da nossa parte uma atenção bastante grande e cuidada.

Dizer-lhe que, relativamente àquilo que aponta como um aspeto negativo, eu acho que na verdade resulta de uma má interpretação daquilo que consta na proposta e é por isso que darei exatamente aqui este breve esclarecimento, que tem a ver com o seguinte: o que se coloca aqui é, no fundo, a

diferenciação ou a possibilidade de diferenciar o acesso aos apoios sociais ou às respostas sociais em função de circunstâncias próprias do cuidador, designadamente o facto de ser trabalhador e outros factos que estão aqui na nossa proposta. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que, estando em igualdade de circunstância, por exemplo, um idoso no acesso a um centro de dia, com o mesmo grau de dependência, as mesmas circunstâncias, é diferenciador no acesso à resposta social o facto de o cuidador, por exemplo, ser trabalhador ou não ser trabalhador. É esta a questão que é aqui focada e nós entendemos que ela é de facto relevante e é também um benefício que decorre e é importante estar consagrado na legislação para efeitos de acesso às respostas sociais. E é isso que aqui se coloca, é esta a intenção daquele artigo específico.

No que diz respeito às questões colocadas pela Sra. Deputada Mónica Seidi, designadamente no que respeita ao apoio financeiro, como sabe, a questão do apoio financeiro está aqui como prevista regulamentar depois da aprovação deste DLR e naturalmente que isto implicará da nossa parte amadurecer ainda algumas ideias e também tentar compatibilizar a nossa proposta com aquilo que vai acontecer nos projetos-piloto a nível nacional. Como sabe, o apoio financeiro a nível nacional também está previsto, embora esteja previsto ainda um regime inicial de projeto-piloto. E nós entendemos que é importante a Região também perceber o que vai acontecer a nível nacional e acompanhar estas alterações e então definir com base também no que for feito a nível nacional ou tendo em consideração aquilo que vai acontecer a nível nacional.

No que diz respeito às questões laborais e que já as colocou ontem, designadamente as questões laborais e fiscais, eu já tive oportunidade de responder aos Srs. Deputados na Comissão, ainda antes do diploma nacional ser aprovado, que tudo aquilo que fossem questões sobre matéria laboral e

fiscal que viessem a ser consagradas a nível nacional, naturalmente que se aplicariam na Região. Assim é naquilo que... e eu posso dar aqui alguns exemplos, porque não há só questões laborais, também, por exemplo, a proposta que foi aprovada a nível nacional agora e publicada a 06 de setembro prevê inclusivamente alterações no regime contributivo e de sistema previdencial a que fez referência, designadamente a questão a que a Sra. Deputada fez referência e que, naturalmente, também se aplica na Região, mas também prevê alterações ao nível do rendimento social de inserção, como penso que terá tido oportunidade de apreciar. Ou seja, se o cuidador for simultaneamente beneficiário de rendimento social de inserção, fica dispensado de cumprir um critério de acesso à medida. Portanto, isto está previsto inclusivamente na legislação e naturalmente também se aplica aos beneficiários de rendimento social de inserção da Região. Quero com isto dizer que todas as matérias, quer sejam as do regime contributivo que foi alterado por via deste diploma, quer as questões do rendimento social de inserção ou outras que impliquem alterações na legislação laboral ou fiscal a nível nacional, se aplicam naturalmente também aos cuidadores na Região. E penso que assim terei respondido razoavelmente às questões que me colocaram.

De qualquer maneira, ainda ontem, foi aqui focado um aspeto que também me foi colocado na Comissão. É verdade que nós não temos... porque não foi feito nenhum estudo na Região, prévio, a esta proposta relativo ao número de cuidadores e em que tipologia. Por exemplo, a nível nacional é feita uma distinção entre cuidador principal e cuidador secundário. Na Região, essa distinção não é feita e nós temos, digamos, uma versão mais generosa da definição de cuidador.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É muito generosa!

A Oradora: De qualquer forma, eu queria dizer que podemos, por aproximação, por exemplo: sabemos que temos na Região, ou tínhamos no final do ano, 438 pessoas a beneficiar de subsídio de assistência à terceira pessoa. E o subsídio de assistência à terceira pessoa, como a Sra. Deputada com certeza saberá, é o subsídio que se destina a cuidadores de pessoas com deficiência, neste caso crianças que beneficiem da majoração no âmbito do abono de família por via da deficiência e serão 438 nestas circunstâncias. Associadas as elas, naturalmente teremos cuidadores. E depois temos, por exemplo, cerca de 1200 pessoas a beneficiar de complemento de dependência de segundo grau e mais 4002 a beneficiar do complemento de dependência do primeiro grau. Naturalmente que a estas pessoas, sobretudo às de segundo grau, estarão associados cuidadores informais. Naturalmente que sim. São pessoas que, como sabe, é feita uma avaliação médica, necessitam de um conjunto de cuidados no domicílio e que estão a ser, naturalmente, assegurados por cuidadores.

E temos aqui, digamos, um universo de aproximação àquilo que poderão ser os cuidadores informais na Região, embora naturalmente que com o funcionamento do gabinete de apoio ao cuidador e das diligências que serão feitas em consequência da aprovação e aplicação deste diploma, teremos, com certeza, uma noção mais aproximada, quer do número de cuidadores, quer das necessidades desses mesmos cuidadores.

Eu penso que a Sra. Deputada, ainda ontem, fez aqui lembrar uma frase que eu usei aqui há uns tempos atrás e que este diploma penso que tem este mérito, que é, de facto, um olhar sobre os cuidadores, um olhar especial que se encerra numa frase que eu usei aqui há uns meses atrás, que é, de facto, “cuidar de quem cuida”. Este diploma tem esse propósito muito concreto de cuidar de quem cuida. Penso que está razoavelmente bem conseguido. Os Srs. Deputados já fizeram aqui alusão a eventuais necessidades futuras de

adaptação e de melhoramento na proposta. Pois, com certeza que sim. As necessidades das pessoas também se alteram e as assembleias existem exatamente para, a todo o tempo, melhorar as propostas.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Encerramos então aqui o debate na generalidade. E vamos votar na generalidade esta proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar agora ao debate e votação na especialidade. Pergunto se há alguma inscrição. Julgo não haver. Vamos então começar as votações.

Está à votação o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 2.º com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Julgo não haver oposição em votar o artigo 3.º e 4.º da proposta em conjunto. Não havendo, estão à votação estes dois artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, do PS, para o artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 5.º com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora o artigo 6.º com esta alteração que aprovamos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; votos a favor 18 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, a este mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 27 votos a favor do Partido Socialista, 18 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM; 2 votos de abstenção do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 7.º com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 18 do PSD, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM; 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista, 18 do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PPM; teve votos a favor 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Vamos então agora colocar à votação a proposta de alteração, também para este artigo 8.º, desta feita apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista, 4 do CDS-PP e 1 do PPM; a favor 18 do PSD, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Está à votação o artigo 8.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 4 do CDS-PP e 1 do PPM; a abstenção 18 do PSD, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 27 votos do PS e 18 do PSD; teve votos favoráveis 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, a este artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM; votos a favor 18 do PSD e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 9.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos do Partido Socialista, 4 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM; 18 abstenções do PSD e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Julgo poder colocar à votação em conjunto os artigos 10.º e 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do PS, 4 do CDS-PP e 1 do PPM; votos favoráveis 18 do PSD, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 12.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada...

Presidente: Sr. Secretário, peço desculpa.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Para repetir a votação, por favor.

Presidente: Para repetir a votação? Vamos então repetir a votação desta proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista, 4 do CDS-PP e 1 do PPM; teve votos favoráveis 17 do PSD, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, a este artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 27 votos do Partido Socialista, 18 do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PPM; a abstenção 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 13.º da proposta com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; teve votos favoráveis 18 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 14.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Julgo que posso votar conjuntamente os artigos 15.º, 16.º e 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo PS, a este mesmo artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora o artigo 18.º com estas duas alterações que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação conjunta, porque penso que não há oposição a isso, os artigos 19.º, 20.º e 21.º da proposta.

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O artigo 20.º à parte.

Presidente: O 20.º à parte, ok. Então vamos votá-los todos separadamente. Está à votação o artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 20.º.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra... para intervir, não é? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui no que diz respeito ao artigo 20.º, a definição das regras de funcionamento e gestão da bolsa de cuidadores é objeto de Portaria dos Membros do Governo Regional competentes em matéria de Solidariedade Social e de Saúde, tendo em conta também a definição mais abrangente do que aquela que existe na legislação nacional em relação ao cuidador informal, esta prerrogativa aqui em relação à bolsa de cuidadores (por isso vou votar favoravelmente esta iniciativa, partindo do princípio que é bem intencionada e é de facto e significa um avanço importante nalgumas áreas), aqui, tendo em conta a natureza do poder político que nos governa, tenho algumas dúvidas em deixar esta solução em aberto para o Governo Regional. Tenho sempre medo que este instrumento seja utilizado para além dos grupos de apoio familiar, dos amigos, ou seja, que seja utilizado de uma forma mais extensiva do que aquele que é o espírito da legislação. Tenho essa desconfiança. Tenho 23 anos de experiência em relação ao poder socialista para desconfiar. Desenvolvi esta desconfiança e por isso não vou passar um cheque em branco em relação a esta situação e, portanto, vou votar contra este artigo. Não altera a minha votação final global, ou seja, continuarei a votar favoravelmente. Mas aqui não dou o benefício da dúvida. Nesta matéria quero ficar de consciência tranquila.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós também temos sérias dúvidas sobre esta bolsa de cuidadores, quem a vai integrar, como a integra. E, portanto, também não vamos dar o nosso voto favorável a este artigo, porque há casos que as pessoas têm já contratadas em sua casa pessoas para tratarem da sua família, pessoas essas que naturalmente não vão ser integradas nessa bolsa de cuidadores e, portanto, pode haver aqui

uma discriminação em que uns têm direito e em que outros não têm direito. Quer dizer, os cuidadores que estiverem na bolsa serão apoiados nos termos deste artigo. Por isso eu dizia logo no início da minha intervenção que isto merece a nossa aprovação, e mereceu, mas vai merecer o nosso olhar muito cuidado, a nossa atenção muito cuidada e propostas, naturalmente, de alteração a algumas coisas que aqui estão que nós não consideramos que seja a maneira mais correta. Como disse no início, foi um primeiro passo do Governo, é um primeiro passo nessa matéria, mas é um passo de uma caminhada que se inicia e que é preciso corrigir o rumo em algumas situações. Essa bolsa de cuidadores é uma delas e também.

Já agora, porque eu não fiz intervenções na especialidade e toda a gente fez na generalidade as intervenções da especialidade, mas, já agora, também há aqui outras coisas que nos parecem mais... e, Sra. Presidente, com alguma latitude, mas que nos merecem também um olhar muito cuidado, que é o estatuto remuneratório, quer do cuidador, quer da pessoa cuidada. Portanto, há aqui a condição socioeconómica de um e de outro. Quer dizer, podemos ter aqui, numa situação limite, em que os cuidadores sejam pobres e só queiram cuidar dos cuidados pobres. E, portanto, há aqui situações que necessitam de muita correção, de muita alteração, sublinhando novamente que este é o primeiro passo de uma caminhada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação do artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos favoráveis do Partido Socialista, 18 do PSD, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 1 voto contra do PPM; 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento, artigo 21.º-A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: E por fim o artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Encerramos este nosso ponto da agenda.

Sr. Deputado Paulo Mendes, pede a palavra para...

Deputado Paulo Mendes (BE): Declaração de voto.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta iniciativa porque consideramos que foi dado um passo importante no reconhecimento do papel e ação dos cuidadores informais.

Dissemo-lo e repetimos, estamos a falar de um conjunto de pessoas de número por enquanto inestimado na Região, mas que deverão merecer esse mesmo reconhecimento porque desempenham um trabalho que é, na maior parte das vezes, invisível.

No entanto, consideramos que este passo, apesar de importante, não se deve ficar pela aprovação desta iniciativa. É por isso que ansiamos pela sua aplicação no terreno. E esperamos que a sua aplicação se traduza na efetiva implementação e provimento devido de recursos no terreno para apoiar os cuidadores informais, quer no que diz respeito à própria bolsa de cuidadores formais que está prevista nesta legislação que acabamos de aprovar, esperamos que ela contenha profissionais em número suficiente para dar apoio aos cuidadores informais e, por essa via, claro, também prestar cuidado a quem dele precisa. E, sobretudo, esperamos que a rede de cuidados continuados e integrados da Região também mereça um reforço. Penso que essa é a intenção do Governo Regional. Pelo menos a Sra. Secretária reconheceu e anunciou isso mesmo aquando da discussão do relatório final da Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores. E digo que esse reforço é importante por duas razões: primeiro, para melhorar os cuidados prestados, inclusive os cuidados prestados ao domicílio, e por isso mesmo é que ansiamos por finalmente vermos a aplicação e a implementação daquelas que são as equipas multidisciplinares que estão previstas na rede de cuidados continuados integrados da Região Autónoma dos Açores; e também, por essa via, achamos que o reforço da rede de respostas no que diz respeito às unidades de internamento para o descanso do cuidador também é importante.

E por isso mesmo esperemos que no futuro todos esses recursos sejam mais do que suficientes para atender às necessidades, quer de quem cuida, possibilitando o descanso merecido, quer também e sobretudo para quem é cuidado.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vê neste dia um momento legislativo feliz. Esta é uma boa proposta, uma proposta realista, responsável e consistente que o Governo Regional do Partido Socialista aqui apresentou, agora enriquecida com propostas de alteração que visam naturalmente esclarecer alguns pontos que poderiam estar mais claros e enriquecer, passo a redundância, o conteúdo do diploma.

Portanto, o Partido Socialista está francamente satisfeito com esta proposta, julga que foi um passo fundamental num caminho que já tem vindo a ser feito e já tivemos oportunidade de elencar as várias circunstâncias em que este caminho foi sendo trilhado. É uma proposta que irá ao encontro de necessidades muito importantes e prementes por parte dos cuidadores informais e que já viam algumas respostas atendidas, mas havia uma lacuna que, hoje, com esta votação, fica sanada.

Há que operacionalizar agora esta proposta e, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, aqui estaremos, como ontem, hoje, amanhã, para melhorar o que no caminho tiver de ser melhorado.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto 7 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 129/XI – “Auditoria pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas às Parcerias Público-Privadas da Região Autónoma dos Açores”**, projeto este apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em democracia, a transparência constitui uma exigência cada vez maior e constitui em todas as áreas, desde os titulares de cargos públicos, até aos negócios públicos. Estes últimos, onde muitos milhões de euros de dinheiro público são investidos, devem ser alvo de um forte e rigoroso escrutínio e fiscalização. Esse escrutínio pode e deve ser realizado pelo Tribunal de Contas que tem como competências o controlo das receitas e das despesas públicas e do património público. O seu trabalho tem como principal destinatário o Parlamento, este Parlamento também a quem responde o responde Governo Regional.

As Parcerias Público Privadas na Região constituem despesas muito significativas no Orçamento da Região. Nos Açores existem dois contratos de PPP, que são: a gestão e concessão do edifício do Hospital da Ilha Terceira; e a concessão rodoviária em regime SCUT na ilha de São Miguel.

No ano de 2017, a Região despendeu mais de 49 milhões de euros com as duas PPP. E em 2018, esse valor atingiu os 44,5 milhões de euros.

Os contratos de parcerias público-privadas (PPP), pela sua complexidade, são difíceis de escrutinar e contêm, por vezes, como ficou demonstrado em vários contratos em todo o País, taxas de rentabilidade muito elevadas e estas são lesivas do interesse público, como a realidade já demonstrou.

No ano 2012, o Governo Regional previa que a SCUT de São Miguel custasse no seu total 846 milhões de euros ao longo do período de vigência da concessão. Nessa altura, a renda anual paga ao concessionário foi de 23 milhões de euros e previa-se que em 2017 o valor fosse o mesmo. Na realidade, em 2017, a renda anual ultrapassou os 38 milhões de euros e, em 2018, atingiu quase 33 milhões de euros. Estes valores estão muito para além dos 0,6% do PIB que o Presidente do Governo Regional, à data, Carlos César, anunciava em 2012.

Em 2016, uma tese de mestrado apresentada na Universidade dos Açores e que faz uma análise custo-benefício das SCUT, estima os encargos futuros desta PPP e da sua renda anual prevista. Nesse mesmo estudo estima-se já em 1065 milhões de euros o custo total e uma renda anual de 28 milhões de euros. Ou seja, 10 milhões de euros efetivamente abaixo do que foi pago, o que indicia claramente que os 1065 milhões de euros de custo total poderão ser largamente ultrapassados. Os encargos com a PPP do Hospital da Ilha Terceira têm também vindo a subir, embora sejam muito mais estáveis.

Passados 7 anos desde o início dos pagamentos das PPP regionais e quando os seus encargos crescem de forma significativa, é fundamental tornar mais transparente essa despesa. Nunca até aqui esse trabalho foi feito. Os dados publicados sobre estes contratos e o seu acompanhamento são insuficientes para garantir a sua transparência e para que sejam fiscalizados os muitos milhões ligados a estes contratos.

Exige-se, por isso, que o nosso Parlamento tenha acesso a uma análise rigorosa, credível e isenta aos atuais contratos, que escrutine as suas taxas de rentabilidade, os encargos já assumidos e pagos, assim como os encargos futuros.

No âmbito das suas competências, o Tribunal de Contas é a entidade certa para realizar esse importante trabalho. A qualidade e a transparência das contas públicas e da utilização dos recursos de todos e todas nós é uma exigência democrática. Uma auditoria às PPP da Região permitirá conferir dados essenciais para a fiscalização do Parlamento à execução desses contratos de concessão.

Auditorias às PPP têm existido muitas, é certo, em quase todo o País. No continente e na Madeira. Nos Açores, até hoje, essa auditoria não foi feita, apesar do Bloco de Esquerda já o ter proposto em sede de orçamento por diversas vezes. Essa proposta teve sempre o voto contra da maioria do Partido Socialista. Não sabemos o que é que quer esconder o Partido Socialista com esse voto.

A bem da transparência, da boa administração do dinheiro público e a bem da própria democracia, esperamos que desta vez a proposta do Bloco de Esquerda tenha outro destino.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta proposta do Bloco de Esquerda, eu gostaria de dizer em primeiro lugar que, quer o preambulo, quer a intervenção da tribuna do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, tem um conjunto de erros graves que enferma completamente as conclusões que pretende tirar.

Em primeiro lugar, o Bloco de Esquerda tem um problema ideológico com as parcerias público-privadas. Em parte, com razão, tendo em conta que há boas e más parcerias público-privadas. Agora, não confunda aquilo que são erros de parcerias público-privadas bem identificadas no País e por essa Europa fora com as duas parcerias público-privadas aprovadas por esta Assembleia e que está a ser cumprida integralmente nos termos que esta Assembleia o definiu.

Portanto, vamos à realidade e à correção dos erros dessa proposta, que faz com que a Resolução do Bloco de Esquerda não dignifique esta Assembleia, porque os dados e os valores utilizados, da forma como são manipulados, não corresponde em nada ao que foi aprovado na Assembleia. E vamos demonstrar isso ponto por ponto.

Em primeiro lugar, ao contrário das parcerias a nível nacional, as que foram aprovadas por esta Assembleia não constituem qualquer risco para a Região. Não há qualquer desvio, qualquer alteração, ou qualquer diferenciação em relação àquilo que foi aprovado. A execução dessas parcerias respeita integralmente, ao cêntimo, os termos e as formas como foram aprovadas por esta Assembleia. Porque o que garantimos nas duas parcerias público-privadas nos Açores é que não havia desvios, que não havia alterações e que o valor a pagar por essas parcerias correspondia exatamente ao valor real definido de forma concreta, transparente e clara nesta mesma Assembleia. O risco destas parcerias é exclusivamente das empresas concessionárias, sendo que a Região assegura, nos termos que foi definido pela Assembleia, o pagamento apenas do valor real da prestação dos serviços. E vamos concretizar isso em termos práticos:

Em primeiro lugar, parceria público-privada do Hospital da Ilha Terceira, as regras aprovadas nesta Assembleia definem que o pagamento da renda corresponde ao mesmo valor definido em julho de 2008 até ao final da

parceria, sendo que o valor anualmente faturado corresponde exatamente ao valor definido na renda em 2008, sem qualquer alteração, atualizada pelo índice de preço ao consumidor, ou seja, pela taxa de inflação. O que quer dizer que a parceria público-privada do Hospital da Ilha Terceira terá, ao longo dos 25 anos, exatamente o mesmo valor de renda real, ou seja, o valor de renda nominal deduzido do efeito da inflação, sem a variação de um único cêntimo. É assim que foi definido. É assim que está a ser integralmente executado, sem qualquer desvio e sem qualquer dúvida;

Em relação às SCUT e ao modelo de SCUT para os Açores, o que foi definido por esta Assembleia é que não era uma parceria público-privada onde havia concessão da via. O que a Região assumiu pagar foi exatamente, anualmente, o valor correspondente ao tráfego efetivamente executado, mantendo em termos reais o valor da tarifa, ou seja, por outras palavras, o que tem as SCUT é que o Governo se substituiu aos utilizadores que passam nessas vias pagando a portagem, em termos reais sempre com o mesmo valor ao longo dos 30 anos, correspondente aos carros e aos veículos que passam nessas portagens, sem qualquer outra conta, sem qualquer outra variação. E a variação anual do pagamento das SCUT corresponde exatamente à variação anual do tráfego, quer seja de veículos pesados, quer seja de veículos ligeiros. Não havendo, nem nunca houve, desde a aprovação em 2006 dessas mesmas parcerias, aqui, qualquer desvio, qualquer alteração a esta regra.

Esta é a realidade. Este é o fato de estas duas parcerias serem verdadeiramente exemplares porque não há nenhum desvio e as regras de pagamento são claras, transparentes e objetivas. Para tentar contrariar esta realidade, o Bloco de Esquerda na sua Resolução comete três erros graves que, ou por desconhecimento, ou por má vontade (que seria mais grave), os voltou a repetir aqui.

Primeiro erro, compara o valor sem IVA definido num estudo com o valor pago com IVA. Isto faz um diferencial de 18%, que o senhor aqui reafirmou. Não é verdade que no montante que referiu haja, por exemplo, num ano, um desvio de 41%, ou que a média seja mais 21% do que aquilo que estava previsto. A sua diferença é que numa tem a taxa de IVA e no valor de pagamento é com IVA e só isso faz uma diferença de 18% entre aquilo que o senhor quer comparar. O senhor comparou um valor sem IVA com um valor com IVA e a diferença é só 18%. Isso anula completamente esse desvio que referiu. E posso-lhe dar exemplos, um a um, em relação a estes casos. Por isso o seu erro e o erro de análise que faz com que diga que a variação do conjunto dos anos é mais 21%. Não! Aí está a comparar um valor sem IVA, com IVA, por uma razão muito simples: o concessionário recebe sem IVA, a Região paga com IVA. O IVA é receita fiscal da Região, não é receita do concessionário, é despesa da Região. E essa diferença faz toda a diferença, que desmonta completamente os dados que aqui argumentou.

Segundo erro fundamental, omite na comparação aquilo que é efetivamente comparável, que é o caso base. Parceria público-privada, as SCUT, foi a empresa que venceu, venceu com base num caso base de projeção de tráfego. É esse o valor de referência de tráfego que levou a empresa a vencer o concurso. À data de hoje, passado estes anos, a diferença entre o que a empresa previa receber em função do tráfego que previa que acontecesse e aquele que efetivamente aconteceu é menos 41.6%, que foi o risco que a empresa assumiu e é o prejuízo que a empresa está a ter, porque o tráfego efetivamente e aquilo que a Região efetivamente está a pagar é, neste espaço de 2012 a 2019, menos 41.6% do que aquilo que a empresa previa receber. Por outras palavras, a Região está a pagar, neste período, menos 115 milhões de euros do que aquilo que a empresa previa receber nesse período, porque,

pura e simplesmente, o tráfego foi muito inferior àquele que a empresa previa.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Por isso, não vale a pena entrar em comparações com cenários médios pessimistas que foram definidos no âmbito de um estudo intermédio. Mas isto gera uma terceira confusão, que é a confusão essencial, que é o que os valores também referem em relação ao valor atualizado líquido da concessão, fazendo crer que o valor que se paga no futuro já está comprometido. Não! Não está! Em cada ano o valor é atualizado: o hospital, em relação à taxa de inflação para garantir que a renda em termos reais é sempre fixa; e nas SCUT é atualizada no valor que efetivamente se paga e corresponde ao valor dos veículos que passaram nas SCUT no ano anterior, sendo que a tarifa por cada veículo é atualizada com base na taxa de inflação. Tão limpo, tão direto e tão transparente quanto isso! É o único compromisso que existe na Região. Uma coisa diferente são projeções sobre tráfego futuro, que não gera nenhuma responsabilidade, que não gera nenhum encargo, mas é apenas uma tentativa de previsão da evolução do tráfego. E mesmo aí, quando os senhores tentam comparar previsões de tráfego que não geram nenhuma responsabilidade, nenhum encargo com o tráfego efetivamente efetuado, estão a cometer o terceiro erro fundamental nesta análise.

E por isso mesmo tenho que lhe dizer, que talvez não saiba, como é que é calculada essa projeção de tráfego futuro. Através de uma fórmula que também foi aprovada por esta Assembleia, que tem seis parâmetros: o índice de mobilidade diária do ano anterior para veículos ligeiros e veículos pesados; a taxa de inflação do ano anterior; a variação da população dos Açores; a variação do PIB do País; e a variação dos passageiros desembarcados em São Miguel. Esta alteração anual faz alterar o valor atualizado líquido de previsão futura, mas não gera nenhuma

responsabilidade para a Região, apenas gera uma previsão daquilo que poderão ser os encargos. É esta variação que referem na sua Resolução como um encargo, quando não é encargo nenhum.

E vamos por isso à rentabilidade. A rentabilidade é o dado que demonstra melhor aquilo que estamos aqui a falar. A empresa que referem que tem a concessão das SCUT tem as suas contas públicas, por isso posso dizer que, no final de 2017, a Euroscut, que é a empresa que tem a concessão... Sabe qual é o seu passivo? É superior ao seu ativo em 56 milhões de euros, ou seja, as SCUT deram a essa empresa uma situação em que neste momento têm uma situação em que o seu passivo é maior que o seu ativo, ou seja, a rentabilidade para a empresa foi inferior a zero. A empresa, neste momento, tem uma situação tecnicamente onde o passivo é maior do que o ativo, o que demonstra precisamente que o diferencial está nos 115 milhões de euros que previam receber e que não receberam, ou seja, suportaram um encargo, ao longo destes 30 anos, em 56 milhões de euros superior àquilo que preveem receber dessa mesma concessão, o que demonstra bem que o modelo que esta Assembleia aprovou é um modelo que defendeu o interesse da Região e que nos fez poupar, só neste 7 anos, face à previsão, 115 milhões de euros. E se dúvidas houvesse sobre essa matéria, precisamente em 2014/2015, essa empresa, porque o valor que estava a receber era muito inferior àquilo que estava a prever, solicitou um processo, no âmbito da concessão, de reequilíbrio financeiro. Essa situação foi analisada pelo tribunal competente – o Tribunal Arbitral –, de que, aliás, foi notícia pública em 2016 e que os senhores omitiram aqui, e essa decisão foi uma decisão muito clara a favor da Região. A empresa considerava que estava a ter um prejuízo de 120 milhões de euros porque a receita que estava a ter era inferior nesse montante àquilo que tinha previsto. E o Tribunal Arbitral, na altura, decidiu, em 2016 com impacto para 2017, que a única razão que poderiam ter razão é ter

havido uma crise internacional que lhe podia prejudicar as suas previsões em 8 milhões de euros, sendo que o resto era um problema de terem feito mal as contas e terem previsto um tráfego superior ao que não era. E o tribunal decidiu que esse valor de tráfego continuava a ser calculado dessa forma, com diferença deste ajustamento de 8 milhões, o que dá uma garantia futura em termos de decisão do tribunal que este modelo está correto, que defende a Região e que beneficia a Região.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, em conclusão, esta Proposta de Resolução, com todo o rigor, não pode de maneira nenhuma ser aceite. Os senhores cometeram três erros muito graves: compararam, para ver desvios, valores sem IVA com valores com IVA; segundo lugar, comparam valor atualizado líquido, que é uma previsão da variação de tráfego futuro, com compromissos que não existem e que são apenas uma previsão; e, mais importante que isso, omitiram o essencial, que o valor que a Região pagará em relação à parceria público-privada do Hospital da Terceira é sempre o mesmo valor real de renda, sem qualquer alteração, sendo o valor nominal, que é aquele que varia anualmente, correspondente ao valor da taxa de inflação e o valor que paga em relação às SCUT. É tão simples quanto isso. Paga o número de carros que em cada ano passarem nas SCUT, substituindo-se aos açorianos que teriam que pagar essa portagem. E a Região paga por uma tarifa que é sempre a mesma em termos reais. Não há nenhuma dúvida sobre isso. Aliás, como comprova o Tribunal de Contas que, em todos os anos, quando analisa a Conta da Região, não coloca qualquer objeção, qualquer dúvida, qualquer crítica em relação a esta matéria e analisa as parcerias público-privadas com todo o rigor em cada ano, em termos de execução.

Uma coisa é ter preconceitos ideológicos em relação às parcerias público-privadas. É respeitável. Uma outra coisa é haver más parcerias público-

privadas, que houve no País e na Europa. Mas tentar trazer isso para a Região, onde o modelo aprovado por esta Assembleia, pelos diversos partidos, está a ser cumprido sem desvios, em que nenhuma dessas suas parcerias constitui qualquer risco para a Região, qualquer desvio, é tentar trazer para aqui dúvidas que fazem sentido fora da Região e é tentar colocar aqui questões ideológicas que à larga maioria desta Assembleia nada diz.

As duas parcerias público-privadas que foram feitas nos Açores foram feitas com todo o rigor, são exemplares, estão a ser cumpridas integralmente. Têm criado problemas, sim, às empresas. Como expliquei, de acordo com as contas estão numa situação, no caso das SCUT, de falência técnica, onde têm o seu passivo superior ao seu ativo, o que demonstra bem que defendemos integralmente os interesses da Região a favor dos açorianos e que fizemos estes dois investimentos com responsabilidade, com rigor e com visão de futuro.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda resulta de um mecanismo legal, que consta da Lei do Processo do Tribunal de Contas, que confere à Assembleia Regional e também à Assembleia da República a capacidade de solicitarem ao Tribunal de Contas a realização de auditorias a instituições, a programas. Não há qualquer limitação em termos de

Administração Pública. E, portanto, o Bloco de Esquerda apresenta um projeto com toda a legitimidade.

Relativamente àquilo que é o preâmbulo do projeto, eventualmente há matérias que o PSD pode não concordar com elas ou que não tem opinião sobre elas. Em particular, nessas parcerias não temos indícios de que alguma coisa esteja a correr mal, mas isto não inviabiliza e isso só enriquece a transparência se o Tribunal de Contas validar aquilo que está a ser a prática do Governo Regional. Aliás, quando é feita uma auditoria a qualquer instituição, à partida não significa que o Tribunal de Contas tenha suspeitas sobre essas instituições, sobre o seu funcionamento.

E, portanto, aqui, relativamente àquilo que é a auditoria às SCUT, independentemente do preâmbulo, não há qualquer limitação da nossa parte e, portanto, só enriquecerá, e também da parte do Governo, se a auditoria do Tribunal de Contas confirmar tudo aquilo que são as boas práticas, que o Sr. Vice-Presidente informou a Assembleia que estão a ser praticadas. E, portanto, nesse sentido e em coerência, nós, tal como também já apresentamos duas Propostas de Resolução, em maio, relativamente a duas auditorias que foram inviabilizadas aqui no Plenário, uma relativamente ao processo de compra da Sinaga, outra relativamente a processo de compra da aeronave A330 e que lamentamos que tenha sido inviabilizada, mas ainda esperamos que, ainda assim, o tribunal, na sua liberdade de decisão, possa realizar essas auditorias, aquilo que nós fazemos e o nosso sentido de voto é de aprovar, um voto favorável relativamente à presente Resolução.

Relativamente só a um pormenor que o Sr. Vice-Presidente disse relativamente ao IVA das parcerias, só uma pequena correção: é evidente que o IVA de 18% tem que ser considerado, aí não há dúvidas. Não é receita da Região, porque, a Região, o IVA que recebe é receita por capitação e,

portanto, independentemente do pagamento dos 18%, ou não, aquilo que a Região recebe de IVA não depende do pagamento de IVA desta renda.

Deputado José Ávila (PS): Mas é um contributo.

Enfim, seria na ínfima parte, que é aquilo que representa o IVA da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Perante tal transparência e tamanha explicação do processo das SCUT por parte do Governo Regional, fica aqui bem evidente a resposta que é dada à acusação do Bloco de Esquerda de que o Governo e o Partido Socialista escondem informação. E, portanto, se havia alguma dúvida sobre esta matéria, ficou mais uma vez evidente que o Governo... desde a primeira hora e desde 2001 que esta matéria tem vindo a ser discutida nesta Assembleia e noutros locais e tem vindo a ser analisada também pelo Tribunal de Contas. E, portanto, se há matéria que é amplamente analisada, discutida e fiscalizada, esta das parcerias público-privadas é uma delas.

E a este respeito reforço algumas das palavras que aqui foram ditas, que, mais do que uma questão de substância, o que está aqui em causa para o Bloco de Esquerda é uma questão ideológica. Isso fica bem evidente na leitura do Projeto de Resolução e nas afirmações e acusações que foram feitas. O Bloco de Esquerda não gosta de parcerias público-privadas e, portanto, por essa razão acha que se deve fazer uma auditoria.

Deputado José Ávila (PS): Mesmo que seja benéfica para a Região!

O Orador: É uma matéria que, como diz o PSD, não tem indícios que algo esteja mal. Não tem indícios, aparentemente está tudo bem. E qual é a decisão do PSD? Vota favoravelmente a realização de uma auditoria. Mas,

tudo bem, respeito a posição, embora também importa relembrar a esse respeito que, em 2006, foi aprovado, nesta Assembleia, o Decreto Legislativo Regional referente ao regime de bases de concessão e que foi aprovado por unanimidade pelos partidos que aqui estavam representados. Mais tarde, em 2007, há um processo de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas relativamente à concessão da Euroscut. Em 2009, há também um processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas relativamente ao Hospital de Angra. Em 2011, 2012 e anos subsequentes, a Conta da Região é discutida, analisada, o Tribunal de Contas solicita esclarecimentos sobre esta e outras matérias, o Governo remete explicações, há projeções com base no caso base, há novas projeções, tudo devidamente explicado. E, portanto, aqui também se confirma que a matéria é discutida, é analisada, é fiscalizada e também já o é pelo Tribunal de Contas. E mais um argumento pelo qual não se justifica essa auditoria.

Nos anos seguintes, também há pedidos de esclarecimentos e a esse respeito há até um requerimento do PPM, em 2017, que solicita esclarecimentos relativamente ao aumento de despesa da SCUT rodoviária dos Açores. E pergunta o PPM por que motivo é que há um aumento da despesa do ano 2015 para o ano de 2016 em cerca de 2 milhões de euros. E pede explicações, que são pertinentes, às quais o Governo responde que o aumento do valor pago resulta exclusivamente do aumento do tráfego. E, portanto, a fórmula de cálculo é simples, é transparente, foi aprovada nesta Assembleia. E a esse respeito não existem quaisquer dúvidas. E se o Bloco de Esquerda tinha dúvidas de porque é que o valor aumenta, bastaria ter consultado, por exemplo, o requerimento e veria que...

Deputado António Lima (BE): Não diz nada!

O Orador: Diz, diz! Diz que há um aumento do tráfego médio diário em cerca de 7% e há uma atualização da tarifa da portagem da SCUT no ano

2016 calculada de acordo com o artigo 61.º das bases referidas no ponto anterior. E, portanto, entregarei à Mesa este documento para disponibilizar aos Srs. Deputados e em particular ao Bloco de Esquerda para que fique ao dispor da informação que é aqui divulgada.

E, portanto, para concluir esta primeira intervenção, realço que a matéria em discussão é amplamente discutida, analisada, fiscalizada, está perfeitamente de acordo com aquilo que foi aprovado nesta Assembleia e o Governo tem vindo a acompanhar, a divulgar toda a informação necessária e que, portanto, não se justifica o pedido de auditoria que é aqui feito neste Projeto de Resolução pelo Bloco de Esquerda. E, portanto, o Partido Socialista votará contra.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No entender do CDS, o nosso sistema democrático deve assentar no máximo grau possível de transparência. E o CDS tem tido a preocupação de pautar a sua atuação e a sua atividade nos Açores por princípios exatamente de rigor e de transparência. E são muitos os exemplos que nós temos dado desta preocupação, desde os inúmeros requerimentos que apresentamos...

Sr. Deputado, quer falar?

Deputado José San-Bento (PS): Não! Só disse um aparte!

O Orador: Pronto, agradeço.

... os inúmeros requerimentos entregues nesta Parlamento Regional sobre transparência nas adjudicações e nos apoios públicos, os pedidos de esclarecimento ao nível dos concursos e da contratação pública, os vários

debates de urgência que nós trouxemos a este Parlamento, reivindicando transparência e isenção no funcionamento da Administração Pública, a proposta da criação do canal parlamento e ainda a Comissão Eventual de Inquérito ao Setor Público Empresarial que foi proposta pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Ora, nós temos igualmente confiado um voto favorável a todas as iniciativas que, de uma forma séria e responsável, reclamam maior transparência e maior capacidade de discutir no público, a bem do aprofundamento da nossa autonomia.

No nosso entender, este Projeto de Resolução reclama, de facto, a transparência no que diz respeito a estas duas parcerias público-privadas e são as únicas que existem de momento nos Açores e que importam valores e responsabilidades grandes para a Região e numa altura que se perspectiva o aparecimento eventual de uma nova PPP. E, portanto, parece-nos apenas, independentemente das imprecisões que enferma este Projeto de Resolução...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é imprecisões!

O Orador: Ou erros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Erros?!

O Orador: Como disse o Sr. Vice-Presidente, erros grosseiros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Erros?!

O Orador: Independentemente desses erros, parece-nos natural que nós possamos fazer uma avaliação consubstanciada...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é independentemente dos erros! É dizer que há desvio, ou não há, em relação aos valores projetados! É só isso!

O Orador: Parece-nos apenas que seja natural que possamos fazer uma avaliação consubstanciada do funcionamento e da execução das únicas duas PPP que existem nos Açores, especialmente nesta altura.

E nós, recordo que fomos favoráveis à realização desta PPP, da SCUT de São Miguel e, aliás, como a do hospital. E temos por boas as explicações dadas pelo Sr. Vice-Presidente nesta matéria. Agora, o que nos parece também é se estas duas PPP são modelos e são exemplares, não vem mal nenhum ao mundo que por uma questão de transparência seja o próprio tribunal a reforçar o carácter exemplar destas duas PPP. Se de facto elas são exemplares, uma auditoria não vai seguramente prejudicar o seu desenvolvimento e a sua execução.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, o Sr. Vice-Presidente, como é habitual, trouxe-nos uma aula de finanças públicas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mal dada!

O Orador: E quis também fazer crer que as estimativas de custo total no que diz respeito às SCUT não seriam encargos futuros e que dependeriam obviamente do tráfego. Mas é óbvio que é assim, porque elas dependem obviamente do tráfego, mas são estimativas. E só há estimativas que são feitas à data e que como são feitas para um tráfego que se prevê, temos que contar com esse possível custo.

Mas, em 2006, quando foram aprovadas as bases da concessão, as estimativas eram muito diferentes! E nas palavras do Sr. Vice-Presidente, na

altura, dizia que a Região iria despende, no total dos 30 anos da concessão, cerca de 325 milhões de euros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Valor atualizado líquido!

O Orador: Com IVA, ou sem IVA, não é, de forma alguma, o valor que está previsto nesta altura!

Deputado Francisco César (PS): Meu amigo, se fizer um empréstimo para a sua casa, o empréstimo que se faz é num determinado valor, não é soma de todas as prestações até ao fim!

O Orador: Aquilo que está aqui em causa é, acima de tudo, duas questões: são, ou não, os custos com as parcerias público-privadas custos significativos para a Região? Julgo que ninguém nesta Casa pode dizer que não o são. São custos significativos.

Deputado Carlos Silva (PS): Defina significativos.

O Orador: Ó Sr. Deputado Carlos Silva, as PPP, por exemplo, valem mais do que o investimento em educação. O investimento, não estou a falar na despesa corrente.

Deputado Carlos Silva (PS): Depende do ano!

O Orador: São, ou não, as PPP custos significativos para a Região? São muito significativos. E ninguém pode dizer que não são! 30 milhões de euros é um custo significativo para uma renda anual. Ninguém pode negá-lo.

Tem, ou não, esta Assembleia (e não estou a falar do Governo Regional) a legitimidade democrática de solicitar ao Tribunal de Contas uma auditora a estes contratos, às suas taxas de rentabilidade, aos seus encargos futuros?

Deputado João Paulo Ávila (PS): O Tribunal de Contas pode fazer o que quiser!

O Orador: Tem, ou não, a Assembleia essa legitimidade e esse poder? Julgo que aqui ninguém poderá dizer que não tem. É uma questão de transparência.

E quem não tem nada a esconder e quem acha que estes contratos são contratos que foram feitos da melhor forma possível e que não prejudicam a Região e que não são lesivos para a Região e que não há qualquer problema com eles, julgo que não será por dar trabalho ao Tribunal de Contas que os senhores não querem aprovar esta proposta, porque o Tribunal de Contas, e disso tenho a certeza, está disponível para o fazer, porque perguntei ao anterior Presidente do Tribunal de Contas, numa audição parlamentar, se o Tribunal de Contas teria essa disponibilidade. E obviamente que a resposta, não poderia ser de outra forma, é que está disponível para fazer esse trabalho que nunca o tinha feito, uma auditoria. Eu não estou a falar da avaliação da Conta da Região, que é outra coisa. Não confundamos, estaria disponível para o fazer.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas está lá a informação!

O Orador: E é isto que está aqui a ser solicitado. Se o Governo Regional e o Partido Socialista não querem, é porque não estão interessados em tornar mais transparente esse processo. E por mais que o Governo Regional diga que é tudo transparente, meus senhores, eu convido qualquer açoriano e açoriana a ler as bases da concessão e tentar perceber as páginas de fórmulas que lá há para cálculo das rendas anuais.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É tão simples!

O Orador: Obviamente, no nosso entender, é preciso que haja uma entidade que possa analisar aquilo que lá está. Já se passaram vários anos desde o início da obra, desde a entrada em funcionamento da concessão e a realidade nos Açores também se alterou, e os senhores sabem muito bem que sim. Em São Miguel, particularmente, com o aumento do turismo, o tráfego aumentou substancialmente.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Quer que se pague mais?

O Orador: E é necessária uma avaliação, em nosso entender, desses projetos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso é impressionante!

O Orador: E a exigência de transparência sobre esta matéria não é como aqui se viu com as intervenções dos outros partidos da oposição, do PSD, do CDS (não ouvimos ainda os restantes), mas não é uma preocupação única do Bloco de Esquerda. Nós não trazemos aqui fantasmas sobre essa matéria. Não gostamos de parcerias público-privadas, é verdade, elas têm sido lesivas como se tem demonstrado em vários contratos em todo o País.

Mas aquilo que nos traz aqui é uma exigência de transparência. E eu recordo uma Resolução apresentada nesta Casa e aprovada, em 2015, por unanimidade, da autoria do Grupo Parlamentar do PSD, que recomendava ao Governo Regional um conjunto de procedimentos para a promoção da transparência na execução dos contratos com recurso a parcerias público-privadas na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas isso é muito diferente!

O Orador: Essa Resolução foi aprovada. Os seus resultados eu desconheço, porque os relatórios, o acompanhamento periódico efetivo e relatórios da atividade da parceria público-privada, que eu saiba, não estão publicados em lado nenhum. Não sei se o Governo os tem, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Faça um requerimento!

O Orador: ... mas se os entregasse à Assembleia, talvez tornasse o processo mais transparente. E essa exigência de transparência já foi aqui debatida e teve o voto favorável do Partido Socialista. A diferença é que o Governo Regional não quer e o Partido Socialista não querem uma entidade externa independente a mexer neste assunto. É por isso que aprovaram a proposta do PSD, em 2015, porque não obrigava a uma auditoria externa. E a proposta

do Bloco de Esquerda assim o faz, obriga e pede, solicita uma auditoria externa ao Tribunal de Contas. É isso que está aqui em causa. É isto que o Bloco de Esquerda está a propor. E é isto que nós estamos aqui a discutir.

E a exigência de transparência não pode ser uma mera retórica, porque quando se chega aos negócios de milhões, aquilo que mexe exatamente no nosso orçamento, o Governo Regional coloca a transparência na gaveta. Há muito pouco tempo, trouxe aqui uma Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a transparência da atividade dos serviços inspetivos da Administração Pública. E permitam-me que leia aqui o preâmbulo deste projeto com o qual nós concordamos e com este preâmbulo concordo perfeitamente. Diz o seguinte, e passo citar: “O reforço da transparência do funcionamento da Administração Regional é um objetivo permanente do Governo Regional dos Açores, que tem sido assumido e concretizado em diversas circunstâncias e por diversas formas.” Ora, meus senhores, o Partido Socialista tem aqui uma grande oportunidade de tornar realidade esta retórica, porque se não o fizer, a realidade é que não há como acreditar nas loas à transparência que o Governo Regional e que o Partido Socialista tecem. Quando se trata de escrutinar estes negócios de milhões, aí já querem esconder aquilo que não querem que os açorianos conheçam.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não tem nada a esconder!

Deputado António Parreira (PS): Não está nada escondido!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquando da primeira intervenção e da Proposta de Resolução do Bloco de Esquerda, eu ainda pensei, com boa-fé, que havia aqui erro de análise. Nessa segunda intervenção, o que o Sr. Deputado fez é grave, porque apresentou

aqui uma Resolução que aqui apresentou dizendo que havia um conjunto de desvios de valores. Foi demonstrado, preto no branco, ao cêntimo, que não há nenhum desvio de valores. O senhor sobre isso não falou absolutamente mais nada. O senhor tentou aqui iludir os açorianos comparando valores sem IVA com valores com IVA para dizer que o valor era superior e foi totalmente desmentido! O senhor tentou dizer que os encargos futuros eram valor e foi totalmente desmentido! A sua Resolução, a sua fundamentação e a sua argumentação caíram totalmente pela base e foram totalmente desmentidos sem que o senhor contestasse essa realidade! Portanto, o senhor ficou sem argumentos! Sem quaisquer argumentos!

Deputado António Lima (BE): As contas são transparentes!

O Orador: Das duas, uma: o senhor não sabia do que é que estava a falar;
...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sabia, sabia!

O Orador: ... ou, sabendo do que é que estava a falar, estava a tentar deturpar os dados da realidade, confundindo coisas que não podem ser confundidas. E vamos ser muito claros, a fórmula, Sr. Deputado, não é nada complicada! A fórmula, qualquer pessoa com o mínimo de conhecimento, que saiba calcular uma percentagem, sabe calcular a fórmula das parcerias público-privadas anual.

Do Hospital da Ilha Terceira já lhe expliquei, varia anualmente de acordo com a taxa de inflação para que a renda seja sempre a mesma em termos reais ao longo dos 30 anos. Qualquer pessoa percebe isso!

Em relação às SCUT é muito simples, é o valor da tarifa da portagem que é sempre fixa em termos reais e o que se paga anualmente é o número de carros, veículos ligeiros ou pesados que passam. E o montante que se paga anual é correspondente ao número de carros que passam nessas portagens virtuais, que, no fundo, o que o Governo faz é substituir o cidadão a pagar a

portagem, pagando no final do ano. É tão simples quanto isso! Quanto a isso não há qualquer dúvida! Quanto a isso é totalmente transparente!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nem nós aceitamos nem admitimos qualquer dúvida sobre essa matéria, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque não as há e porque estamos a cumprir integralmente aquilo que foi aprovado nesta Assembleia!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, como o senhor perdeu completamente a sua fundamentação para a sua proposta, perdeu completamente o seu argumento, o senhor o que é que veio agora tentar? Foi falar em transparência. Processo mais transparente do que este não existe!

Primeira questão, uma Resolução da Assembleia a solicitar algo ao Tribunal de Contas tem que assentar num facto objetivo. Os factos que trouxeram aqui foram totalmente desmentidos!

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor ficou sem nenhum argumento para essa Resolução!

Segundo aspeto, o Tribunal de Contas, anualmente, verifica rigorosamente a execução das parcerias público-privadas na Conta da Região. E pode verificar em termos de auditorias sempre e quando quiser sem precisar da recomendação da Assembleia!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Deve haver uma recomendação da Assembleia? Sim, senhor, sobre auditorias, quando houver factos para justificar essa ação da Assembleia. Esses factos que o senhor trouxe aqui foram totalmente desmentidos, totalmente desmontados. O senhor ficou sem argumentos e

voltou a uma generalidade sem qualquer tipo de fundamentação. É essa a visão que o Bloco de Esquerda tem. Como referi, percebo que tenha complexos ideológicos sobre parcerias público-privadas. Percebo que tenha exemplos noutros lados de más parcerias público-privadas. Agora, aqui, em relação às duas da Região, nem o senhor, nem ninguém apontou, aponta e poderá apontar até agora com qualquer vírgula, cêntimo, diferente daquilo que foi aprovado nesta Assembleia por unanimidade em relação às duas propostas e como foi aqui demonstrado sem que o senhor demonstre um cêntimo o seu contrário.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: ...

Deputado Francisco César (PS): Vai retirar a proposta?

O Orador: O Sr. Vice-Presidente veio aqui dizer que trouxe números errados e que trouxe números com a intenção de falsear os números das parcerias público-privadas. Ora, os números que aqui trouxe são baseados e estão publicados numa tese de mestrado, em que comparam aquele que é...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tese de mestrado foi aquilo que a gente ouviu agora do Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... o parecer do Tribunal de Contas, a projeção feita pelo Tribunal de Contas em 2012 e aquela que é uma projeção feita com base neste estudo. São estes números que revelam esse aumento nos possíveis encargos. Vou fazer entregar à Mesa para distribuir pela Câmara.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Orador: Pergunto se há inscrições.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado, quando nós cometemos um erro, nós devemos reconhecer humildemente esse erro. Desviar do erro é um erro a duplicar.

E redigo e reafirmo aquilo que disse: todo o seu preâmbulo desta Resolução assenta em dados errados! Todo o preâmbulo desta Resolução que justifica que haja desvios, acréscimos de valores, etc., estão todos errados, conforme eu demonstrei ao cêntimo! Mais uma vez o senhor tenta confundir o que são cenários de previsão futura, que não implica qualquer encargo, que são projeções, quando uma parceria que não assenta em projeções futuras, assenta o seu pagamento exclusivamente no tráfego real que acontece num ano. É isso que se paga e é exatamente por cada carro que no ano anterior passa nessa portagem pelo valor fixo de tarifa que não varia em termos reais ao longo dos 30 anos. É esse o valor de compromisso assumido nesta Assembleia. É isso que é pago. É isso que foi pago. E é isso que será pago até ao final sem qualquer desvio e sem qualquer alteração. E é isso, este rigor, esta defesa da Região, que fez com que a empresa a quem foi concessionada tenha um passivo em 52 milhões de euros superior ao seu ativo e que tenha pedido um reequilíbrio financeiro da concessão, que não foi concedido pelo tribunal precisamente porque nós soubemos defender a Região.

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): Muito bem!

O Orador: E neste caso concreto quem ficou mal nesta concessão foi a empresa e quem ficou bem foi a Região. E isso é reconhecido pelo Tribunal de Contas e foi reconhecido pelo tribunal que avaliou e que quantificou essa concessão e que tomou essa decisão a favor da Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra. Reconheço-lhe a insistência, Sr. Deputado.

(* **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou falar de projeções e vou falar de dados.

Deputado Francisco César (PS): Quais dados?

O Orador: Uma última intervenção para esclarecer aquilo que já foi pago. E não estou a falar de projeções.

Deputado Francisco César (PS): E depois?

O Orador: Não me venha dizer que não houve desvios relativamente àquilo que estava previsto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E não há!

O Orador: Vamos para um ano em que isto acontece. Em 2015, o parecer do Tribunal de Contas, com base nos dados da Região, não os criou, previa uma renda anual de 20 milhões de euros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Falso! É 18%.

O Orador: O que foi efetivamente pago foi 25.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É o IVA!

Deputado Carlos Silva (PS): Faça conta!

O Orador: Os dados não são meus, Sr. Vice-Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Por isso não vale a pena estar a dizer que é o IVA, Sr. Vice-Presidente, porque estes dados não são do Bloco de Esquerda. Por isso não

pode vir aqui dizer que fomos nós que inventamos os dados. Isso também não é sério.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Multiplique por 1.18, que é o IVA, e veja!

O Orador: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou em auxílio do Bloco de Esquerda, embora V. Exas. não mereçam por aquilo que fizeram em relação ao recurso do PPM. Mas vou aqui dar uma ajuda porque tenho a mesma preocupação que V. Exas.

Em primeiro lugar, condenar o esforço de minorização que a bancada do Partido Socialista e do Governo Regional estão aqui a fazer em relação ao Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda, honestamente, apresentou aqui uma proposta, está preocupado, como nós estamos também – o PPM. Estamos preocupados com o dinheiro que está a ser pago no âmbito desta parceria. É uma opinião que não é só do Bloco e do PPM, é também uma opinião de muitos açorianos. E por isso não deve, este esforço de aceder a esta documentação, ser minorizado e não deve ser alvo de galhofa por parte de V. Exas. Isso é a primeira coisa que eu vos devo dizer. Isso é uma preocupação legítima. E quero dizer, desde já, aos Srs. Deputados do Bloco de Esquerda que eu também partilho essa preocupação.

Deputado Francisco César (*PS*): Ao que chegou, o Partido Popular Monárquico a dar a mão ao Bloco de Esquerda!

O Orador: Em segundo lugar, nada impede, diz o Sr. Vice-Presidente. Então, mas o tribunal, a secção pode fazer essa investigação e, aliás, já a faz no âmbito das contas e pode fazer de uma forma mais detalhada se,

entretanto, pretender fazer. Sim, pode fazê-lo. Outra coisa diferente é o Parlamento decidir... solicitamos que o faça.

Deputado João Vasco Costa (PS): Com base em quê?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Com base em quê?

O Orador: Isso tem um efeito político. Ou seja, o Parlamento solicitar que o faça é uma prerrogativa que nós temos. Era só o que faltava, que os partidos agora não pudessem acionar os mecanismos de fiscalização que bem entenderem! E, portanto, o que o Bloco aqui está a fazer ao pretender acionar um mecanismo de fiscalização em relação a estas contas é algo que é absolutamente legítimo! Não há qualquer tipo de falta de legitimidade!

Aliás, o Sr. Vice-Presidente está tão convencido da sua certeza em relação a esta matéria, como certamente estará em relação às contas que apresenta todos os anos e sobre as quais o Tribunal de Contas apresenta tantas e tantas dúvidas. Eu estou convencido que o Sr. Vice-Presidente será muito convincente em relação ao Tribunal de Contas, mas nem sempre os convence e não os convence em muitas matérias.

Pois bem, nós, aqui, o que queremos é que o tribunal possa também realizar uma análise em relação a estas contas. Se elas são tão ótimas, tão extraordinárias, batem certo ao cêntimo, se elas são tão extraordinárias, o Sr. Vice-Presidente terá o reconhecimento, quer do tribunal, quer de toda a opinião pública. E, portanto, sairá em braços se a sua tese e as suas explicações forem aceites e se se justificarem e fundamentalmente se se comprovarem depois no âmbito do resultado final. Portanto, não vejo, quer para V. Exa., quer para o Partido Socialista, quer para o Governo Regional, nenhum inconveniente em que se realize esta solicitação, porque, no final, o Sr. Vice-Presidente sairá triunfante, porque a sua tese, os seus conhecimentos sobre esta matéria serão confirmados pela análise que, entretanto, foi feita.

Outra coisa é se isso não suceder. Se isso não suceder, a questão é diferente. Isso significa que o Sr. Vice-Presidente, em relação às afirmações que aqui fez e sobre as quais demonstrou uma enorme segurança, essas afirmações podem não corresponder inteiramente à verdade. Por isso, a mim não me choca que exista esse pedido de fiscalização. Aliás, como a bancada do Partido Socialista bem recordou, já fiz um requerimento sobre esta matéria e, portanto, também me preocupa fiscalizar, acompanhar esta situação. E nada, mas nada me deixará mais contente se aquilo que aqui foi dito pelo Sr. Vice-Presidente se confirmar, que as contas estão certas, que isto é um bom negócio e que, de facto, em relação ao Governo Regional nada há a temer. Nada me deixará mais contente, porque eu gosto sempre que o resultado seja favorável ao Governo da Região, seja favorável à Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Srs. Deputados, este modelo de privatização das SCUT foi (e as fórmulas) aprovado por este Parlamento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não estava cá! O PPM não estava, o BE não estava, o PCP não estava. Três forças políticas não estavam.

O Orador: O mérito da não existência de riscos para a Região, o mérito do processo como foi concebido é o mérito, não meu, desta Assembleia. Aliás, se há mérito no Governo para esta matéria, deve ser dado a quem de direito, a quem desenhou esta parceria público-privada. E quem desenhou chama-se Roberto Amaral e José Contente.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto... Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que às vezes os governantes do Partido Socialista já estão há tanto tempo no poder que não se lembram que já passou muito tempo. Naquele tempo, na “pré-história”, o Bloco não estava no Parlamento, o PPM não estava no Parlamento, o PCP ainda não estava no Parlamento. As coisas alteraram-se muito.

Deputado Francisco César (PS): Nem o Sr. Vice-Presidente estava no Parlamento.

O Orador: As coisas alteraram-se muito. Os legisladores que aqui se sentam, muitos deles não estavam aqui também. E, portanto, obviamente que há uma apreciação legítima que cada parlamento quer fazer sobre o assunto decorridos uns quantos anos. Eu acho legítimo que o Bloco... porque os senhores têm insistido, vamos dizer-lhes que isto foi por consenso. Vamos dizer e vamos insistir que isto foi por consenso que é para eles se sentirem envolvidos. Mas o Bloco, legitimamente, em relação a esta matéria, até pode dizer: nós não estávamos cá! E nós queremos saber! E nós queremos tomar decisões diferentes dos partidos políticos que cá estavam! E nós não estávamos! Também é o caso do PPM, também não estávamos! E do PCP! E, portanto, em relação a estas matérias, eu acho legítimo que o Bloco queira saber quais são as contas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas o seu partido estava! O CDS estava!

O Orador: Nós também queremos saber! Nós também queremos! E já vos disse, nada me deixaria mais contente do que se as explicações do Sr. Vice-Presidente se confirmarem e se confirmar que este negócio é ótimo e que este negócio é rigoroso e que este negócio foi desenhado ao pormenor e que

tudo foi previsto e que tudo está a ser aplicado em relação àquilo tudo que foi previsto. Tenho muitas dúvidas! Olhando para outros negócios, Sinaga, etc. e tal... portanto, começo a ter dúvidas que esses negócios tenham sido montados com este rigor matemático, este rigor de projeção. Tenho grande, grande... e tenho muitas, muitas razões para ter muitas dúvidas em relação a este rigor, a este encaixe extraordinário das contas. Por isso, acompanho a preocupação do Bloco, gostaria de ver uma análise do Tribunal de Contas sobre esta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A minha intervenção é muito rápida neste debate, mas obviamente que eu estive aqui na altura em que estas coisas foram aprovadas. Houve um grande consenso em relação à importância deste projeto, aquele que eu conheço melhor. E felizmente que as coisas correram tão bem sob o ponto de vista da execução e também da projeção que aqueles que eram mais ligados às áreas económicas fizeram, que aconteceu quase um estudo de caso nos Açores, que é, pela primeira vez talvez na história da Europa e do Mundo e do País, a empresa concessionária que nos outros sítios faz e pede reequilíbrios financeiros, aqui começou a ter prejuízo e quase que ia entrar em falência. O que é que isso significava? Significava que as estradas ficavam na Região, que não podiam desaparecer e a Região ia começar a manter as estradas sem mais nenhum problema que não fosse esse.

De resto, na altura isso foi dito e até as pessoas que não estavam muito treinadas neste modelo que, entretanto, foi desenhado para os Açores, eu estou-me a lembrar e com toda a simpatia o digo, o Sr. Deputado Duarte Freitas na altura e outras pessoas do PSD até achavam que se deviam introduzir outras estradas de outras ilhas neste modelo, que depois vieram a

ser reabilitadas no processo normal das SCUT. E na altura achou-se, e bem, que não fazia sentido desviar essas estradas para o modelo das SCUT. Bom, o que me parece sob o ponto de vista da história é esta.

Eu penso que o Sr. Vice-Presidente fez uma explicação cabal. E o que está em causa aqui não é a transparência, mas também não é a mimetização da agenda do Bloco...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... em matéria das parcerias público-privadas para a Região Autónoma dos Açores, ou seja, a questão não é da transparência, é que se os fundamentos para que haja uma auditoria são esses, então não faz sentido aprovar uma Resolução desse teor, por mais legítima que seja a ideia, em abstrato, da transparência. O que está em causa é alguma racionalidade, alguma capacidade de haver uma argumentação ou fundamentação para que se inicie um processo, porque todos nós estamos de acordo, em abstrato, com o princípio da transparência, da justiça, da igualdade, de todas essas coisas, e da ética, etc...

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não só acompanha e, naturalmente, entende como o mais válido possível ou o mais transparente possível e o mais pedagógico possível a intervenção e a explicação do Governo, como também acha que, felizmente, este processo não é ruinoso para a Região. Este processo não tem, nem de perto nem de longe, os problemas que têm as parcerias, olhe, na Madeira e no continente, por uma razão (que até, felizmente, correu bem, foi bem acompanhado): o contrato foi desenhado depois de se ter visto quais eram os erros das outras parcerias através dos estudos que foram feitos no Instituto de Estradas de Portugal. E foram expurgados ao máximo esses erros. E é por isso que na parceria público-privada no caso das SCUT de São Miguel até há e continua a haver uma coisa que era tradição das obras públicas em todos os Açores, que são

as roças das estradas e aqueles pequenos pormenores que nenhuma SCUT em lado nenhum tem, mas que nos Açores houve essa preocupação dessa conformação à nossa própria história das estradas nos Açores.

Por isso é que nos parece, Sr. Deputado, que isto é uma má mimetização da agenda nacional do Bloco de Esquerda e que, por outro lado, este processo é escrutinado todos os anos, como diz o Sr. Vice-Presidente, nas contas da Região.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volto aqui a reiterar aquilo que disse: se este é o melhor dos mundos, se este é o céu e a terra, não há nenhum problema que se faça uma análise pormenorizada em relação a este negócio, em relação a esta parceria.

Deputado Carlos Silva (PS): Já existe uma análise!

O Orador: Qual é o problema? Eu pergunto: mas qual é o problema?

Deputado Carlos Silva (PS): Já existe!

O Orador: Qual é o problema que isto se faça, se é assim tão extraordinário? Eu, sinceramente, até acho que, realizando o Tribunal de Contas esta análise, nós até ficamos com um modelo para mostrar ao mundo, como o negócio é fabuloso e como aqui nos Açores podemos dar lições ao resto do País onde temos parcerias público-privadas. É evidente que esta análise será muito pormenorizada e ficará disponível para que todos possam ver e aprender

connosco, com o Governo Regional dos Açores, para que todos possam aprender como é extraordinário o nosso modelo. Eu não percebo, os senhores têm uma arma de propaganda terrível que podem utilizar, que é mostrar como esta parceria público-privada é absolutamente extraordinária, como isto é tão maravilhoso. E os senhores podem, sem gastar um tostão, pedir ao Tribunal de Contas que faça isto. E não querem mostrar como são extraordinários e como este negócio foi montado de forma extraordinária. Eu fico desconfiado em relação a esta vossa benevolência de não quererem apresentar uma coisa extraordinária. Porque, vejam bem, o Bloco de Esquerda disse que está muito preocupado. Eu também fico muito preocupado porque eu vejo que sucessivamente nos vossos exercícios orçamentais aquilo que está projetado para esta parceria custa o dobro que todas as estradas dos Açores somadas, incluindo as estradas de São Miguel, as outras. Ou seja, esta parceria custa o dobro que todas as outras juntas. É uma coisa de enorme dimensão! Não vale a pena estudar pormenorizadamente este modelo? Vale! Ainda por cima vamos ficar com uma coisa absolutamente exemplar para mostrar a todos os outros. Portanto, eu acho que é exercício que deve ser feito! Eu acho que deve ser feito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este projeto tem um fundamento...

Deputado João Vasco Costa (PS): Qual é o fundamento?

O Orador: ... e tem um objetivo essencial, que é a transparência. Por muito que o Partido Socialista queira embrulhar este projeto num qualquer preconceito ideológico não há nada que retire aquela que é a exigência fundamental, que é a transparência.

E não é o facto de o concessionário ter tido ou ter dificuldades que torna melhor ou pior estes projetos. O que interessa é aquele que é o benefício ou o custo para os Açores. É essa a nossa única preocupação. Não é o facto de alguém estar com problemas que torna aquilo que é o benefício para a outra parte melhor ou pior. O que nós queremos saber é qual é o custo ou qual poderá ser o custo e quais são as taxas de rentabilidade.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Pegue na fórmula e faça as contas!

O Orador: É isto que está aqui em causa. E como já foi aqui dito e já referi, se não há qualquer problema com estes contratos, se não há qualquer problema do Governo Regional em trabalhar com o Tribunal de Contas no sentido de publicar uma auditoria que permita uma melhor análise deste Parlamento e dos açorianos e das açorianas, uma análise mais rigorosa e mais transparente, não percebo qual é esta preocupação do Partido Socialista e do Governo Regional em não quererem aprovar esta proposta, quando já aprovaram no ano passado recomendações que iam também no sentido de tornar mais transparente. Então, em 2015, era preciso tornar mais transparente. Em 2019, já não é preciso tornar mais transparente. Tanto quanto se saiba, na prática, ...

Deputado Carlos Silva (PS): São coisas diferentes.

O Orador: ... não houve qualquer alteração ao nível da transparência. Ou seja, aquilo que para nós é importante é que haja efetivamente uma análise destes contratos pelo Tribunal de Contas. E lamento esta posição do Partido Socialista em entrincheirar-se na sua posição fixa de que este é o melhor contrato do mundo e não há nada que o possa pôr em causa e nem queremos sequer correr o risco de alguém lhe apontar algum problema.

Para nós, uma maioria que faz isso é uma maioria que não está aberta à crítica, não está aberta à avaliação. E lamentamos que seja assim numa região como a nossa.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. E, não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 27 votos do Partido Socialista; tendo obtido votos favor 17 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos daqui a 30 minutos.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 28 minutos.

Entramos agora no ponto 8 da nossa agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XI - “Aprova o Regime Jurídico das Instalações de Gás Combustível em Imóveis na Região Autónoma dos Açores”**.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum.

E tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em toda e qualquer que seja a sua atuação, o Governo dos Açores pauta-se por um trabalho que coloca – sempre – em primeiro lugar a qualidade de vida dos açorianos.

No setor energético, motiva-nos alcançar os maiores níveis de segurança de pessoas e dos seus bens, a qualidade do serviço prestado e a garantia do abastecimento, com máxima exigência e rigor, tendo por base o alinhamento com políticas nacionais e diretivas europeias destinadas ao setor, mas sempre salvaguardadas as especificidades e a autonomia regional.

Por isso, hoje, apresentamos uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que vem aprovar o Regime Jurídico das Instalações de Gás Combustível em Imóveis na Região, definindo as normas relativas ao projeto, execução, abastecimento e manutenção das instalações de gás combustível em imóveis. Este diploma, que abrange exclusivamente instalações que utilizam o gás butano, ao contrário do que sucede no continente onde predominantemente é utilizado, para o mesmo fim, ou o gás natural, ou o gás propano, identifica, por isso, elementos de projeto e regras de segurança próprias à situação vigente nos Açores.

Uma medida que tem em consideração os fatores próprios de uma região territorialmente descontínua, como é o caso do nosso arquipélago, nomeadamente as limitações físicas que impedem, por exemplo, a existência de redes de distribuição de gás natural de dimensões economicamente viáveis.

Não obstante, tem como referência a legislação nacional, mas visando a redução do tempo e do custo do investimento em infraestruturas e controlos de segurança, eliminando situações de burocracia injustificada e consumidora de tempo e recursos, que prejudicam os cidadãos e o

investimento, bem como uma adaptação que tem em conta as nossas características peculiares, nomeadamente:

A utilização exclusiva de gás butano, com as questões particulares de segurança, características do mesmo;

A predominância das utilizações de gás alimentadas diretamente por garrafas, que devem ser objeto de regulamentação;

E, finalmente, a fragmentação territorial, que é um fator que condiciona a mobilidade entre as ilhas, implicando custos acrescidos ao regime de inspeções, que deve ter em conta estas condicionantes.

Assim, relativamente às inspeções, a presente proposta mantém as entidades inspetoras, criando, todavia, procedimentos simples e adequados de forma a assegurar a conformidade dos projetos e da respetiva execução com os regulamentos e estabelece a obrigatoriedade da realização de inspeções periódicas às instalações de gás, mas flexibilizando o prazo de realização das mesmas, de modo a permitir que, nas ilhas menos populosas, possa haver uma maior rentabilização das deslocações das entidades inspetoras, sem que, com tal, se comprometam questões de segurança.

As situações de mudança de titular do contrato de fornecimento de gás deixam de gerar, automaticamente, a obrigação de realização de inspeção, o que traz vantagens claras para os cidadãos em termos de despesas.

Por outro lado, a formalidade de aprovação do projeto de instalação de gás é eliminada, passando a conformidade do projeto com a legislação aplicável a ser atestada por declaração do projetista, aliás, a exemplo do que sucede com outras especialidades na área da construção civil.

Assim, sem prejuízo das exigências de segurança no uso deste importante recurso energético, promove-se a simplificação de procedimentos, com a consequente redução de custos para o utilizador final.

Outra alteração introduzida, em coerência com a nossa estratégia de transição energética, é a desobrigação de um promotor de ter uma instalação a gás na sua própria habitação, quando o mesmo opte por fontes de energias alternativas.

Ainda assim, e uma vez que nos Açores existe uma predominante utilização de garrafas que alimentam diretamente as respetivas utilizações, o presente documento legislativo prevê uma futura regulamentação referente a aparelhos alimentados diretamente por garrafas de gás colocadas no local de consumo, situação não prevista, nem contemplada na legislação nacional.

Outro dos pontos que merece especial destaque tem que ver com a simplificação de todo o processo. E, neste sentido, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional atribui à Direção Regional da Energia competências administrativas e técnicas no controlo e acompanhamento da aplicação deste diploma, conferindo-lhe a responsabilidade de monitorizar e controlar todos os processos.

Acreditamos que este é um bom exemplo de desburocratização dos processos que, sem descurar questões de segurança, garante maior transparência da informação, de processos e de qualidade no serviço prestado a todas as pessoas.

Para o efeito, pretende-se criar uma plataforma eletrónica regional, que irá permitir uma gestão eficiente e simplificada do sistema, ao promover maior celeridade no acompanhamento e registo das atividades relacionadas com as instalações a gás.

Esta é uma plataforma essencial à aplicação prática deste Decreto Legislativo Regional porque todos os documentos relacionados com o processo previsto serão nela criados e registados, permitindo ainda que todos os intervenientes possam obter a correspondente informação online, agilizando-se, desta

forma, o correspondente procedimento processual e implementando-se este diploma com um mínimo de burocracia.

É neste contexto que consideramos justificar-se a existência de Legislação Regional sobre esta matéria porque contempla:

O controle administrativo promovido regionalmente;

A exclusividade de uso de gás butano e consequentes questões de segurança características do mesmo;

A mitigação dos custos associados ao facto de sermos constituídos por 9 ilhas (com deslocações para fins de inspeção, que não são menosprezáveis);

O alargamento do âmbito do diploma às utilizações de gás alimentadas diretamente por garrafas, por ser uma situação comum na realidade açoriana e, neste sentido, devendo ser objeto de regulamentação;

E a possibilidade de, em habitação própria, o promotor poder prescindir de uma instalação a gás quando opte por outras fontes de energia.

Por tudo isto, não temos dúvidas que estamos perante uma proposta que, alinhada com a legislação nacional, consegue adaptar da melhor forma os procedimentos que assumem relevância numa região insular como a nossa.

Tem em conta as especificidades próprias dos Açores e é inovadora, fruto de ideias e competências devidamente estruturadas e consolidadas, visando majorar a qualidade dos serviços prestados e a segurança dos cidadãos açorianos.

É, precisamente, pela qualidade e segurança que focamos esta nossa atuação!
Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem duas inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional que se aprecia visa acautelar a matéria relativa às instalações de gases combustíveis em edifícios, matéria essa que passou a ficar sem regulamentação com a entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2016/A, de 02 de fevereiro, que procedeu à adaptação do sistema de certificação energética de edifícios.

Entendeu-se, nesta matéria, e muito bem, tentar seguir a linha do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, que surgiu com o intuito de, e passo a citar, “reduzir o tempo e o custo do investimento, eliminando situações de burocracia injustificada e consumidora de tempo e recursos que prejudicam os cidadãos e o investimento”.

Na legislação nacional procedeu-se a uma consolidação da legislação, juntando e integrando matéria que se encontrava dispersa por vários diplomas.

De igual modo e sem prejuízo das exigências de segurança na utilização dos gases combustíveis em edifícios, promoveu-se uma simplificação dos procedimentos e uma redução dos custos para os utilizadores. Esta simplificação foi feita por via da eliminação da formalidade de aprovação do projeto, passando a ser suficiente um termo de responsabilidade subscrito pelo projetista atestando a conformidade do projeto com as normas regulamentares e técnicas aplicáveis.

Por outro lado, as situações de mudança de titular do contrato de fornecimento de gás deixaram de obrigar à realização de inspeção. Visou-se, assim, contribuir para a promoção do cumprimento da regulamentação aplicável para a qualidade dos serviços prestados e, sobretudo, para um

maior grau de segurança, garantindo, mediante a criação de uma plataforma, maior eficiência e celeridade no acompanhamento e registo das atividades associadas às instalações de gás.

Na adaptação atendeu-se também, segundo a audição à Sra. Secretária Regional, às especificidades próprias da Região, nomeadamente:

À inexistência de redes de distribuição de gás natural com dimensões economicamente viáveis;

À utilização exclusiva de gás butano, com as conseqüentes questões associadas à segurança desse tipo de gás;

À predominância das utilizações de gás alimentadas diretamente por garrafas;

E à fragmentação territorial com implicações ao nível dos custos das inspeções.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Pese embora os objetivos e a pertinência desta legislação se revistam de uma relevância inquestionável, a proposta de diploma que se aprecia apresenta inúmeras fragilidades, incoerências e problemas de forma.

Nesta proposta encontramos artigos que se repetem em conteúdo, por exemplo os artigos 22.º – abastecimento da instalação e 16.º – abastecimento das instalações ligadas a redes de distribuição.

Encontramos também artigos cujo conteúdo deveria constar de anexo, como seja o artigo 3.º, com as características do gás butano ou inúmeras disposições que deveriam constar de normas transitórias.

Além disso, atendendo a que nos Açores existe uma predominante utilização de garrafas de gás, propõe-se neste diploma sobre instalações de gás combustível o artigo 9.º para regulamentação dos aparelhos alimentados diretamente por garrafas de gás colocadas no local de consumo através de tubagem flexível, quando o seu artigo 1.º estabelece claramente que, e passo

a citar, “para efeitos do presente diploma, não são consideradas instalações de gás as situações onde os aparelhos são alimentados diretamente por garrafas de gás colocadas no local de consumo através de tubagem flexível (vulgo mangueira) e respetivos acessórios de ligação, dado que, nestas situações, não existe uma instalação tal como definida no presente diploma”. Ou seja, estes aparelhos não fazem parte do objeto do diploma, não são abrangidos pelo diploma e, no entanto, estão regulamentados no diploma. Estas são algumas das situações que nós propomos corrigir.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A par destes erros, na proposta de adaptação regional do Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto, que estabelece o Regime das Instalações de Gás Combustível nos Edifícios não se considerou também a Lei n.º 59/2018, de 21 de agosto, que o alterou. Ora, esta lei veio precisamente corrigir algumas das falhas do decreto-lei de 2017 e surgiu após a ocorrência de dúvidas associadas ao diploma de 2017 e após a audição e emissão de pareceres por várias entidades e pessoas especializadas na matéria.

As alterações e correções dos artigos 3.º, 5.º, 8.º, 21.º, 23.º do Decreto-Lei n.º 97/2017, efetuadas pela lei de 2018, pela sua pertinência e sentido, devem também ficar acauteladas no diploma regional. Veja-se, a título de exemplo, a alteração nacional ao artigo 3.º, o segundo da proposta regional, que refere que todos os edifícios a construir ou sujeitos a obras com controlo prévio, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, devem ser dotados de uma instalação de gás que cubra todos os fogos, devendo as obras de construção, de reconstrução, de ampliação e de alteração respeitar o projeto dessa instalação de gás. Excluem-se da obrigação estabelecida no número anterior as edificações destinadas à atividade agrícola, industrial, comercial e de serviços que não tenham prevista a utilização de gás. Com esta alteração, a Lei n.º 59/2018 vem esclarecer que todas as construções,

salvo as exceções referenciadas, são obrigadas a ter instalação de gás. Todas as instalações têm de ter o projeto e de ser feitas de acordo com o projeto. E acrescenta que mesmo as reconstruções ou alterações devem respeitar o projeto da instalação. Ou seja, ou se respeita o projeto inicial existente, ou se elabora um novo projeto que altere o inicial. Na proposta regional, a sua interpretação é bastante dúbia. Parece que só as reconstruções, ampliações, etc., é que têm que respeitar o projeto, acrescentando-se que o promotor de uma habitação...

Deputado Francisco César (PS): Já está alterado!

A Oradora: Estamos a apreciar a proposta que nos chegou, não são as propostas de alteração.

E que tem de respeitar o projeto, acrescentando-se que o promotor de uma habitação própria pode optar pela exclusão da instalação de gás, o que gera uma completa contradição e se revela bastante antagónico com a lei nacional que veio esclarecer esta questão.

Na prática, na lei nacional, uma pessoa pode construir uma casa ou um bloco de apartamentos e é obrigada a instalar a rede de gás. Se a pessoa vai utilizar o gás ou a eletricidade é uma opção do mesmo, mas a instalação tem de lá estar.

Deputado Francisco César (PS): Ai não, não!

A Oradora: Desta forma, futuramente, se a moradia ou apartamento forem vendidos ou alugados e os seus utilizadores quiserem utilizar outros equipamentos, podem fazê-lo.

Também a alteração ao artigo 5.º, que estabelece a obrigatoriedade de análises do projeto de gás pela entidade inspetora de gás, não consta da proposta de adaptação regional.

Deputado Francisco César (PS): Não há adaptação, Sra. Deputada!

A Oradora: Sendo uma questão que se deve alterar, pois, além de obrigar a que os projetos sejam visados por uma entidade competente, retira a excessiva carga de responsabilidade que era atribuída ao projetista.

Deputado Francisco César (PS): O adquirido da revisão constitucional é que já não se faz adaptação de leis! Nós legislamos!

A Oradora: Relembramos que o intuito deste diploma deve ser o de simplificar os procedimentos associados a esta matéria.

Na correção do artigo 8.º, em que se estabelece que a instalação deve estar conforme o projeto aprovado e com o regulamento técnico relativo ao projeto, construção e exploração e manutenção das instalações de gás combustível canalizado em edifícios, a adaptação regional permanece de acordo com o decreto-lei de 2017 que não era explícito. Na sua correção separam-se duas coisas: ...

Deputado Francisco César (PS): Até fico envergonhado com o que a senhora está a dizer!

A Oradora: ... uma coisa são os regulamentos existentes, outra coisa são os projetos que os projetistas fazem e que são aprovados pelas entidades inspetoras de gás. Só assim, em caso de problemas, se podem apurar responsabilidades.

Na correção elaborada ao artigo 21.º do diploma nacional, o 24.º da adaptação regional, referente às inspeções periódicas, a Lei n.º 59/2018 estabelece que elas sejam feitas a cada 5 anos para as instalações de gás executadas há mais de 10 anos e que não tenham sido objeto de remodelação, quando antes estas inspeções se previam para as instalações executadas há mais de 20 anos. A alteração de 20 para 10 anos faz todo o sentido, se considerarmos que uma instalação de 20 anos tem já muitos defeitos. Trata-se de uma medida que visa a segurança de todas as pessoas que utilizam o

gás e o aumento da eficiência das instalações e que deverá ser acautelada no diploma regional.

Da mesma foram, entendemos que deverá ser considerada a alteração e correção ao artigo 23.º do diploma nacional, o equivalente ao 25.º da adaptação regional. Nesta correção estabelece-se que a mudança de comercializador de gás e a mudança de titularidade no contrato de fornecimento de gás não implicam a realização de inspeção extraordinária desde que não haja interrupção do fornecimento de gás por motivos técnicos, nem se verifique nenhuma das situações descritas no seu n.º 1 e exista uma declaração de inspeção válida que aprove a instalação e que permita validar que não ocorreu a substituição de qualquer dos aparelhos a gás e dos sistemas de ventilação e de exaustão dos produtos a combustão dos aparelhos a gás. Ora, na adaptação regional não se exige essa declaração de inspeção válida. É importante alterar esta redação do diploma regional nesta matéria, porque, como bem sabemos, uma alteração dos aparelhos a gás, como por exemplo os esquentadores ventilados ou não ventilados, ou na exaustão, pode ser a causa de acidente mortal por monóxido de carbono.

Consideramos muito importante simplificar procedimentos e promover a redução dos custos para os utilizadores das instalações de gás combustível, mas sem nunca colocar em causa as exigências de segurança.

Esta é uma matéria técnica, é uma matéria muito complexa, sendo necessário clarificar quaisquer aspetos que possam suscitar dúvidas para que os objetivos associados ao presente diploma possam ser cumpridos. Foram estas as razões que levaram o PSD/Açores a propor um conjunto alargado de alterações ao diploma, alterações que, não temos dúvida, facilitarão a interpretação e, bem assim, a aplicação do diploma.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como está explanado, aliás, no preâmbulo da iniciativa e como já foi frisado pela Sra. Secretária Regional e também pela intervenção que me antecedeu, esta iniciativa surge no âmbito de um vazio legal que é criado com a aprovação do sistema de certificação energética de edifícios e que deixa de fora matéria referente à instalação do gás combustível nos edifícios da Região.

E, apesar de se tratar de uma matéria extremamente técnica, na verdade, o que este diploma pretende é adaptar a legislação nacional (na prática, Sr. Deputado Francisco César, é adaptar à Região a legislação nacional), seguindo de uma forma muito próxima o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2017. E este decreto-lei foi também posteriormente alterado pela Lei n.º 59/2018, mas aí já lá vamos.

Resta-nos aqui, eventualmente, verificar se a adaptação está mais bem feita ou menos bem feita. No nosso entender, a proposta faz, de facto, um bom aproveitamento de algumas simplificações que foram feitas e que foram conseguidas pela legislação nacional e procedem à adaptação tendo em conta algumas especificidades, alguns aspetos característicos da nossa Região relacionados nomeadamente com a utilização exclusiva do gás butano e também com o regime de inspeções. No entanto, parece-nos que esta adaptação é feita de uma forma um pouco desorganizada e aí parece-nos que o PSD apresentou um conjunto de propostas que são positivas. Por outro

lado, também não considero que o diploma seja tão inovador quanto a Sra. Secretária Regional afirmou, mas aí é uma questão de interpretação.

Posto isto, gostaria de colocar duas questões muito concretas à Sra. Secretária Regional. A primeira já foi colocada anteriormente, mas resta-nos exatamente essa dúvida, porque, aliás, o n.º 3, do artigo 1.º define que não estão abrangidos por este diploma os tais aparelhos alimentados diretamente por garrafa através de tubagem flexível. E depois o artigo 9.º refere-se à montagem destes aparelhos alimentados diretamente por garrafas de gás colocadas no local de consumo por tubagem flexível. Ou seja, há aqui qualquer coisa que não está bem, ou o diploma abrange este tipo de sistemas e de instalações, ou não abrange. E era importante esclarecer em que é que ficamos.

A segunda questão tem que ver com o seguinte: como referi, a proposta segue de uma forma próxima o Decreto-Lei n.º 97/2017, que estabelece o Regime de Instalações de Gases Combustíveis em Edifícios. No entanto, já depois desta proposta dar entrada nesta Casa, este DLR é alterado pela Lei n.º 59/2018. E o que nós estanhámos é que nenhuma das alterações que tinham sido propostas por esta lei ao decreto-lei original tenha sido assimilada na proposta que estamos a discutir agora. Por exemplo, a Lei n.º 59/2018 procede a uma alteração à alínea b), do n.º 1, do artigo 21.º, no fundo, estabelecendo uma periodicidade de 5 anos para instalações a gás executadas há mais de 10 anos, quando originalmente era há mais de 20 anos. Ou seja, essa mesma alteração é tecnicamente justificada e apoiada pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, e nós estranhámos, de facto, sendo uma alteração feita na legislação nacional, sendo tecnicamente justificada e apoiada pela Ordem dos Engenheiros Técnicos no parecer que emitem, não tenha sido nem esta nem qualquer outra das alterações adotada neste diploma. E nós, nesse sentido, gostaríamos de saber porquê.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Ramos, tem agora a palavra.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O presente projeto de DLR adapta à Região o Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de Agosto e estabelece o Regime Jurídico das Instalações de Gás Combustíveis em Edifícios na Região Autónoma dos Açores, e dos equipamentos que essas redes abastecem, adaptando às características da nossa Região.

Esta adaptação de fulcral importância, em alinhamento com a lei nacional, tem em conta, de uma forma específica, a nossa condição geográfica, a descontinuidade territorial e as características próprias das diversas tipologias do edificado na Região Autónoma dos Açores, bem como o tipo de gás combustível mais utilizado na Região.

Com esta preocupação, as propostas aqui apresentadas visam manter as entidades inspetoras, criando procedimentos mais simples e adequados na verificação da conformidade dos projetos e da sua respetiva execução e definem a obrigatoriedade de realizar inspeções periódicas às instalações de gás, passando de 2 para os 3 anos. Seguindo um carácter mais simples e de redução de custos para o utilizador final, é eliminada a formalidade de aprovação do projeto de instalação, sendo apenas necessário a apresentação de um termo de responsabilidade subscrito pelo projetista, à semelhança do que acontece em outros projetos de especialidade, como é o caso das estruturas e redes interiores.

Este documento faz ainda referência a aparelhos alimentados diretamente por garrafas de gás colocadas no local de consumo através de tubagem

flexível, uma situação que carece de legislação e que ainda é comum na Região Autónoma dos Açores.

A proposta de DLR agora em discussão, determina que a Direção Regional de Energia fique a cargo de assegurar o controlo e acompanhamento da aplicação da disciplina do acesso e do exercício das atividades de projeto, instalação e inspeção periódica de gás, com foco para as componentes técnicas e administrativas.

A criação de uma plataforma eletrónica regional, disponibilizada pela Direção Regional da Energia, vai possibilitar uma gestão mais otimizada e simplificada de todo o processo, acompanhando e registando as atividades relacionadas com as instalações de gás.

O diploma agora em discussão fornece, de forma clara, aos técnicos projetistas, instaladores e consumidores toda a informação necessária ao processo de instalação de gás em edifícios, tornando-se um documento de apoio técnico e jurídico muito importante para os açorianos.

Uma das principais causas de acidentes com equipamentos de combustão são os deficitários meios de exaustão e ventilação. Também o presente diploma tem em conta essa situação na fase de inspeção, bem como os meios adequados para o combate a incêndios.

Regista-se também a sugestão pertinente da realização de campanhas específicas de sensibilização e informação que promovam a adoção de condições de segurança para os consumidores.

De forma a combater o vazio regulamentar no período de transição, refere o n.º 3, do artigo 32.º que, até à publicação dos procedimentos aplicáveis às inspeções, aplica-se a regulamentação nacional, nomeadamente em matéria de procedimentos técnicos e defeitos.

Concluindo, a presente proposta de regime jurídico, muito semelhante à Lei nacional n.º 97/2017, como não poderia deixar de ser, tem o voto a favorável

do Grupo Parlamentar Partido Socialista, que irá apresentar algumas propostas de alteração no sentido de melhorar o documento, bem como ajustar as necessidades dos açorianos sem que, em momento algum, se coloque em causa a segurança de pessoas e bens.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Destacando-se, entre outras, a não obrigatoriedade de executar instalações de gás em edifícios cujos proprietários optem única e exclusivamente pela utilização de energia elétrica, de acordo com as políticas do Governo Regional que tem vindo a apostar na substituição de combustíveis fósseis por energias renováveis, esperando que muito em breve a energia elétrica possa ser competitiva com fontes de energia tradicionalmente mais poluentes.

No seguimento da intervenção, informo à Câmara que o Grupo Parlamentar Partido Socialista vai votar favoravelmente o Regime Jurídico das Instalações de Gás Combustíveis na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Impõe-se, naturalmente, um conjunto de esclarecimentos que é importante serem levados a esta Casa.

Efetivamente, quando estávamos a preparar este projeto, a Lei n.º 97/2017 foi aprovada. E já no final da elaboração e antes da entrada, nesta Casa, desta

proposta, tivemos efetivamente alterações a essa lei nacional pela Lei n.º 59/2018. E aquilo que nós fizemos é o exercício que nos compete. É um exercício crítico, de acordo com a nossa autonomia, adaptado à nossa realidade e não uma obrigação de adaptar leis nacionais.

E por isso e focando nos quatro grandes aspetos que nos distinguem face àquilo que a Lei n.º 59/2018 vem introduzir face à anterior, é importante termos presente, desde logo, relativamente ao primeiro aspeto, a obrigatoriedade de instalações de gás em edifícios. De acordo com a lei nacional, qualquer pessoa que contrua uma habitação própria, mesmo que não pretenda, que não vá usar gás, é obrigada a ter uma instalação de gás na sua habitação. A incoerência com os princípios e com a estratégia de transição energética, consideramos que isto é uma aberração! É um acréscimo de custo não necessário. E apenas porque a lei nacional prevê tal, não nos sentimos obrigados com isto, até porque o futuro não passa por aqui. Portanto, é uma afirmação da nossa autonomia. É incoerência com a estratégia que vimos desenvolvendo.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao segundo ponto e sobre o facto dos projetos de instalações de gás, de acordo com a lei nacional, terem de ser visados por uma entidade inspetora, se assim não acontece com nenhum outro projeto na área de construção civil, porque é que os projetistas na área do gás, que estamos a falar de engenheiros ou engenheiros técnicos devidamente acreditados pelas respetivas ordens, têm que ter o seu trabalho validado por uma entidade inspetiva? Não concordamos. Não é apenas porque a lei nacional assim o diz que nós vamos fazer cegamente, porque nós somos críticos daquilo que estamos a fazer aqui.

Deputado José Ávila (PS): Aí está a nossa autonomia!

A Oradora: Terceiro aspeto onde não implementamos, de acordo com a nossa análise, aquilo que a lei nacional prevê tem precisamente a ver com a periodicidade das inspeções periódicas. É importante, nesta Casa, que se saiba que até à Lei n.º 59, do ano passado, o período para inspeção eram 20 anos. Foi a Lei n.º 59 que veio reduzir para 10. E é preciso termos presente que a história com os 20 anos funcionou bem. Não há nenhuma queixa, não há nenhum problema associado a questões técnicas ao facto de nós termos esta periodicidade. Só porque a Lei n.º 59, por razões que nós podemos detalhar melhor, veio reduzir para 10 anos, exigindo das entidades inspetivas mais trabalho, que nós vamos seguidamente fazer isso, porque não há nenhum elemento técnico que o suporte. E por isso, nós, criticamente, decidimos, analisamos e propomos a manutenção. Não estamos a falar de um acréscimo, estamos a falar da manutenção nos 20 anos.

Quarto aspeto onde nós, conscientemente, divergimos da alteração que é feita a nível nacional: primeiro, quando nós temos um novo contrato de fornecimento de gás, diz a lei nacional que temos que ter uma nova inspeção. O que nós achamos é que se não há nenhuma alteração, quer na instalação, quer nos próprios equipamentos, porque é que a simples alteração de titularidade de um imóvel para outra pessoa há de ditar a necessidade de uma inspeção? Não faz sentido no nosso entender e, portanto, não o defendemos. Achamos que não temos que promover mais este ato de uma entidade inspetiva porque nada introduz aqui.

E, portanto, as opções que fazemos são opções muito conscientes, que estão associadas à nossa realidade e à nossa estratégia. Esta não é uma adaptação da lei nacional. Este, como foi bem referido, é o preenchimento de um vazio legal que nós temos, mas preenchido da forma ideal para aquela que é a nossa realidade.

Relativamente às questões colocados pelo CDS-PP, já respondi em parte. Há uma outra questão que é colocada e que acho que é importante também percebermos: nós definimos, no início deste diploma, o que é que é uma instalação de gás, as características que tem que ter. E de acordo com estas definições, as situações que nós temos muito frequentes na Região de botijas de gás que abastecem diretamente o aparelho não são consideradas instalações a gás. A referência que é feita neste diploma a essa situação é no sentido de identificar a necessidade de haver regulamentação sobre a mesma. Portanto, está bem identificado que não é uma instalação a gás. O que está aqui referido é que importa que haja regulamentação, porque sendo uma situação muito comum na Região é importante que ela seja devidamente regulamentada, com as suas distâncias e todas as características que importam para a mesma. Portanto, não há nenhuma confusão, é apenas uma referência de uma preocupação que temos e num trabalho que iremos desenvolver também nessa matéria.

Penso que respondi a todas as questões.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, agradeço os esclarecimentos que a Sra. Secretária prestou. Na verdade, Sra. Secretária, quando nos diz que é apenas uma referência para que fique patente que há necessidade de fazer uma regulamentação, pois, era bom que isso estivesse aqui escrito e não está. Pelo menos o artigo 9.º, se o lermos, não aponta para uma necessidade de regulamentação. Portanto, não concordo consigo que é um apontamento

nesse sentido. Em todo o caso, com o seu esclarecimento, fica... enfim, esclarece o que é que era pretendido pelo Governo.

Depois, bom, a questão que lhe coloquei era se as alterações que foram feitas pela lei ou decreto-lei quando este diploma já tinha entrado nesta Casa, perguntei-lhe se tinham sido intencionais, ou não. Já esclareceu que não foram adotadas de forma intencional.

Agora, deixe-me que lhe diga outra coisa: parece-me estranho que a Sra. Secretária recorra à idoneidade dos engenheiros e dos engenheiros técnicos devidamente avalizados pelas suas ordens para não terem que estar sujeitos a uma inspeção e depois também não reconhece essa mesma idoneidade num parecer que é apresentada pela Ordem dos Engenheiros Técnicos e concretamente em relação à periodicidade dos 5 anos para instalações de 10 anos. Se é 10, se é 20 anos, como digo, a matéria é técnica demais, está certamente fora da minha capacidade de conhecimento nessa matéria. Agora, a verdade é que não sou eu que o digo, é uma Ordem de Engenheiros Técnicos, aquela mesmo que a senhora defendeu a idoneidade ainda há pouco.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, disse aí uma série de coisas que me deixam realmente preocupada. É que a senhora, ou não leu a proposta de legislação que apresentou, ou não a entendeu muito bem.

Deputado José Ávila (PS): Presunção sua!

Deputado Bruno Belo (PSD): Para mim é as duas coisas!

A Oradora: E, portanto, dizer que a mudança de titular do contrato de fornecimento de gás obriga, a nível nacional, a uma inspeção, isso não é verdade. Basta ir ao preâmbulo do decreto-lei nacional.

Deputado Francisco César (PS): O preâmbulo?

A Oradora: À parte inicial.

Que diz que um dos objetivos ao nível da simplificação tem a ver com a eliminação da obrigatoriedade de realização de uma inspeção extraordinária com a mudança do titular do contrato de fornecimento de gás. Aliás, depois a lei de 2018 vem esclarecer melhor essa questão e diz que não há necessidade, quando há essa mudança de titularidade do contrato de fornecimento de gás, não há necessidade de uma inspeção extraordinária, desde que (obviamente que há aqui uma série de requisitos) não tenha havido interrupção do fornecimento de gás por motivos técnicos, não se verifique nenhuma das situações descritas no n.º 1.º do artigo onde conta essa questão e exista uma declaração, que é a tal declaração que nós propomos que exista na redação final do diploma regional, que é a declaração que aprove a instalação e permita validar que não ocorreu a substituição de qualquer aparelho a gás e dos sistemas de ventilação e exaustão dos produtos de combustão dos aparelhos a gás.

E voltamos a frisar, esta matéria é muito importante, não é só para embelezar e não é só para copiar o que está a nível nacional ou para adaptar (porque não gostam da palavra copiar). Esta questão é importante porque basta uma pequena substituição, e nós não sabemos se ela existiu ou não, Esta declaração vem-nos dar a garantia que não terão problemas que poderão desembocar numa morte acidental por monóxido de carbono, que é o que está aqui em questão! Basta uma pequena anomalia num aparelho a gás, ao nível por exemplo de um esquentador, para causar uma morte! Portanto, esta

questão, este acréscimo ao nível desta declaraçãozita deve constar da redação final. E nós propomos esta alteração.

A Sra. Secretária quando diz que uma mudança de titularidade no controlo de fornecimento de gás exige uma inspeção, sinceramente, não leu o diploma, nem leu a correção que sai do diploma nacional, o decreto-lei, nem leu a correção que veio a ser feita pela lei de 2018.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Não havendo, vamos votar na generalidade. E faço, desde já, um apelo à Câmara: uma vez que este é um diploma grande, com muitas propostas de alteração, pedia também a vossa colaboração para que pudéssemos fazer as votações de forma serena e de maneira que corra tudo com o máximo de normalidade.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na generalidade com 27 votos a favor do PS, 2 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM; e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Muito bem. Para além do apelo que vos acabei de fazer, também gostaria de dar nota à Câmara de outra situação: apesar do PSD ter feito chegar as suas propostas de alteração divididas, e bem, ao abrigo do artigo 138.º do Regimento, ou seja, dividindo as diversas propostas de alteração por eliminação, aditamento e alteração propriamente dita, a praxe da Casa diz-nos que as votações são feitas artigo a artigo. E, portanto, é assim que nós vamos votar. Nós vamos votar artigo a artigo e não por grupo de alterações,

porque é assim que desde sempre se faz as votações nesta Casa. Portanto, fazia apenas esta referência.

Em primeiro lugar, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, à alteração sistemática do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; votos a favor 17 do PSD, 2 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Deputado Francisco César (PS): Se o Sr. Secretário pudesse falar com mais gás...

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; 17 votos a favor do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM; abstenção do Bloco de Esquerda 2 votos e 1 do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; a abstenção 2 votos do CDS, 17 do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo PSD, artigo 1.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista e 1 do PCP; votos a favor 18 do PSD, 3 do CDS-PP...

Eu vou repetir a votação por falha minha, porque o Sr. Deputado do PCP absteve-se e não votou contra. Portanto, vou colocar à votação novamente o aditamento apresentado pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O aditamento anunciado foi rejeitado com 27 votos do Partido Socialista; tendo votos a favor 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PPM; e a abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo votos favoráveis 18 do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, a este artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS; a abstenção 18 votos do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista; a abstenção 18 votos do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PSD, ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do Partido Socialista; a abstenção 2 votos do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; votos favoráveis 18 do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; a abstenção 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos então votar o artigo 4.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos favoráveis do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; a abstenção 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 5.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; votos favoráveis 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 6.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão...

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Há uma proposta de alteração do PSD a este artigo.

Presidente: Tem toda a razão.

Está à votação, não o artigo 7.º da proposta, mas a proposta de alteração, do PSD, ao artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; votos favoráveis 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Agora, sim, está à votação o artigo 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; a abstenção 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Sr. Deputado Paulo Mendes, pede a palavra para...

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Solicitava a repetição da votação. Obrigado.

Presidente: A repetição da votação. Muito bem.

Então vou colocar novamente à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo votos a favor 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, a este mesmo artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 27 votos do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM; 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 8.º da proposta com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PSD, ao artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; votos favoráveis 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 9.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista e 1 do PCP; votos contra 18 do PSD; a abstenção 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PSD, ao artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Espero não me ter enganado. A proposta foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; votos favoráveis 18 do PSD, 1 do PPM e 3 do CDS; a abstenção 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 10.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 18 do PSD, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; a abstenção 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; a abstenção do Bloco de Esquerda 2 votos e 1 do PCP; votos favoráveis 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 11.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PSD, ao artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; a abstenção 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; votos favoráveis 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 12.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PSD, ao artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; a abstenção 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; votos favoráveis 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 13.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; a abstenção 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 14.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; tendo 18 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Este é um bom exercício para o Plano e Orçamento, por isso é que pusemos estas votações hoje para nos começarmos a preparar.

Vamos votar a proposta de alteração, do PSD, ao artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; a abstenção 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 votos favoráveis do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora então à votação o artigo 15.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PSD, ao artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo a abstenção do Bloco de Esquerda 2 votos e 1 do PCP; votaram favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM; 18 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 16.º da proposta com a alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM; 18 abstenções do PSD.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo obtido votos a favor 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 17.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; a abstenção 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 18.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; a abstenção 2 votos do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; votos favoráveis 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 19.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 20.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 21.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; a abstenção 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; a abstenção 2 votos do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; votos favoráveis 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 22.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 23.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 24.º.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Para que seja votado alínea a alínea o ponto 1.

Presidente: Sim, senhor. Será votado alínea a alínea.

O Orador: Pelo menos a alínea a) ...

Presidente: As alterações. É preferível votar as alterações.

Portanto, está à votação a proposta de alteração apresentada à alínea a). Pergunto se precisa que eu vote a subalíneas, porque são eliminadas as subalíneas. A alínea a) engloba tudo. Ok. Então está à votação... é para votar alínea a alínea. Do n.º 1 vou votar a alínea a) e a alínea b). Depois votarei o n.º 2, o n.º 3, o n.º 9, o n.º 10 e o aditamento. A minha pergunta é que a alínea a) tem duas subalíneas, que a proposta é que sejam eliminadas. Poderia, porventura, apesar de que eram as duas eliminadas, supostamente seria para aprovar ou chumbar tudo, portanto... foi desnecessária a pergunta. Está certo assim?

Vou colocar à votação a proposta de alteração do PSD à alínea a), do n.º 1, do artigo 24.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, à alínea b), do n.º 1, do artigo 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 18 Deputados do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para voltar a repetir a votação da alínea b), se faz favor.

Presidente: Vamos votar novamente então a proposta de alteração, do PSD, à alínea b), do n.º 1, do artigo 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista e 1 do PPM; tendo 18 votos favoráveis do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Portanto, por sugestão do Partido Socialista, as restantes propostas de alteração, do PSD, a este artigo serão votadas em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As alíneas foram rejeitadas com 27 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 24.º da proposta com a alteração que aprovamos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter...

Tem a palavra, Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Parece-me que existe uma proposta de alteração do PS.

Presidente: Foi retirada, pelo menos é a indicação que eu tenho, pela nova entrada.

O Orador: Muito obrigado. Desculpe.

Presidente: Está então à votação o artigo 24.º com a alteração que foi aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM; 18 abstenções do PSD e 3 do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 25.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; a abstenção 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo PSD, artigo 25.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo PSD, ao artigo 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; a abstenção do Bloco de Esquerda 2 votos e 1 do PCP; votado favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos então votar o artigo 26.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos do Partido Socialista, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Entramos agora nas propostas de alteração ao artigo 27.º, apresentadas pelo PSD. Não vou colocar a proposta de alteração ao n.º 1, porque esta proposta está prejudicada porque fazia depender da aprovação do aditamento 25.º-A. Portanto, está prejudicada e esta não será votada. Por isso coloco apenas à votação a proposta de alteração do PSD ao n.º 5, do artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; votando favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 27.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está à votação o artigo 28.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está à votação o artigo 29.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 30.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 31.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 32.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP; 18 abstenções do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, a este mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 33.º com esta alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A proposta de aditamento apresenta pelo PSD, artigo 33.º-A, está também prejudicado porque fazia depender da aprovação do aditamento 25.º-A, por isso não vai ser colocado à votação.

Coloco agora à votação, sim, a proposta de alteração, apresentada pela PSD, ao artigo 34.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 27 votos do Partido Socialista; tendo tido favoravelmente 18 votos do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: A proposta de alteração, do PS, apresentada a este artigo 34.º faz alterar... a alteração é aos anexos. No entanto, é no artigo 34.º do diploma original que estão referidos os anexos aos quais o Partido Socialista faz

alteração. Nós temos que fazer a votação aos anexos agora, porque, caso contrário, se aprovarmos o artigo 34.º da proposta tal como está na sua redação, fará manter a proposta original dos anexos e não aquela que o PS pretende alterar, que neste caso altera apenas a legenda. Portanto, eu vou colocar à votação a proposta de alteração, do PS, aos anexos 2 e 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 34.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 35.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: As propostas de alteração aos anexos, apresentadas pelo PSD, estão naturalmente prejudicadas porque foram chumbados os artigos. Devia ter referido isto há pouco, mas os artigos que remetiam para estes anexos foram rejeitados, logo não colocarei à votação as propostas de alteração aos anexos, apresentadas pelo PSD.

Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi, na votação final global, aprovada com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PCP; e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito obrigada pela vossa colaboração.

Sra. Deputada Catarina Furtado, pede a palavra para...

Para uma declaração de voto tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como disse no início, na intervenção inicial, nós concordamos com os objetivos inerentes a este diploma, mas temos que verificar e nós já apontamos aqui que ele tem várias fragilidades, várias incoerências e vários problemas de forma. E, portanto, nós não podemos passar por cima disso porque isso significa que, em termos de aplicação, ele terá alguns problemas e nós achamos que isso não é o desejável. Nós não estamos contra os objetivos do diploma, até porque era uma lacuna que nós tínhamos aqui em termos de regulamentação, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... mas, de facto, achamos que ele não está bem formulado e daí o nosso voto ter sido a abstenção.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Manuel Ramos, para uma declaração de voto tem a palavra.

Deputado Manuel Ramos (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se pela aprovação do Regime Jurídico de Instalações de Gás Combustíveis em Imóveis na Região Autónoma dos Açores, pois é um exercício autonómico que se pretende continuar a cumprir, que nos dá o direito de adaptar à Região Autónoma dos Açores a legislação adequada à nossa realidade.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: O regime jurídico agora aprovado vem simplificar os procedimentos, desburocratizar e a consequente diminuição de custos para os utilizadores, estabelecendo uma serie de normas técnicas e jurídicas atualizadas, tornando-se um documento útil a todas as partes.

O Grupo Parlamentar do PS reconhece o mérito do presente diploma e também reconhece a grande importância que tem para todos os açorianos.

Por tudo isto votamos a favor deste diploma.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto. Sendo assim e considerando o nosso horário, vou encerrar os trabalhos. Regressamos amanhã, às 10h.

Eram 20 horas e 01 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Mário José Diniz Tomé

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Ricardo Bettencourt Ramalho

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Os redatores, Maria da Conceição Branco e André Silva